

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA -PPGECO**

ÉRIKA MARTINS BAIENSE

**ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO
ESPÍRITO SANTO À LUZ DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA**

**VITÓRIA
2014**

ÉRIKA MARTINS BAIENSE

**ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO
ESPÍRITO SANTO À LUZ DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de mestre em Economia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Aurélia Hermínia Castiglioni

VITÓRIA

2014

“Análise do desenvolvimento econômico e social do Espírito Santo à luz da transição demográfica”

Érika Martins Baiense

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Aprovada em 26 de Novembro de 2014 por:



Prof^a Dr^a Aurélia Hermínia Castiglioni – Orientadora



Prof^a Dr^a Ana Carolina Giuberti - UFES



Prof. Dr Aristides Moysés – PUC Goiás

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Baiense, Érika Martins, 1987-
B152a Análise do desenvolvimento econômico e social do Espírito Santo à
luz da transição demográfica / Érika Martins Baiense. – 2014.
115 f. : il.

Orientador: Aurélia Hermínia Castiglioni.
Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Desenvolvimento econômico. 2. Crescimento demográfico. 3.
Transição demográfica. 4. Distribuição etária (Demografia). I.
Castiglioni, Aurélia Hermínia. II. Universidade Federal do Espírito
Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 330

Aos meus queridos pais, João de Assis Baiense e Silvana Gonçalves Baiense. À minha querida avó, Maria de Lourdes Martins Rosindo. Aos meus queridos irmãos que me acompanharam nessa jornada.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me concedido saúde, paz e perseverança.

Um agradecimento especial à minha orientadora Aurélia H. Castiglioni por ter sido não só profissional, mas também uma pessoa generosa e paciente neste trabalho. Por ter me indicado os caminhos a seguir e ter acreditado que eu seria capaz de concluí-lo mesmo diante de tantas dificuldades.

À minha avó e aos meus pais que sempre me incentivaram e me amaram de forma incondicional. Sem vocês realmente este trabalho não se teria concluído.

Agradeço ao meu companheiro Felipe Pretti Pessoa por ser presente e amigo, por ter me dado segurança necessária para minha caminhada.

Aos meus irmãos, demais familiares e amigos que, de uma forma geral, compreenderam a minha ausência nos últimos tempos.

“We are limited, not by our abilities,
but by our vision.” (Autor
Desconhecido)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o desenvolvimento econômico e social capixaba à luz da transição demográfica. Para tanto, procurou-se primeiro contextualizar o debate econômico-demográfico de acordo com diferentes escolas da história do pensamento econômico. Além disso, foi analisado o histórico de desenvolvimento econômico capixaba, na segunda metade do século XX, por meio dos principais indicadores utilizados, tais como PIB e PIB per capita. Por fim, verificou-se como se deu a transição demográfica no Espírito Santo, analisando se o chamado bônus demográfico foi absorvido pelo mercado de trabalho capixaba.

Palavras Chaves: desenvolvimento econômico; crescimento populacional; transição demográfica; bônus demográfico.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyze the capixaba social and economic development according to the demographic transition. To do so, first it was sought to contextualize the economic and demographic debate according to different schools in the history of economic thought. In addition, it was analyzed the history of the capixaba economic development in the second half of the twentieth century, through the main indicators used, such as PIB and PIB *per capita*. Finally, it was observed how was the demographic transition in the Espírito Santo, analyzing if called demographic bonus was absorbed by the labor market capixaba.

Key Words: economic development; population growth; demographic transition; demographic bonus.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Posição Geográfica, Dimensões e Limites do Espírito Santo.....	67
------------	--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Pirâmides Etárias Proporcionais – Itália.....	43
Gráfico 2 - Pirâmides Etárias Proporcionais – Brasil.....	60
Gráfico 3 - Pirâmides Etárias Proporcionais – Espírito Santo.....	64
Gráfico 4 - Evolução do PIB dos Estados da Região Sudeste, a preços constantes R\$ 2000 (milhões) – 1950 a 2010.....	72
Gráfico 5 - Evolução do PIB <i>per capita</i> dos Estados da Região Sudeste, R\$ 2000 – 2002 a 2010.....	73
Gráfico 6 - Evolução do Índice de Gini – BR e ES - 1991, 2000 e 2010.....	80
Gráfico 7 - % de Crianças na Escola, Brasil e Espírito Santo, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.....	82
Gráfico 8 - % de Adolescentes na Escola, Brasil e Espírito Santo, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.....	82
Gráfico 9 - Histórico da Taxa de Analfabetismo – 15 anos ou mais, Brasil e Espírito Santo – Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.....	83
Gráfico 10 - Evolução do IDH - BR e ES – Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.....	85
Gráfico 11 - Evolução do IDH Saúde, IDH Educação e IDH Renda, ES – Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.....	87
Gráfico 12 - Evolução da População Total e PEA, ES – Censos 1991, 2000 e 2010.....	88
Gráfico 13 - % de Mulheres Ocupadas segundo Mercado de Trabalho, ES – 2001 a 2009...	95
Gráfico 14 - % de Homens Ocupados segundo Mercado de Trabalho, ES – 2001 a 2009.....	95
Gráfico 15 - População Ocupada ES por Atividade Econômica – Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.....	96
Gráfico 16 - Taxa de Ocupação segundo Anos de Estudo, 15 anos ou mais, ES – 2001 a 2009.....	98
Gráfico 17 - Taxa de Desemprego – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2001 a 2009.....	100
Gráfico 18 - Taxa de Desemprego segundo Gênero – ES – 2001 a 2009.....	101
Gráfico 19 - Renda <i>per capita</i> segundo Gênero no ES – 2001 a 2009.....	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Taxa Bruta de Natalidade - Brasil.....	55
Tabela 2 -	Taxa de Fecundidade no Brasil, por Ano.....	56
Tabela 3 -	Nascidos Vivos, por Grupos Etários.....	57
Tabela 4 -	Taxa Bruta de Mortalidade e Taxa de mortalidade Infantil no Brasil.....	58
Tabela 5 -	Proporção de Óbitos segundo CID, Brasil, 1950 a 2010.....	59
Tabela 6 -	Evolução dos Indicadores de Idade, ES, 1970 a 2030.....	65
Tabela 7 -	Estimativa do Desemprego de Mão-de-obra ocasionado pelo Programa de Erradicação dos Cafezais – ES (1962-67).....	68
Tabela 8 -	Distribuição Setorial (%) do PIB do ES e Brasil, 1960 a 2010.....	74
Tabela 9 -	Taxa Média Anual de Crescimento Real do PIB por Setor, ES, 2002 – 2010.....	75
Tabela 10 -	Relações entre PIB, a preços de mercado corrente, ES e BR, 2002 a 2010.....	77
Tabela 11 -	Ranking dos Estados no PIB <i>per capita</i> do Brasil, 2002 a 2010.....	78
Tabela 12 -	Posições do ES entre os Estados Brasileiros – Indicadores Seleccionados, 2002 a 2010.....	78
Tabela 13 -	Posições do ES entre os Estados Brasileiros – Índice de Gini, Censo Demográfico 2010.....	81
Tabela 14 -	Ranking IDH 2010 entre os Estados Brasileiros.....	86
Tabela 15 -	População Total do ES por Sexo e Faixa Etária – Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.....	89
Tabela 16 -	PEA do ES por Sexo e Faixa Etária – Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.....	90
Tabela 17 -	Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual da População e da PEA (%) do ES – Homens – 1991/2000, 2000/2010.....	91
Tabela 18 -	Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual da População e da PEA (%) do ES – Mulheres – 1991/2000, 2000/2010.....	92

Tabela 19 -	Coeficiente de Correlação entre PEA e População Total, ES.....	92
Tabela 20 -	Indicadores Seleccionados, ES, 1970 a 2030.....	93
Tabela 21 -	População Ocupada, ES, 2001 a 2009.....	94
Tabela 22 -	Taxa de Ocupação segundo Faixa Etária, ES, 2001 a 2009.....	97
Tabela 23 -	Taxa de Ocupação Masculina segundo Faixa Etária, ES, 2001 a 2009.....	97
Tabela 24 -	Taxa de Ocupação Feminina segundo Faixa Etária, ES, 2001 a 2009.....	98
Tabela 25 -	Taxa de Ocupação Masculina segundo Anos de Estudo, ES, 2001 a 2009.....	99
Tabela 26 -	Taxa de Ocupação Feminina segundo Anos de Estudo, ES, 2001 a 2009.	99
Tabela 27 -	Taxa de Desemprego entre os Homens segundo Faixa Etária, ES, 2001 a 2009.....	102
Tabela 28 -	Taxa de Desemprego entre as Mulheres segundo Faixa Etária, ES, 2001 a 2009.....	102

LISTA DE SIGLAS

ABEP	Associação Brasileira de Estudos Populacionais
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para População
FOB	Free on Board
GERCA	Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IJSN	Instituto Jones dos Santos Neves
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ONU	Organização das Nações Unidas
PEA	População Economicamente Ativa
PIA	População em Idade Ativa
PNEA	População Não Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNB	Produto Nacional Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SMI	Setor de Mercado Interno
SS	Setor de Subsistência
TFT	Taxa de Fecundidade Total
USAID	United States Agency for International Development

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. CONTEXTO HISTÓRICO DA ANÁLISE ECONÔMICO-DEMOGRÁFICA..	17
1.1. Crescimento e Desenvolvimento Econômico e suas Relações com o Crescimento Populacional.....	19
1.2. Debate Econômico-Demográfico: os economistas clássicos.....	29
1.3. Outras Abordagens da Análise Econômico-Demográfica.....	35
2. PROCESSO DE TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA.....	42
2.1. Transição Demográfica e Políticas Populacionais no Brasil.....	49
2.1.1. A Transição Demográfica no Brasil.....	55
2.1.2. O Papel do Bônus Demográfico.....	61
2.2. Transição Demográfica no Espírito Santo	63
3. CONTEXTO ECONÔMICO-SOCIAL GERAL DO ESPÍRITO SANTO A PARTIR DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX.....	66
3.1. Breve Histórico.....	66
3.1.1. Indicadores Econômicos, 1950 a 2010.....	72
3.2. Contexto Social Capixaba: Índice de Gini, Educação e IDH.....	79
3.3. Tendências do Mercado de Trabalho no Espírito Santo.....	88
3.3.1 Estatísticas do Século XXI.....	94
CONCLUSÃO.....	105
REFERÊNCIAS.....	108

INTRODUÇÃO

As relações entre crescimento populacional e desenvolvimento econômico são objetos de estudo há muito tempo. No âmbito populacional, especificamente, verifica-se que o Espírito Santo experimenta uma grande transformação não só no ritmo de crescimento como também na estrutura de sua população: no passado a discussão era sobre as causas e conseqüências do crescimento populacional e, na atualidade, passam a ser observadas as causas e conseqüências da transição demográfica.

O processo de transição demográfica, reflexo da queda das taxas de mortalidade e natalidade ao longo do tempo, provoca uma rápida mudança na estrutura etária brasileira e capixaba, diminuindo a proporção jovem da população, elevando a população adulta e, a longo prazo, a população idosa. Esta nova realidade pode representar um “bônus demográfico” que, se bem utilizado, incentivará o crescimento econômico, a redução da concentração de renda e a melhoria das condições de vida da população.

Diante do exposto, e verificando a importância do debate econômico demográfico nos dias atuais, o presente trabalho tem como objetivo analisar o desenvolvimento econômico e social do Espírito Santo, sobretudo a partir do ponto de vista da transição demográfica. Pretende-se estudar as inter-relações entre população, crescimento/desenvolvimento econômico e progresso social capixaba no período de 1950 até 2010. Para tanto, a dissertação foi estruturada como segue:

No primeiro capítulo, contextualiza-se historicamente o debate econômico demográfico citando as principais escolas de pensamento econômico, além de abordar os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico, salientando suas diferenças. Já o segundo capítulo discorre sobre o processo de transição demográfica e suas fases, explicando o conceito de bônus demográfico e como se pode aproveitá-lo, além de analisar como se deu a transição no Brasil e no Espírito Santo. Por fim, o terceiro capítulo resgata o histórico do crescimento e desenvolvimento econômico do Espírito Santo a partir da segunda metade do século XX e posteriormente, destina-se a analisar a evolução dos indicadores sociais capixabas, tais como Índice de Gini e IDH, além de observar o mercado de trabalho e suas tendências.

Para finalizar apresentam-se as principais conclusões da dissertação que apontam para a necessidade de incentivo à formalização do mercado de trabalho e para a maior inserção da mulher, tendo em vista a alta taxa de desemprego para esse segmento. Será verificado que as medidas em tela se tornam necessárias para que o bônus demográfico capixaba seja aproveitado.

1. CONTEXTO HISTÓRICO DA ANÁLISE ECONÔMICO-DEMOGRÁFICA

O debate sobre as relações de interdependência entre crescimento populacional e econômico evidencia uma preocupação mundial antiga, tanto no campo teórico quanto no campo prático:

As relações entre crescimento populacional e desenvolvimento desafiam estudiosos por muito tempo e referem-se tanto aos impactos do crescimento e estrutura da população sobre o crescimento e a distribuição da renda (crescimento econômico), quanto sobre os impactos do crescimento econômico sobre o crescimento e a estrutura da população. (PAIVA e WAJNMAN, 2005, p.1).

Como prova da preocupação mundial com a trajetória de crescimento populacional, sobretudo a partir da atuação da Organização das Nações Unidas (ONU), cita-se a ocorrência de cinco importantes Conferências Mundiais de População durante a segunda metade do século XX: Roma em 1954, Belgrado em 1965, Bucareste em 1974, México em 1984 e Cairo em 1994.

A primeira Conferência Mundial da População, em Roma, contou com a participação de aproximadamente 80 países. Nesta conferência, foi debatido o papel da população no desenvolvimento de países capitalistas do Ocidente e daqueles de economia planejada e centralizada. Dentre as conclusões da época em questão, salientou-se a possibilidade de que o crescimento populacional pudesse criar obstáculos frente às expectativas de progresso econômico, de modo que todos os governos deveriam analisar as relações existentes entre população, crescimento econômico e progresso social e levá-las em conta no planejamento e execução de políticas públicas (MEADOWS, 1973).

Berquó (1999) verifica que no final dos anos de 1950, o foco de estudo passou da magnitude das populações para as taxas de crescimento e à Conferência de 1954 se seguiram as demais, a cada dez anos, com a finalidade de aprovar recomendações e planos de ação, além de aferir e avaliar o cumprimento de compromissos assumidos nas conferências anteriores.

No ano de 1965, na Conferência de Belgrado, observava-se que os ganhos verificados no controle de doenças teriam sua importância diminuída frente aos problemas causados pela fome e desnutrição. Era notório que em vários países com taxa de fecundidade elevada, as tentativas de desenvolvimento econômico aconteciam em detrimento ao rápido crescimento populacional (BERQUÓ, 1999).

Na sequência, as próximas três Conferências foram as primeiras a contar com representações oficiais de diversos países, sendo seus resultados tomados como referência para as políticas populacionais em todo o mundo. Na Conferência de Bucareste, em 1974, por exemplo, grande parte dos países em desenvolvimento se alinhou na defesa das teses desenvolvimentistas: a frase “o desenvolvimento é o melhor contraceptivo” – pode ser tomada como um resumo dos debates da Conferência. Já na Conferência do México houve uma retomada das preocupações com o descontrole do crescimento populacional e começaram a ganhar força as visões conservadoras sobre o tema, isto é, o crescimento desenfreado da população constituía um obstáculo ao desenvolvimento econômico (BERQUÓ, 1999).

De acordo com Rios-Neto (2009), é notória a diferença entre a Conferência do Cairo, em 1994, e as conferências populacionais antecessoras. Observou-se, na ocasião, o deslocamento do foco de análise: do controle populacional via planejamento familiar, passa-se ao estudo dos direitos sexuais e reprodutivos. Vale lembrar ainda que nessa Conferência, metas para redução da mortalidade infantil e materna foram estabelecidas, além de ser defendida a garantia ao acesso a serviços de saúde reprodutiva.

Salienta-se que o ciclo de conferências internacionais continuou após a Conferência do Cairo, com temas mais abrangentes, sendo o ápice o ano de 1995, com duas conferências internacionais importantes: a Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Social, realizada em Copenhague, e a Conferência Internacional da Mulher, realizada em Pequim (RIOS-NETO, 2009). O autor lembra ainda que a partir de 1990, houve a transferência das conferências mundiais para o acompanhamento das metas internacionais de desenvolvimento, as chamadas metas do milênio, apresentadas na Assembléia Geral da ONU a partir de 2000.

Tais metas, também conhecidas como objetivos de desenvolvimento do milênio, com resultados acompanhados pela ONU desde seu lançamento, compreendem um conjunto de oito objetivos a serem atingidos até 2015, versando sobre os seguintes temas: erradicar a extrema pobreza e a fome; garantir o ensino básico fundamental a todos; promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater a AIDS, a malária e outras doenças; assegurar a sustentabilidade ambiental e promover uma parceria mundial para o desenvolvimento (PNUD).

Diante deste contexto, o presente capítulo será iniciado por uma breve explanação sobre a relação existente entre o crescimento/desenvolvimento econômico e a dinâmica populacional, considerando distintas abordagens e, posteriormente, seguirá com a análise histórica do debate econômico-demográfico.

1.1. Crescimento e Desenvolvimento Econômico e Suas Relações com o Crescimento Populacional

Na abordagem histórica sobre crescimento econômico, verifica-se que seu surgimento se deu a partir de Adam Smith. O autor analisou os fatores que formam a riqueza nacional, focando no modo como o mercado opera e qual a importância do seu aumento para reduzir os custos médios e para possibilitar a produção com lucros. Smith defendia que expandindo os mercados, aumentariam a renda e o emprego; por conseguinte, o desenvolvimento ocorreria com o aumento da proporção dos trabalhadores produtivos, com a redução do desemprego e com a elevação da renda média da população (SOUZA, 2008).

Souza (2008) argumenta ainda que a questão do desenvolvimento econômico ficou mais evidente, no final da década de 1930, com a aplicação da chamada *Contabilidade Nacional*, nascida com a teoria keynesiana. Por meio da comparação da renda *per capita* dos diferentes países, estes passaram a ser classificados como “ricos” ou “pobres”. Com o incremento de outros indicadores, os países “pobres” passaram a ser denominados “subdesenvolvidos”, tendo em vista

seu crescimento econômico insuficiente e instável, alto grau de analfabetismo, taxas elevadas de natalidade e mortalidade infantil, irrelevante mercado interno, instabilidade política, etc.

Entre as décadas de 1940 e 1950, com o objetivo de captar recursos dos países desenvolvidos e pôr em prática planos de desenvolvimento, economistas dos países pobres começaram a criar diagnósticos sobre a realidade de seus países:

Na América Latina, a idéia dos economistas da CEPAL era a de que os norte-americanos estabelecessem para a região algo parecido com o *Plano Marshall*, elaborado para a reconstrução da Europa, devastada pela guerra. No início tal abordagem foi muito criticada, pois contrariava os interesses da divisão internacional do trabalho, segundo a qual cada país deveria especializar-se na produção daqueles bens para os quais apresentasse vantagens comparativas de custos. Em outras palavras, os países subdesenvolvidos não deveriam industrializar-se, mas continuar produzindo alimentos e matérias-primas para a exportação e importar bens manufaturados para consumo interno (SOUZA, 2008, p. 4).

Passando para a análise dos termos conceituais, é importante salientar que não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento. De acordo com Nascimento (2005), uma primeira corrente de economistas, de cunho mais conservador, considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Essa corrente defende que um país é subdesenvolvido porque cresce menos do que os desenvolvidos, embora não utilize integralmente os fatores de produção de que dispõe, e, portanto, a expansão de sua economia ocorre abaixo das suas possibilidades. Nessa linha de pesquisa enquadram-se os modelos de crescimento neoclássicos, como os de Meade e Solow, e os de inspiração mais keynesiana, como os de Harrod, Domar e Kaldor.

Já uma segunda corrente, voltada para realidade prática, entende que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. Conforme essa segunda mentalidade, o crescimento econômico corresponde a uma variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças estruturais e qualitativas no modo de vida da população, das instituições e das estruturas produtivas (SOUZA, 2008). Nesse contexto, economistas como Lewis, Hirschman, Myrdal e Nurkse, embora com raízes ortodoxas,

realizaram análises e elaboraram modelos mais próximos da realidade das economias subdesenvolvidas.

Pode-se considerar que o desenvolvimento econômico é um conjunto de transformações intimamente associadas, que se produzem na estrutura de uma economia, e que são necessárias à continuidade de seu crescimento. Essas mudanças concernem à composição da demanda, da produção e dos empregos, assim como da estrutura do comércio exterior e dos movimentos de capitais com o estrangeiro. Consideradas em conjunto, essas mudanças estruturais definem a passagem de um sistema econômico tradicional a um sistema econômico moderno (CHENERY, 1981, p. IX *apud* SOUZA, 2008, p. 6).

Verifica-se na análise de fatos atuais que a variação quantitativa do produto, que caracteriza o crescimento econômico, não pode ser confundida com as mudanças estruturais ocorridas na economia como um todo e muito menos com a forma de distribuição do produto excedente, tendo em vista que os frutos dessa expansão nem sempre, ou quase nunca, beneficiam de forma igualitária a população. Logo, é notório que crescimento e desenvolvimento econômico não são sinônimos.

De acordo com Souza (2008), desenvolvimento econômico define-se, portanto, pela existência de crescimento econômico constante, envolvendo mudanças estruturais e evolução qualitativa nos indicadores socioeconômicos. Ele compreende um fenômeno de longo prazo, levando ao fortalecimento da economia nacional, à ampliação da economia de mercado, à elevação geral da produtividade e do nível de bem-estar populacional e, ainda, com o advento do desenvolvimento sustentável, considera também a otimização do uso dos recursos escassos e a preservação do meio ambiente.

Depreende-se da análise, portanto, que o crescimento econômico precisa superar o crescimento demográfico, para expandir o nível de emprego e a arrecadação pública (SOUZA, 2008). Com isso, há melhoria dos indicadores sociais, incluindo melhores níveis educacionais e de consciência ambiental. Sendo o crescimento econômico maior que o crescimento demográfico,

sistematicamente, a renda *per capita* cresce no longo prazo, o que seria a primeira definição de desenvolvimento.

Em contrapartida, ainda de acordo com Souza (2008), subdesenvolvimento pode ser definido por crescimento demográfico superior ao crescimento econômico e pela existência de concentração de renda, gerando um número razoável de pessoas excluídas da participação dos frutos da expansão quantitativa do produto.

Quando se considera as estruturas dos setores de uma determinada economia, torna-se necessário analisar, mesmo que brevemente, como é caracterizada geralmente a estrutura de uma nação subdesenvolvida e como se dá sua passagem para o desenvolvimento.

Singer (1980) afirma que nos países desenvolvidos a mudança estrutural acarretada pelo desenvolvimento resulta do fato de que a renda extra, entregue ao consumidor, é gasta em maior proporção em um setor do que nos outros. No caso dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, a mudança estrutural não é o resultado, mas a condição para o crescimento: a transformação estrutural corresponde à transferência de atividades manufatureiras e de serviços do campo para a cidade e é este movimento que induz o crescimento.

Por oportuno, vale lembrar que a transformação estrutural vista como essencial ao desenvolvimento não é apenas a mudança no tamanho relativo do produto de cada setor da economia, mas a mudança de relação entre esses setores, as quais são derivadas da divisão social do trabalho (SINGER, 1980).

Souza (2008) analisa que a economia subdesenvolvida encontra-se, primordialmente, segmentada nos setores de subsistência, de mercado interno e de mercado externo. O setor de subsistência é composto, em sua maior parte, por latifúndios e minifúndios improdutivos, correspondentes a segmentos econômicos de baixa produtividade, formando a tradicional agricultura de subsistência.

O setor de subsistência, assim definido, consome grande parte de sua produção, destinando parcela insignificante para o mercado. Essa parcela pode, contudo, expandir-se ou contrair-se em função do dinamismo momentâneo do setor de mercado externo, que dinamiza tanto o meio rural como o setor urbano e industrial. No processo de desenvolvimento, o setor de mercado interno se expande em detrimento do setor de subsistência, ao passo que a participação do setor de mercado externo no produto total se reduz (SOUZA, 2008).

Ainda segundo o autor, é importante ressaltar que o setor de subsistência desempenha um papel estratégico no processo de desenvolvimento. Antes de tudo, ele alimenta os dois outros setores. Na medida em que o desenvolvimento acontece, a população inserida no setor de mercado externo e principalmente no setor de mercado interno cresce e, conseqüentemente, aumenta sua necessidade de alimentos. Além disso, a industrialização expande a demanda de matérias-primas provenientes da agricultura (celulose, couro e etc.), o que faz o sistema de subsistência produzir um excedente cada vez maior, tanto para sustentar o número crescente de pessoas que estão nos outros setores da economia, como para satisfazer a procura industrial por seus produtos.

Se se considerarem *todas* as diferentes “funções” do SS [Sistema de Subsistência] no processo de desenvolvimento, parece haver uma contradição entre elas. Se o SS deve incrementar o seu excedente alimentar e entrar numa divisão de trabalho cada vez mais profunda com o SMI [Sistema de Mercado Interno], então, como vimos, sua demanda de trabalho tende a *aumentar*. Se, por outro lado, o SS deve fornecer ao SMI um excedente cada vez maior de mão-de-obra, então sua demanda de força de trabalho deveria se *reduzir*. A produção de um excedente alimentar cada vez maior parece excluir a liberação de um excedente, também cada vez maior, de mão-de-obra. Na realidade, a contradição é superável, se a população integrada no SS cresce a uma taxa suficientemente alta para permitir simultaneamente o aumento do trabalho agrícola e a emigração dos trabalhadores que se tornam necessários à expansão do SMI. Isto mostra que o crescimento populacional, nas áreas rurais, desempenha um papel estratégico, no processo de desenvolvimento (SINGER, 1980, pg. 85).

Em relação ao setor de mercado interno, Singer (1980) relata que, nos estágios iniciais de desenvolvimento, esse é formado pelas atividades ligadas à demanda populacional local e ao fornecimento de insumos e serviços às empresas e pessoas vinculadas ao comércio externo, como alimentos, matérias-primas beneficiadas, embalagens, transportes e etc. No processo de desenvolvimento, o setor industrial urbano leva vantagens em seu relacionamento com o setor agrícola, através da extração do excedente gerado neste último setor. O setor agrícola apresenta, de forma sistemática, superávits na balança comercial, porque suas exportações excedem o volume de suas importações, uma vez que suas necessidades de consumo são supridas, basicamente, pelo setor de mercado interno. Esse superávit de moeda estrangeira é utilizado no financiamento de importações de máquinas, equipamentos e insumos industriais utilizados no setor industrial urbano.

À medida que o setor de mercado interno se expande e o setor de subsistência se contrai, verifica-se, como já explanado anteriormente, o deslocamento de trabalhadores e de atividades para o setor urbano-industrial. Nesse momento, observa-se o crescimento da produtividade total da economia, tendo em vista que a produtividade do setor de mercado interno é mais elevada do que a do setor de subsistência. Todavia, o desequilíbrio externo ocorre, uma vez que o setor urbano-industrial não produz, necessariamente, para exportação, enquanto suas importações são crescentes (SOUZA, 2008).

Por fim, o setor de mercado externo compreende, no Brasil, a exportação de commodities e as atividades ligadas ao comércio exterior da economia urbana. O crescimento deste setor depende, em grande parte, da situação do mercado internacional para produtos primários, pois é tal demanda que determina os preços e, então, a oferta dos países subdesenvolvidos. Ressalta-se neste contexto, entretanto, que quando a participação dos países mostra-se importante no comércio internacional de determinado produto, sua oferta também influencia os preços (SINGER, 1980).

Vale lembrar que a expansão dos setores de mercado de uma economia subdesenvolvida é geralmente condicionada pela demanda externa dos produtos do sistema de mercado externo. Quando esta demanda cresce, o mercado externo se expande e o mesmo acontece com o mercado

interno. Entretanto, é importante salientar que o desenvolvimento econômico só ocorre de fato quando o mercado interno cresce independentemente dos movimentos do mercado externo (SOUZA, 2008).

Diante desse contexto, é notório que uma pauta exportadora muito concentrada, com produtos muito instáveis em termos de preços e quantidades exportadas, tende a internalizar crises periódicas, dificultando o desenvolvimento do setor de mercado interno. A partir da diversificação dessa pauta, o país aumenta a sua probabilidade de se resguardar das crises externas (SOUZA, 2008).

Entretanto, a economia brasileira possui alguns pontos cruciais de estrangulamento que dificultam o crescimento e desenvolvimento da economia: dificuldade de diversificação da pauta exportadora, dificuldade para expandir as exportações e outros fatores importantes como concentração da renda, educação defasada, falta de mão-de-obra especializada e insuficiência de poupança interna e de investimentos públicos eficazes. Geralmente, cabe ao Estado exercer uma ação coordenadora do desenvolvimento e procurar vencer tais estrangulamentos a fim de evitar o bloqueio do crescimento e desenvolvimento econômico (SOUZA, 2008).

Singer (1980) acredita que o desenvolvimento econômico geralmente tem lugar quando importações são substituídas por produção para o mercado interno. No que tange aos mercados, nesse contexto, verifica-se que caso as importações caíssem simplesmente devido à escassez de divisas estrangeiras, o que possivelmente acontecerá é que alguns consumidores estarão privados destes artigos estrangeiros, ao passo que outros, estando no sistema de subsistência, os substituíram por sua própria produção de subsistência.

Logo, o desenvolvimento econômico, segundo o autor, somente se dá quando a procura por produtos estrangeiros, originalmente supridos por importações, é reorientada para o mercado interno, o que na literatura econômica denomina-se modelo de substituição de importações:

No caso brasileiro, já havia um mercado interno consumidor de razoável expressão, que era abastecido com produtos importados. Tratava-se, então, de substituir os produtos de fora por mercadorias produzidas no próprio país. Na prática, essa substituição se daria – e se deu – partindo dos produtos mais simples até chegar, mais tarde, a produtos mais complexos e sofisticados, cuja fabricação requer mais capital, empresas maiores, alta tecnologia, tradição e experiência, capacidade gerencial e dinamismo empresarial. (BRUM, 2002, p. 213)

De acordo com Singer (1980), o desenvolvimento econômico pode ser dividido em dois estágios fundamentais. O primeiro é caracterizado pela substituição de importações de bens de consumo, principalmente tecidos, alimentos e outros produtos que não exigem grande escala de produção, abundante mão de obra qualificada e amplos investimentos de capital. O segundo é alcançado quando o processo de substituição de importações esgotou estas áreas mais “fáceis” e começa a estabelecer indústrias de bens de produção e de bens de consumo duráveis (aparelhos elétricos, automóveis e etc).

Sendo assim, durante o primeiro estágio de desenvolvimento, bens de consumo produzidos localmente substituem importações, porém, os novos estabelecimentos industriais trabalham com maquinaria importada e, muitas vezes, também com matéria-prima importada (BRUM, 2002). Conseqüentemente, na medida em que o desenvolvimento se processa, a proporção de bens de consumo industriais na pauta de importações decresce, enquanto a proporção de bens de capital aumenta.

Conclui-se, portanto, que a industrialização mediante a substituição de importações depende do mercado interno, da sua disponibilidade e do seu tamanho. De acordo com Singer (1980), a disponibilidade do mercado interno geralmente resulta de medidas protecionistas, que devem ser adotadas de tal forma a maximizar a disponibilidade do mercado nacional para a expansão do mercado interno. O tamanho do mercado interno, por sua vez, depende do tamanho da população, da capacidade aquisitiva da população, medida por sua renda per capita e da integração da economia nacional. Em tais condições, o crescimento e/ou redistribuição da população pode gerar um aumento na produtividade e no produto per capita.

Diante de todo esse contexto, o desenvolvimento econômico pode ser avaliado, em um dado período, segundo Souza (2008), pelo aumento da representação da produção do mercado interno no Produto Nacional Bruto (PNB), pelo fato da expansão desse mercado não ser somente resultado ocasional do crescimento do mercado externo e pela especialização e redução relativa do sistema de subsistência.

Para tal avaliação torna-se necessário utilizar dados da contabilidade nacional e comparar as parcelas do PNB correspondentes à produção do mercado externo e do mercado interno, em um intervalo de tempo previamente estabelecido. A parcela do sistema de mercado externo, neste caso, é dada pela percentagem de exportações no PNB; a parcela do sistema de mercado interno, por sua vez, é representada pela parcela do PNB que não é exportada e não provém da agricultura e mineração (SOUZA, 2008).

Vale lembrar ainda que uma definição abrangente de desenvolvimento envolve, além da melhoria de indicadores econômicos e sociais, a questão da preservação ambiental (SOUZA, 2008). Isto porque com o tempo, o crescimento econômico tende a esgotar os recursos produtivos por meio de sua utilização indiscriminada, como, por exemplo, o desmatamento de florestas, a exaustão de reservas minerais e a extinção de certos tipos de peixes.

De acordo com Rios-Neto (2009), o desenvolvimento deve ser “sustentado e sustentável”. Sustentado compreende a associação entre economia e crescimento e o termo sustentável inclui o debate ambiental e a disponibilidade de recursos naturais. A estabilização da população mundial, segundo a ONU e análise do autor, é considerada importante para a viabilização deste desenvolvimento. Todavia, para fins de simplificação, este tema específico não será objeto do presente trabalho.

Em relação ao tema crescimento populacional, Souza (2008) defende que este implica necessariamente em um ônus para qualquer economia, senão por outras razões, ao menos porque os seres humanos vêm a este mundo primeiro como consumidores e só mais tarde como produtores. Entretanto, vale lembrar que se uma economia está sujeita a barreiras institucionais e

econômicas, por exemplo, a população adicional (resultante do crescimento demográfico) jamais poderia se tornar produtiva e o ônus inicial não poderia jamais ser superado por um aumento proporcional ou mais que proporcional do produto.

Nessa conjuntura, de acordo com Singer (1980), a escolha para as nações em desenvolvimento não deve ser entre uma população menor com renda per capita maior ou uma população maior com menor renda per capita, mas entre diferentes alternativas de como elevar a renda per capita.

Contudo, é preciso lembrar mais uma vez que o crescimento demográfico leva a uma expansão do produto interno somente na medida em que o acréscimo populacional se integra na economia de mercado. Se a economia se desenvolve, isto acaba por acontecer, mas se ela retém sua estrutura primitiva, sem as políticas públicas necessárias, então o aumento da população não faz mais do que engrossar as fileiras dos que se encontram fora do mercado, agravando o já alarmante problema do desemprego.

De acordo com Singer (1980, p.139):

O crescimento populacional é excepcionalmente elevado nos países não desenvolvidos, no presente, porém tende a cair a longo prazo, como resultado indireto e geral da expansão de economia de mercado. A experiência do passado e alguns dados comparativos mostram que a população do Setor de Subsistência geralmente se “atrasa”, em relação aos Setores de Mercado, no processo de mudança para uma fecundidade menor (que é parte da chamada “transição demográfica”) a não ser que haja um esforço deliberado para precipitar a redução da fecundidade. Isto significa que a adoção do planejamento da família pela população do SS [Setor de Subsistência] pode ser antecipada ou retardada, isto é, sua ocorrência no tempo pode ser influenciada em função das necessidades da economia, ao menos em termos gerais.

Ainda em relação ao crescimento populacional, por fim, salienta-se que, conforme relatam Paiva e Wajnman (2005), logo após a Segunda Guerra Mundial, o debate relacionava-se a duas

linhas de pensamento que se contrapunham. Na primeira linha encontravam-se os seguidores da tradição malthusiana, que consideravam o crescimento da população superior à disponibilidade de recursos e, em conseqüência, tornava-se, no longo prazo, um impedimento ao crescimento econômico. A segunda corrente, considerada otimista, acreditava que o crescimento populacional, ao contrário, induziria o consumo e proporcionaria a mão-de-obra necessária ao crescimento econômico.

Diante do exposto, a seção a seguir possui como objetivo analisar a origem e o contexto das correntes do pensamento econômico-demográfico supracitadas.

1.2. Debate Econômico-Demográfico: os economistas clássicos

Como já citado anteriormente, há uma ampla discussão econômico-demográfica, de importância que se observa também nos dias atuais e cujos protagonistas mais conhecidos foram: Adam Smith (1723-1793), Thomas Robert Malthus (1766-1834) e Karl Marx (1818-1883).

Santos e Szmrecsányi (1980a) relembra que Adam Smith foi o primeiro a dedicar certa atenção à temática econômico-demográfica. Este autor apresentava uma visão otimista do mundo, tendo em vista que sua obra foi redigida na fase de expansão comercial da Inglaterra e no começo da Revolução Industrial, bem antes da Revolução Francesa e numa época em que a transição demográfica mal havia se iniciado em seu país. Santos e Szmrecsányi (1980a) sintetiza que dentre as observações demográfico-econômicas apresentadas por Smith, três merecem destaque:

Tanto a natalidade como a mortalidade são maiores entre as classes mais pobres da população, isto é, a pobreza não impede o casamento e a procriação, mas dificulta a sobrevivência; a população humana se multiplica de acordo com seus meios de subsistência, cuja disponibilidade depende não apenas da existência de recursos naturais, mas também da produtividade da força de trabalho; e o crescimento da população sempre constitui indício de prosperidade econômica, ou seja, a riqueza crescente gera maiores salários e estes induzem o crescimento da população, primeiro através de uma queda na mortalidade e, em um segundo momento, mediante a intensificação da nupcialidade e da fecundidade. (SANTOS E SZMRECSÁNYI, 1980a, p. 265).

Segundo Heer (1972), Adam Smith discutiu as economias de escala, isto é, a maneira pela qual o custo de produção poderia ser reduzido pelo aumento de sua escala. O autor analisa que Henry Ford demonstrou os princípios de Adam Smith produzindo o Ford Modelo T por um preço consideravelmente inferior ao cobrado pelos concorrentes que não empregavam técnicas de produção em massa.

Em sua clássica obra, “A Riqueza das Nações”, Smith expressa sua opinião em relação à importância do crescimento populacional:

Por conseguinte, assim como a remuneração generosa do trabalho é o efeito da riqueza crescente, da mesma forma é a causa do aumento da população. Queixar-se disso equivale a lamentar-se sobre a causa e o efeito necessário da prosperidade máxima da nação (SMITH, 1996, p. 127)¹.

Diante do exposto, verifica-se que Smith defendia a ideia de que se o crescimento da população, expandindo o mercado de bens, permite um aumento da escala de produção, e se o aumento desta escala reduz os preços médios, o aumento da população ocasionará menores custos de produção. Cumpre reconhecer, entretanto, conforme Heer (1972), que talvez haja uma

¹ Obra republicada na série “Os Economistas”, Editora Nova Cultural LTDA, Edição 1996.

escala ótima de produção e que o aumento de escala de operações além de certo ponto redundará em custos médios antes mais altos do que mais baixos.

Em contrapartida, o efeito negativo do aumento populacional sobre o custo médio de produção baseia-se na premissa de que todo o aumento da população provoca diminuição dos recursos naturais *per capita* (HEER, 1972). Este ponto de vista totalmente divergente foi exposto à atenção do mundo por Malthus, em sua obra clássica “Ensaio Sobre a População”.

A abordagem malthusiana se torna fundamental ao tipo de análise, pois foi Malthus, em 1798, quem preconizou a discussão sobre a problemática do crescimento populacional. O trabalho em questão foi redigido em circunstâncias históricas e sociais bem diferentes da época da obra de Adam Smith, no auge da Revolução Francesa, onde o contexto que a Inglaterra estava inserida compreendia desemprego e empobrecimento da população, cujo volume estava aumentando de forma alarmante devido aos efeitos iniciais da transição demográfica e da intensa urbanização. Graças às polêmicas geradas pelas idéias malthusianas, o autor pode ser considerado um verdadeiro divisor de águas na história dos estudos demográficos (RIOS-NETO, 2009).

De acordo com a concepção malthusiana, existiam “freios” ao crescimento demográfico, divididos conforme a seguinte classificação: os positivos e os preventivos. Se o crescimento populacional não fosse contido, o resultado seria fome, miséria, epidemias e morte. Esses fatores constituíam o que Malthus chamava de freios “positivos”. Por freios “preventivos” tem-se a possibilidade de que, por falta de meios de sobrevivência, os seres humanos adiassem o casamento e o nascimento de filhos (MALTHUS, 1983)².

Sendo os freios positivos ou preventivos, vale lembrar que Malthus, como sacerdote, não poderia admitir o casamento conciliado com controle familiar por qualquer meio utilizado na época, assim como não defenderia o sexo fora do casamento. Segundo sua visão, se o homem

² Obra republicada na série “Os Economistas”, Editora Abril Cultural, Edição 1983.

estivesse impossibilitado de constituir uma família por questões financeiras, deveria se abster de práticas sexuais (RIOS-NETO, 2009).

Considerando o fato da taxa de crescimento populacional superar a taxa de produção dos meios de subsistência, Malthus acreditava que a pobreza seria o “fim inevitável do homem”:

Então, adotando meus postulados como certos, afirmo que o poder de crescimento da população é indefinidamente maior do que o poder que tem a terra de produzir meios de subsistência para o homem. A população, quando não controlada, cresce numa progressão geométrica. Os meios de subsistência crescem apenas numa progressão aritmética (MALTHUS, Os Economistas, 1983, p. 7).

Para Malthus, qualquer progresso técnico exógeno alteraria o nível de vida da população apenas temporariamente, no curto prazo, já que no longo prazo a população cresceria e reduziria os salários ao nível de subsistência previamente existente, continuando com níveis iguais ou até mesmo inferiores de bem-estar social (RIOS-NETO, 2009).

Malthus pensava que, estando em equilíbrio população e alimentação, o constante aumento demográfico, antecipando-se ao aumento dos meios de subsistência, acabaria por provocar diminuição na renda do trabalhador, enquanto, pela escassez relativa dos alimentos, subiriam os preços destes. No período de miséria que adviria dessa situação, a população seria desestimulada a crescer. Ao mesmo tempo, os baixos salários reais induziriam maior emprego na agricultura, com o que cresceria a oferta de produtos de subsistência. O estado de miséria seria, então, abrandado, e a população voltaria a crescer; e tudo se repetiria. Cabe então a observação de que ao próprio homem pobre cabe a culpa de sua pobreza (APRESENTAÇÃO: MALTHUS, Os Economistas, 1983, p. 9).

De acordo com Rios-Neto (2009), tendo por base a teoria malthusiana, pode-se concluir que as reformas sociais apenas iriam incentivar ainda mais o rápido crescimento populacional, assim como o aumento da demanda sobre os meios de subsistência. Se os homens tivessem acesso à maior quantidade de renda, ainda mais se esta fosse disponibilizada sem nenhum

esforço, como é o caso da renda advinda das reformas sociais – que Malthus chamava de Lei dos Pobres³ -, ocasionaria o aumento ainda mais desenfreado da população.

Ainda no que diz respeito às reformas sociais, vale ratificar que Malthus não via com bons olhos também o auxílio monetário dado por um rico a um pobre. Neste caso, defende-se que se um homem pobre recebesse alguma quantia sem contrapartida de seu trabalho, poderia se considerar mais rico e, portanto, trabalhar menos; posteriormente tal homem estaria tão pobre quanto estava antes e a sociedade como um todo em pior estado, tendo em vista que a produção cairia fruto da doação. E ainda, ao receber o auxílio, ele o gastaria na compra de itens que não tiveram sua produção aumentada, acarretando um aumento de preços que atingiria a sociedade em geral (MALTHUS, 1983).

Sob a ótica de Malthus, se for considerado que o crescimento populacional é superior ao crescimento dos meios de subsistência, a miséria não seria causada pelo governo e não estaria diretamente ligada à distribuição de renda: a culpa seria necessariamente do homem, de sua procriação e conseqüente pressão sobre os recursos naturais, recursos estes limitados pela lei dos rendimentos decrescentes⁴ da agricultura (RIOS-NETO, 2009).

De acordo com Heer (1972), o mundo em que Malthus desenvolveu sua teoria estava sujeito, segundo o próprio, a rendimentos marginais decrescentes pelos acréscimos adicionais de trabalho, e qualquer aumento da população resultaria num declínio da produção econômica *per capita*. O fato de Malthus errar em seu prognóstico de um padrão de vida declinante deveu-se aos consideráveis progressos da tecnologia registrados depois de sua época.

3 Em 1601, surgiu na Inglaterra a Lei dos Pobres, que concedia auxílio financeiro, mas obrigava os homens capazes a prestar serviço em asilos e albergues.

4 Também conhecida por Lei das Produtividades Marginais Decrescentes, a Lei dos Rendimentos Marginais Decrescentes significa que os acréscimos de produção de um bem tornam-se cada vez menores à medida que vamos acrescentando mais unidades de determinado fator produtivo, mantendo a quantidade dos restantes fatores produtivos constantes. Apesar de não constituir uma verdade universal (em determinadas situações pode verificar-se exatamente o contrário), a Lei dos Rendimentos Marginais Decrescentes pode ser observada empiricamente em numerosas situações, ajudando a explicar muitos fenômenos, constituindo também um dos pressupostos base para a formulação da teoria da oferta (Dicionário de Economia, 2010). Disponível em: http://www.notapositiva.com/dicionario_economia/leirendimmargindecresc.htm.

Sem embargo, Heer (1972) afirma que não existem dúvidas quanto à validade global da análise clássica; o que resta a discutir é o tamanho exato da população além do qual principiam a surgir os rendimentos decrescentes, e a exata relação entre cada aumento do tamanho da população e cada aumento da produção.

Conforme relata Santos e Szmrecsányi (1980a), um dos autores que mais intensamente participou da referida polêmica exposta por Malthus - o efeito sempre negativo do crescimento populacional - foi Karl Marx. Sua contribuição se deu, respectivamente, por meio da *Introdução à Crítica da Economia Política* (1858), parte III, e através do livro I de *O Capital* (1867). Verifica-se pela data de publicação que tais obras foram escritas em uma época em que as três revoluções (política, econômica e demográfica) já se haviam completado.

Marx afirma que a análise não deve ser iniciada pela população, já que a mesma não fornece, por si só, informações genéricas e objetivas sobre a economia de uma região:

Por fim, cabe mencionar a colaboração de Marx para o entendimento da população. Em sua teoria de classes, o antagonismo presente no sistema capitalista se dá entre os proprietários dos meios de produção, a burguesia, e aqueles que possuem apenas sua força de trabalho para vender, os proletários. Por contar apenas com a possibilidade de vender a força de trabalho, estes últimos apresentam forte tendência ao aumento de sua prole e, conseqüentemente, da força de trabalho disponível – por isso são chamados proletários. Tal aceção vai ao encontro das observações anteriores de Smith e, em certa medida, de Malthus, o qual condenava as Leis dos Pobres por entender que estas incentivavam a constituição de famílias por pessoas que não tinham condições econômicas para tanto. Cabe salientar que à época de Marx o processo de urbanização, conjugado com avanços na medicina e nas condições sanitárias, contribuíram para a diminuição da mortalidade e, dessa forma, para o crescimento populacional. (Kimpára, 2010, p. 3)

Após breve análise das correntes teóricas clássicas, no que tange ao crescimento populacional e sua relação com o crescimento econômico, a seção a seguir prosseguirá com a

abordagem de outras correntes de notório valor na análise histórica da relação entre economia e demografia.

1.3. Outras Abordagens da Análise Econômico-Demográfica

Após o debate econômico-demográfico de acordo com a visão dos economistas clássicos, é importante salientar abordagens posteriores de notório destaque, tais como: os neomalthusianos, os reformistas, os neoclássicos, o modelo de Becker e a teoria do ótimo da população.

O crescimento populacional na história da humanidade no pós 2ª Guerra Mundial veio reavivar os argumentos de Malthus. Nesse período, entretanto, elaborou-se uma teoria cuja ênfase não é relacionar população e natureza, mas sim os efeitos do rápido crescimento demográfico na estrutura da população e no processo de desenvolvimento econômico (MARTINE, 2005).

De acordo com Martine (2005), os neomalthusianos, também chamados de alarmistas ou controlistas, passaram a responsabilizar os países subdesenvolvidos pelo elevado crescimento demográfico e pelo quadro internacional alarmante gerado por este último. O fato de a visão neomalthusiana ser de fácil entendimento, tanto para o público em geral quanto para os políticos dos países desenvolvidos, acabou gerando um interesse mundial a favor da redução da fecundidade. A maioria dos países subdesenvolvidos do mundo inteiro foi estimulada a formular políticas populacionais, entendidas, basicamente, como políticas de planejamento familiar que levariam à redução da fecundidade.

Santos e Szmrecsányi (1980a) diz que, para a teoria neomalthusiana, qualquer solução dos problemas socioeconômicos dos países em desenvolvimento passa necessariamente pelo controle da natalidade. Este deve ser obtido preferencialmente por meio da disseminação do uso de meios anticoncepcionais, promovida pelos já citados programas de planejamento familiar, daí a origem da denominação de teoria controlista.

Afirmam os neomalthusianos, de acordo com Singer (1980), que a pirâmide de idade, de base larga, característica dos países com elevada taxa de natalidade, revela relação de dependência que torna difícil o estímulo para o desenvolvimento. Essa afirmação baseia-se no fato de que a grande parcela de jovens na população representaria um encargo excessivo para a população economicamente ativa. O autor lembra ainda que a divisão do produto nacional bruto pelas novas gerações, ainda não incorporadas no mercado de trabalho, reduz a possibilidade de aumento da renda per capita.

Diante do contexto norteador desta corrente, começaram a surgir recursos, fundações, institutos e organismos internacionais dedicados, explicitamente, cada qual à sua maneira, a combater ou minimizar a ameaça do rápido crescimento demográfico.

Martine (2005) observa que dentre os estudiosos da teoria controlista, estava o notório John D. Rockefeller. Os cientistas sociais de sua própria Fundação não vislumbravam envolver-se em atividades "pragmáticas" na área populacional e, com isso, foi criado, por iniciativa de Rockefeller, o Population Council. Nesse contexto estavam inseridas ainda outras entidades, como, por exemplo, a Fundação Ford. Entretanto, o ápice da participação dessas entidades na luta contra o crescimento demográfico foi a criação, em 1965, da United States Agency for International Development (USAID). Posteriormente, em 1969, foi inaugurado o Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP), que no ano de 1971 passou a ser o organismo oficial das Nações Unidas relacionado ao tema de programas populacionais.

O autor relata que quando as idéias neomalthusianas chegaram ao Brasil, a partir da década de 1960, já enfrentaram um bloqueio da intelectualidade e intenção desta de rejeitar toda forma de "imperialismo" – inclusive essa tentativa de influenciar os padrões de reprodução da população brasileira. Diante desse panorama, é interessante observar que a questão populacional era um dos poucos temas no qual direita e esquerda não se opunham. O pensamento conservador brasileiro, incluindo os militares, preocupados com a soberania nacional, desconfiados das verdadeiras intenções das idéias controlistas e ainda crentes na vantagem de uma população numerosa, era contra a qualquer iniciativa estrangeira que pudesse influenciar o ritmo de crescimento demográfico do país.

Nesse contexto, os organismos internacionais que queriam influenciar a questão populacional no Brasil tiveram que optar por um de dois caminhos exemplificados a seguir. A USAID e o FNUAP se propuseram a estimular o planejamento familiar e, por conseguinte, a redução da taxa de fecundidade. Outros, como a Fundação Ford, o Population Council e a Fundação Rockefeller, adotaram uma estratégia que acabou sendo viável no Brasil: resolveram estimular a formação de uma massa crítica de cidadãos brasileiros capazes de assumir a iniciativa do pensamento político na área do estudo demográfico. Sendo assim, o melhor conhecimento da dinâmica demográfica – e não necessariamente a postura neomalthusiana – levaria às considerações pertinentes dos fatores populacionais no planejamento nacional (MARTINE, 2005).

O Simpósio sobre o Progresso da Pesquisa Demográfica no Brasil foi realizado no Rio de Janeiro, em junho de 1976, sob os auspícios da Fundação Ford, com o objetivo de estabelecer uma maior comunicação entre os cientistas interessados em demografia. Pesquisadores de todo o país e do exterior reuniram-se para apresentar resultados e conclusões de seus trabalhos e debater a atual e futura situação dos estudos populacionais no Brasil. O resultado mais importante do simpósio foi, sem dúvida, a criação da ABEP [Associação Brasileira de Estudos Populacionais] (MARTINE, 2005, p.9).

Em resposta à teoria controlista, foi elaborada, por estudiosos dos países subdesenvolvidos, a teoria demográfica reformista. Ao contrário de Malthus e dos neomalthusianos, que culpam os países subdesenvolvidos e seu grande crescimento populacional de bloquear o desenvolvimento econômico e social, os reformistas defendem que foi a situação de pobreza e subdesenvolvimento a responsável pelo excessivo crescimento demográfico e conseqüente estado de miséria (MIRANDA, 2007).

Logo, de acordo com essa teoria, se não houvesse a miséria no mundo, as pessoas provavelmente teriam disponíveis serviços de saúde, higiene, educação e demais necessidades sociais, o que regularia de forma natural o crescimento populacional. Portanto, é efetivamente a falta dessas condições que acarreta o crescimento desordenado da população.

Conforme Rocha e Lucas (2010), os reformistas pregam a necessidade de adoção de profundas reformas sociais e econômicas para superar os críticos problemas dos países subdesenvolvidos. A redução do crescimento populacional seria, como já explanado, consequência de tais reformas.

Vale ratificar que, de acordo com essa teoria, uma população jovem só é um problema para o crescimento e desenvolvimento econômico de um país quando esta classe é abandonada e não dispõe de acesso à educação, segurança e saúde. Este tipo de descaso gera, posteriormente, uma quantidade de mão de obra desqualificada que deverá incluir-se no mercado de trabalho, não favorecendo também nesse momento o estímulo ao desenvolvimento econômico nacional (ROCHA e LUCAS, 2010).

Conforme relembram Rocha e Lucas (2010), o investimento na educação é essencial na melhoria de todos os indicadores sociais de um país, visto que quanto mais miserável for a situação de uma família, menor será a consciência destes indivíduos sobre o planejamento familiar e ingresso ao mercado de trabalho.

Outra teoria de destaque visa explicar a passagem de uma fecundidade elevada a uma reduzida durante a transição demográfica. Tal teoria, conhecida como modelo de Becker (1960), consiste em uma aplicação de teoria microeconômica, assimilando o comportamento da fecundidade à teoria da demanda de bens. Para Becker, a fecundidade sempre esteve sob controle da população (dos pais) na medida em que era possível realizar casamentos mais tardios ou outras formas de controle da natalidade. Porém, vale lembrar que esse controle era mínimo, visto que estes comportamentos no mundo ocidental eram julgados negativamente pela sociedade.

Para Becker (1960), nas sociedades modernas, a redução da mortalidade vem acompanhada da redução da natalidade, visto que com a alta mortalidade, a alta natalidade servia como uma reposição do número de filhos desejados. Com a redução da mortalidade, a natalidade reduz, porque tal número é alcançado mais facilmente.

De acordo com Nascimento (2012), Becker defende que, sob aspectos econômicos, os filhos são considerados bens econômicos e são vistos como uma potencial fonte de renda: representam custos variáveis no decorrer de sua criação (curto prazo) e podem gerar satisfação ou retornos futuros. Vale lembrar que, fazendo uso da teoria microeconômica e considerando a teoria de Becker, a família possui custos com outros bens que também lhes trazem satisfação. Como seriam definidos, dessa forma, a quantidade de filhos e a quantidade de outros bens, dado a limitação da renda?

Como os filhos são considerados, de acordo com essa teoria, bens superiores⁵, a relação entre a renda e a fecundidade deveria ser positiva: quando a renda aumenta, o número de filhos também aumenta (efeito renda). Inversamente, de acordo com a lei da oferta e da demanda, o preço dos filhos é ligado ao seu número por uma ligação negativa: quando o custo das crianças aumenta, o número de filhos desejado diminui (efeito preço). Enfim, a determinação da demanda dos filhos, quando há aumento de renda, depende da importância relativa do “efeito preço” em relação ao “efeito renda” (PINDYCK & RUBINFELD, 2002). Se o primeiro é preponderante, como pensa Becker (1960), é possível que um aumento de renda seja associado a uma demanda de filhos reduzida, tendo em vista que se pode optar por melhorar a qualidade de vida dos filhos já existentes, ocasionando aumento de custos, ao invés de simplesmente aumentar o número de filhos.

Tapinos (1985) ratifica o exposto no parágrafo anterior ao analisar a relação entre renda e fecundidade. O autor verifica que, tratando-se de um bem de luxo⁶, o crescimento da renda deveria provocar um aumento no número de filhos desejados e na “qualidade” da criança. Observa-se que, conforme a análise microeconômica de bens superiores, a elasticidade quantidade/renda é mais fraca que a elasticidade qualidade/renda. Isto significa dizer que, quando a renda aumenta, as despesas destinadas à educação dos filhos aumentam mais que o número de

⁵ De acordo com Pindyck & Rubinfeld (2002), bens normais ou superiores são aqueles em que quando aumenta a renda, aumenta a demanda, sendo o inverso válido, isto é, a demanda diminui quando a renda também diminui.

⁶ Bens de luxo são aqueles que, ao se aumentar a renda, a sua quantidade demandada aumenta em maior proporção do que o aumento observado na renda (Pindyck & Rubinfeld, 2002).

filhos e não é impossível, por consequência, que o número de filhos continue estável quando a renda cresce. O autor analisa ainda que a tese de Becker se aplica principalmente aos países desenvolvidos.

Caldwell (1976) ratifica o modelo de Becker. Segundo esse autor, em toda a sociedade, a dimensão da família depende das vantagens que os pais retiram de seus filhos. Logo, o que importaria é o saldo líquido dos fluxos econômicos entre pais e filhos. Para Caldwell, a modificação dos comportamentos de fecundidade deve ser ligada, em parte, à passagem da família extensiva à família nuclear e, por outra parte, as transformações no processo produtivo.

Ressalta-se ainda, dentro do contexto de dinâmica populacional, a questão da população máxima, que atingiu o auge na década de 1980. Questionavam-se quantos homens poderiam viver, no máximo, e serem alimentados. De acordo com Sauvy (1979), o ótimo seria o número que permitisse satisfazer certo objetivo dado, da melhor maneira possível: em termos populacionais, pode tratar-se de assegurar o nível de vida mais elevado possível em determinado país.

De acordo com a Teoria do Ótimo da População, há vantagens e desvantagens referentes à população numerosa. Dentre as vantagens, pode-se citar a divisão do trabalho, os custos gerais da coletividade distribuídos entre um maior número de pessoas, as possibilidades de produção em série e transportes mais vantajosos (SAUVY, 1979).

Em compensação, há desvantagens entre as quais a principal é a lei dos rendimentos decrescentes, descoberta por Tucker no século XVIII e plenamente utilizada por Ricardo: as terras a explorar são cada vez mais pobres, a pesca cada vez mais distante, etc. Sabe-se que essa desvantagem, a princípio de pouca ou nenhuma importância, termina, no correr do tempo, por predominar, o que confirma a existência de um ótimo. É notório que quando a população é ótima, do ponto de vista econômico, ela não tem interesse em aumentar ou diminuir (SAUVY, 1979).

Um das principais críticas a essa teoria, de acordo com o autor, refere-se ao fato do cálculo da população ótima não ter sido feito ou pelo menos publicado para nenhum país, mesmo

na época de maior prestígio da teoria. Essa abstenção geral prova que a noção é menos simples do que parece: na melhor das hipóteses, ela pode convir a uma população agrícola.

Após breve análise sobre o debate econômico-demográfico, finaliza-se o presente capítulo, e salienta-se que será abordado em particular, no capítulo a seguir, o processo de transição demográfica, características da transição no Espírito Santo e o papel do bônus demográfico no crescimento e desenvolvimento econômico.

2. PROCESSO DE TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA

Segundo Beltrão e Meddici (1995), a teoria da transição demográfica apresenta fundamentalmente três pilares. O primeiro deles consiste na precedência no tempo da queda da mortalidade. Segundo este pilar, a transição demográfica se inicia com a redução da mortalidade, em função de conquistas associadas ao progresso técnico, tais como melhoria dos sistemas de saneamento e o combate a doenças transmissíveis. Nessa fase, a alta mortalidade, especialmente a infantil, seria o maior estímulo à manutenção das elevadas taxas de fecundidade no período pré-transicional, para fins de reposição.

Já o segundo pilar seria o da transição reprodutiva, a qual ocorreria em duas fases. Em primeira instância, os casamentos tendem a ser adiados e, posteriormente, ocorre o controle da fecundidade por parte das pessoas que já vivem em união. Assim, as taxas brutas de mortalidade e de fecundidade passariam a decrescer em valores similares uma em relação à outra. Vale dizer também que a fecundidade seguiria caindo a partir do ponto em que a mortalidade atingiria certo equilíbrio, deixando de cair ou caindo a taxas mais suaves (BELTRÃO e MEDDICI, 1995).

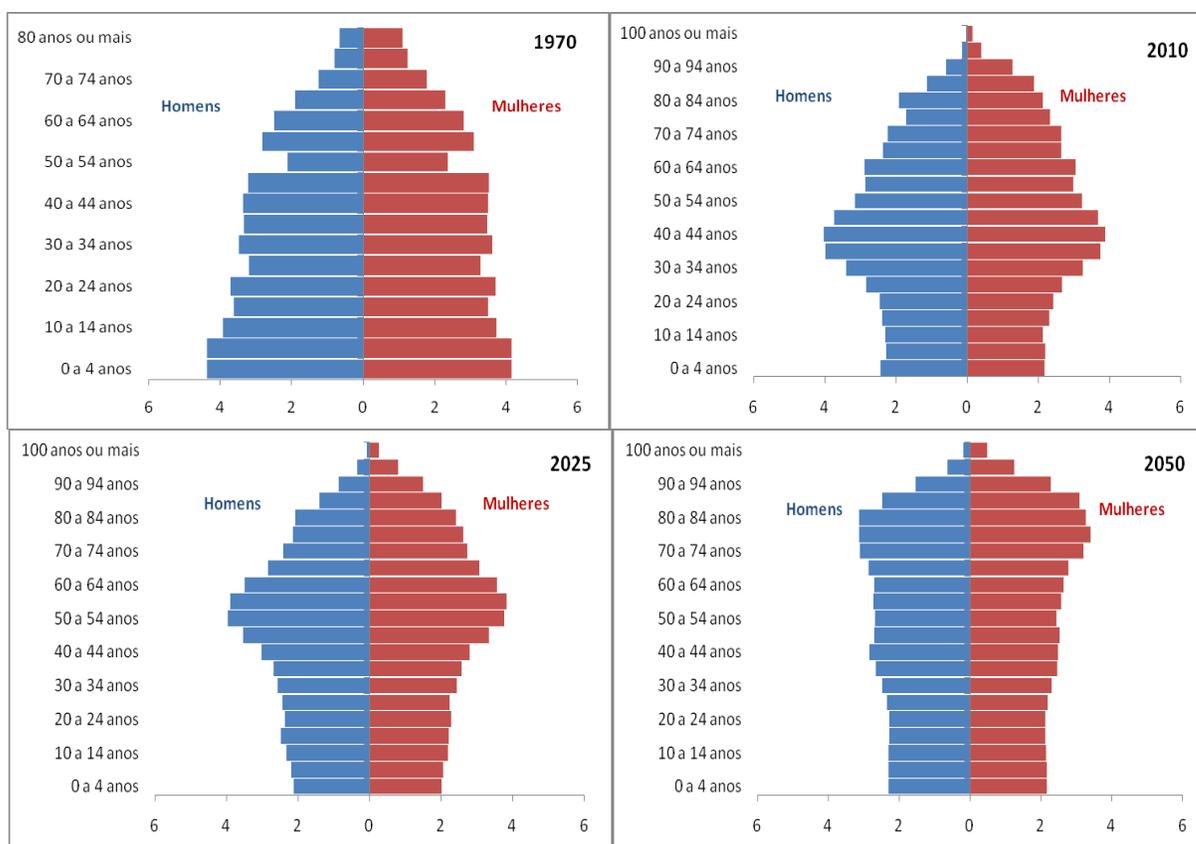
O terceiro pilar, por fim, corresponde às influências do crescimento econômico moderno, que destaca a importância dos mercados na dinâmica e na mobilidade do crescimento populacional. Vale acrescentar, neste ponto, que a expansão do comércio mundial e a dinâmica da urbanização e da modernização agrícola, expulsando mão-de-obra do campo para a cidade, teriam influenciado no incremento do processo de queda da fecundidade (BELTRÃO e MEDDICI, 1995).

Ratificando o mesmo ponto de vista a respeito das etapas da transição expressas anteriormente, Heer (1972) relata que a teoria da transição demográfica, em sua primeira fase, apresenta elevados coeficientes de natalidade e mortalidade, e, por conseguinte, o aumento natural da população é praticamente nulo. Na segunda fase, verifica-se uma taxa elevada de crescimento populacional, causada pelo fato do declínio do coeficiente de mortalidade se processar em ritmo muito mais rápido do que o declínio de coeficiente da natalidade. Na fase posterior, a taxa de crescimento da população é positiva, porém de menor proporção que na

segunda; nessa terceira fase, o coeficiente de natalidade declina mais rapidamente que o de mortalidade. Na última fase, por sua vez, o crescimento populacional é pequeno ou negativo, visto que o baixo coeficiente de natalidade se aproxima, em magnitude, de um baixo coeficiente de mortalidade.

Os gráficos expostos a seguir mostram o modelo clássico de transição demográfica, exemplificado pela distribuição da população italiana para os anos de 1970 e 2010, assim como a previsão da mesma distribuição para os anos de 2025 e 2050, todas essas representadas pelas pirâmides etárias. Nota-se que no decorrer dos últimos anos a população vem envelhecendo, com previsões de a população idosa corresponder a 33,25% da população em 2050.

Gráfico 1 – Pirâmides Etárias Proporcionais – Itália



Fonte: Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat.

De acordo com Patarra e Ferreira (1986), este esquema tradicional pressupõe que a queda da mortalidade precede sempre a da natalidade e, apesar de essencialmente descritivo, revela,

mesmo que implicitamente, certa relação causal: a queda sucessiva da mortalidade põe em ação mecanismos que favorecem a queda da natalidade.

Heer (1972) afirma que os principais autores que difundiram a idéia da transição demográfica deram grande destaque à simultaneidade do desenvolvimento econômico, da industrialização e da urbanização como causas do declínio inicial da mortalidade e do declínio posterior da fecundidade. Sobre o declínio da mortalidade, o autor verifica que o desenvolvimento econômico acarreta uma elevação do poder de compra, que inclui um nível mais alto de nutrição, maiores recursos sanitários e atendimento médico melhorado, argumento este que foi usado por Adam Smith, conforme foi explanado no capítulo anterior.

Em relação à queda da fecundidade, pode-se efetuar uma breve análise das formas de abordagem em relação aos fatores que determinaram sua evolução. De acordo com as análises macroeconômicas, vincula-se a queda da fecundidade a fatores gerais como a escassez de recursos e a ausência de perspectivas econômicas da população, gerando novos padrões de comportamento reprodutivo, assumidos por muitos como sendo de difícil reversibilidade no tempo. Já as análises microeconômicas, por sua vez, procuram avaliar a questão da queda da fecundidade como sendo uma decisão baseada em critérios de custo-benefício realizados pelas próprias famílias: dessa forma, coerentemente com a teoria neoclássica das expectativas racionais, os filhos seriam planejados pelas famílias, em função de um balanço econômico das implicações decorrentes sobre a decisão de tê-los ou não tê-los. (BELTRÃO E MEDICI, 1995).

Patarra e Ferreira (1986) salientam ainda que a generalização deste esquema clássico tem sido questionada a partir de vários contra exemplos nos quais o declínio da mortalidade nem sempre precede o declínio da natalidade. No caso da França, por exemplo, os declínios das taxas de natalidade e mortalidade ocorreram de forma praticamente paralela ao longo do período 1790 a 1860.

É importante salientar ainda que a transição demográfica não se deu de forma uniforme entre países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Segundo Heer (1972), durante o período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, todas as nações industrializadas da Europa, da

América do Norte e da Oceania tinham mortalidades e fecundidades baixas, sendo que seu aumento natural intrínseco era praticamente nulo. Acreditava-se, portanto, que todas essas nações estivessem na última fase da transição demográfica. Ademais, a história demográfica de todas essas nações industrializadas parecia confirmar a teoria da transição: todas elas já haviam experimentado importantes declínios, não só da mortalidade, mas também da fecundidade, sendo que o declínio da primeira sempre precedia o declínio da segunda. Nesse contexto, as nações desenvolvidas que apresentassem baixa fecundidade e baixa mortalidade contrastavam acentuadamente com as nações em desenvolvimento, que apresentavam, na totalidade, alta fecundidade e alta mortalidade.

Vale lembrar ainda que, de acordo com Castiglioni (2006), dentre as conseqüências demográficas da transição, além do crescimento da população, destacam-se as modificações ocorridas na representação dos grupos etários, as modificações nos modelos familiares, a feminização do segmento dos idosos e o aumento da representação dos idosos com mais de 80 anos.

É notório que, segundo Beltrão e Medici (1995), as conseqüências das mudanças na estrutura etária para a sociedade e a economia devem ser salientadas, dentre as quais se podem destacar: redução do peso relativo da população jovem; aumento do grau de envelhecimento da população, ou seja, da proporção de pessoas com sessenta e cinco anos de idade ou mais⁷ e o crescimento da população em idade ativa até 2050. Pode-se compreender que na formulação de políticas públicas, como, por exemplo, as políticas de educação, saúde, mercado de trabalho e previdência, devem ser consideradas as mudanças demográficas.

Coale e Hoover (1958) concluem que o mais relevante na dinâmica populacional é analisar os impactos das mudanças estruturais da população sobre o crescimento econômico. Uma de suas principais conclusões era que, com a queda da razão de dependência, tendo em vista

⁷ De acordo com o Estatuto do Idoso, Lei 10.741 de 01 de outubro de 2003, considera-se no Brasil como pessoas idosas as que possuem idade superior a 60 anos. Todavia, para melhor representar as condições de vida da população, que apresenta esperança de vida crescente, também se considera, para fins de estudo, grupo dos idosos àqueles cidadãos com 65 anos ou mais.

a redução da fecundidade, haveria um aumento na taxa de poupança e, em conseqüência, na taxa de crescimento.

Vale lembrar que menores taxas de mortalidade infantil e maiores níveis de esperança de vida significam, além de melhores condições de vida, maior disponibilidade de pessoas aptas a contribuir com o desenvolvimento econômico e social do país, o denominado bônus demográfico, caracterizado pelo período no qual a proporção de pessoas em idade ativa é alta em relação aos dependentes. O conceito e a importância do bônus serão abordados na próxima subseção do presente capítulo.

Todavia, de acordo com Paiva e Wajnman (2005), antes de se obter o que se convencionou chamar de bônus demográfico, vale lembrar que com a manutenção de taxas altas de fecundidade e redução da mortalidade infantil, eleva-se a proporção de jovens fora da população economicamente ativa (PEA) e, em conseqüência, o consumo, eliminando-se a poupança, em um primeiro momento, e levando a economia à estagnação.

As conseqüências para as políticas públicas decorrentes da interpretação acima são claras: dadas as externalidades negativas resultantes de um tamanho maior de família, seriam necessárias políticas de planejamento familiar para promover o controle da natalidade. Salienta-se ainda que um dos possíveis efeitos negativos do crescimento populacional em países não desenvolvidos é que a maioria possui altas taxas de desemprego, de modo que o rápido aumento da força de trabalho tende a agravar um problema já por si bastante difícil (PAIVA E WAJNMAN, 2005).

É importante salientar que concomitantemente às mudanças estruturais, ocorrem modificações nos modelos familiares e no fluxo de bens e serviços entre pais e filhos. Nas sociedades tradicionais, por exemplo, os filhos representam lucro à família: seu custo é considerado baixo e, à medida que entram na população economicamente ativa, garantem mão-de-obra à economia familiar e apoio aos pais na velhice. Já nas sociedades modernas, o fluxo de bens e serviços opera principalmente na direção inversa: o filho tem custo considerado elevado e sem muito retorno para a família, pois ao atingir a fase adulta, constituirá sua própria família, que geralmente exclui a presença de pais idosos (CASTIGLIONI, 2006).

Ainda de acordo com Castiglioni (2006), é importante analisar as conseqüências da chamada ação da seletividade por sexo. Verifica-se que nascem mais homens que mulheres, numa relação de, em média, 105 por 100 em países onde os níveis de mortalidade não são altos. Vale lembrar que no decorrer da vida, a maior resistência feminina e as diferenças comportamentais entre homens e mulheres, no que tange a comportamentos que aumentam os riscos das doenças e de morte, reduzem o índice de masculinidade e, posteriormente, percebe-se que as mulheres passam a predominar na população, isto é, ocorre a feminização do envelhecimento (CASTIGLIONI, 1994).

É notório que, além do envelhecimento da população, deve ser considerado o aumento da sua longevidade, traduzido pelo aumento na esperança de vida ao nascer:

A queda da mortalidade provoca a elevação da esperança de vida, aumentando as chances de sobrevivência dos indivíduos até idades mais avançadas, com conseqüente crescimento da representação dos idosos na população. Nos países com nível de desenvolvimento avançado, a mortalidade nos primeiros anos de vida chegou a um nível tão baixo que as reduções ainda possíveis terão um impacto pouco significativo sobre a evolução da duração média da vida da população. Por outro lado, as taxas de natalidade já atingiram também seus níveis mínimos. Assim sendo, nos países mais desenvolvidos é o contínuo aumento da longevidade que constitui o fator determinante do aumento progressivo do processo de envelhecimento. Mesmo que, em alguns destes países a fecundidade apresente variações positivas, estas são insuficientes para modificar significativamente o curso geral da transição (CASTIGLIONI, 2006)

Relacionadas à transição demográfica, observam-se ainda mudanças nos padrões de mortalidade: verifica-se a passagem de um perfil de mortalidade elevada, causada principalmente por doenças infecciosas, para um perfil de mortalidade baixa, no qual as doenças decorrentes do processo degenerativo do organismo e as causas externas passam a ocupar o topo do ranking, processo este chamado de transição epidemiológica (PRATA, 1992).

De acordo com Castiglioni (2012), a transição demográfica, o envelhecimento populacional e a transição epidemiológica são processos estreitamente correlacionados. A autora relata que o declínio das componentes do crescimento demográfico altera o peso dos grupos etários desencadeando o processo irreversível de envelhecimento populacional. Além do mais, as idades mais avançadas passam a se defrontar com riscos de morte por outros tipos de doenças: as de cura mais difícil no atual estágio de desenvolvimento médico e científico.

Por fim, é importante salientar outras considerações sobre a transição demográfica. De acordo com Patarra e Ferreira (1986), existem questionamentos em relação à transição demográfica como teoria. Dentre tais questionamentos, podem-se citar:

- A dificuldade para determinar as datas e os valores das taxas de natalidade e mortalidade nos períodos considerados como etapas da transição. Tal questionamento se refere à quantificação do modelo para cada sociedade;
- A verificação de que a dinâmica demográfica não foi tão estável nem tão uniforme no período anterior ao início da transição, isto é, as altas taxas de mortalidade e fecundidade também podem ser um fato recente; e
- O debate sobre a prioridade da fecundidade ou mortalidade como elementos iniciador do declínio, bem como as inter-relações entre ambos. Isto é, em que medida a mortalidade influencia a natalidade ou ao contrário.

Em relação a este último tópico, exemplifica-se, de acordo com Patarra e Ferreira (1986), o caso da maior parte das províncias da Bélgica, onde a queda da fecundidade legítima antecede a queda da mortalidade infantil, assim como na Alemanha, Finlândia e outros exemplos. Alguns pesquisadores propuseram uma ordem inversa de causalidade, isto é, a mortalidade infantil elevada como resposta a uma alta fecundidade.

Coale e Hover (1958) também apontam a impossibilidade de se generalizar o declínio da mortalidade precedendo o da fecundidade; em muitos casos foram declínios concomitantes,

enquanto em outros o declínio da fecundidade antecedeu o declínio da mortalidade infantil, como já citado anteriormente.

Outras críticas em relação ao esquema clássico de transição demográfica são observadas, tais como: o fato dos fenômenos como a nupcialidade e migração não serem incorporados na análise; o fato da interação entre movimentos e estruturas demográficas ser negligenciada nesta teoria, sendo que a evolução das taxas de mortalidade e fecundidade influencia a estrutura por idade e esta, por sua vez, atua no crescimento da população. Além do mais, a utilização das taxas brutas de natalidade e mortalidade torna a análise limitada, como mostra Patarra e Ferreira (1986), que relatam em seu estudo que o declínio da mortalidade na Inglaterra torna-se mais acentuado quando se padronizam as taxas brutas.

Salienta-se que, no que diz respeito à transição, é evidente a não existência de uma uniformidade simples que caracterizaria momentos de evolução para todas as sociedades em diferentes momentos históricos. Entretanto, vale lembrar que não se pode construir, por exemplo, uma explicação para a Inglaterra do século XVII e outra para o Brasil no fim do século XX (PATARRA E FERREIRA, 1986). Para esses autores, torna-se necessário uma explicitação dos fatores que variaram nos respectivos momentos, sendo que tal especificidade deve estar inserida em um contexto geral de mudanças demográficas.

Após essa breve análise das causas e conseqüências da teoria de transição demográfica, será analisado, na seção a seguir, como se deu o processo de transição no Brasil.

2.1. Transição Demográfica e Políticas Populacionais no Brasil

A condução das políticas populacionais no Brasil, ao longo das três últimas décadas do século XX, considerou os conceitos de política populacional, planejamento familiar e controle da natalidade como sinônimos, não refletindo, desta maneira, a realidade. De acordo com Alves (2006), uma política populacional refere-se aos três componentes da dinâmica demográfica:

mortalidade, natalidade e migração. Segundo o Dicionário de Economia (1985) tal política compreende:

Conjunto de procedimentos que objetivam alterar elementos da dinâmica populacional, ou seja, as taxas de natalidade, mortalidade e migração. Esses procedimentos visam basicamente ao tamanho da população e a sua distribuição etária e geográfica, procurando integrá-los às metas de desenvolvimento do país. Na maioria dos casos, entretanto, a política populacional está ligada quase exclusivamente ao controle da natalidade. O interesse pela questão é devido ao crescimento demográfico acelerado constatado em determinadas regiões, especialmente as subdesenvolvidas. No Brasil, não há uma política populacional clara, embora se observe uma tendência pró-natalista em várias leis, como a do salário-família, as de proteção da trabalhadora gestante, as do auxílio-natalidade e auxílio-maternidade, e a proibição do aborto.

Já o planejamento familiar está relacionado à idade ao casar, à idade com que se concebe o primeiro filho, ao espaçamento entre as gestações e aos métodos de concepção e contracepção. O controle da natalidade, por sua vez, considerado um direito do ponto de vista individual, caso se origine como exigência do Governo, se torna uma forma repressiva de planejamento familiar (ALVES, 2006).

Vale lembrar que desde a década de 1930 até a década de 1960, o governo brasileiro desenvolveu uma política demográfica nitidamente populacionista. Na Constituição de 1934 atribuía-se ao Estado à incumbência de dar assistência às famílias de “prole numerosa”. Na Constituição de 1937, por sua vez, estava prevista a seguinte cláusula: “às famílias numerosas serão atribuídas compensações na proporção de seus encargos”. Em 1941, no governo Getúlio Vargas, foi criado um decreto-lei que obrigava as pessoas solteiras ou viúvas, maiores de 25 anos, a pagar um adicional de 1% sobre o imposto de renda devido. Na Constituição de 1946, o artigo 164 assegurava o amparo às famílias de prole numerosa: os pais que tivessem mais de 6 filhos tinham direito a um abono especial. Mas além da política social, houve uma legislação claramente não controlista (ALVES, 2006):

- O Decreto Federal n. 20.291, de 11 de janeiro de 1932 estabelecia “*É vedado ao médico dar-se à prática que tenha por fim impedir a concepção ou interromper a gestação*”;
- Em 1941, durante o Estado Novo, foi sancionada a Lei das Contravenções Penais que em seu artigo 20 proibia: “*anunciar processo, substância ou objeto destinado a provocar o aborto ou evitar a gravidez*”.

No início dos anos 1970, durante a ditadura militar, a economia brasileira observava crescimento econômico considerável, período este conhecido como milagre econômico. No contexto político, a predominância entre os militares era de uma visão muito peculiar sobre crescimento demográfico, qual seja, consideravam o tamanho da população importante para a ocupação do país e tal fato era tema de segurança nacional. Segundo o pensamento da época, um país grande, tanto em território quanto em população, seria mais forte do ponto de vista político e militar. Nota-se que as idéias neomalthusianas não encontraram espaço no Brasil (PAIVA E WAJNMAN, 2005).

Como mostrou Canesqui (1982, p.23):

A doutrina da Segurança Nacional, adotada pelo regime militar no período 1964-1970, assegurou a posição natalista, incluindo expectativas quanto ao crescimento demográfico e o preenchimento dos espaços vazios de regiões a serem colonizadas (Amazonas e Planalto Central). Esta preocupação ficou bastante clara no Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970) do governo Costa e Silva. Este mesmo governo reafirmou suas convicções natalistas face ao desenvolvimento e à segurança, em mensagem dirigida ao Papa Paulo VI, por ocasião da publicação da Encíclica *Humanae Vitae* (1968), de forma a não contrariar a posição oficial da Igreja Católica, diante da política controlista da natalidade.

Desta forma, podemos observar que o pensamento da elite brasileira, até o início da década de 1970, não considerava o alto crescimento populacional como obstáculo ao crescimento econômico. As altas taxas de crescimento do PIB brasileiro entre 1968 e 1973 demonstravam a

compatibilidade entre dinâmicas populacionais e econômicas elevadas. Esta era a posição assumida por algumas autoridades, como o ministro Delfim Neto (ALVES, 2006).

É importante salientar ainda que, de acordo com Franco (2001), a crescente necessidade de mão-de-obra para sustentar o desenvolvimento industrial, além da preocupação do governo em povoar os vazios demográficos do interior do país, serviu de estímulo permanente à política populacionista observada. Nos anos de 1960, por exemplo, foram criados o auxílio-natalidade⁸ (1960) e o salário-família⁹ (1963). Verifica-se que este último benefício continua em vigor na atualidade, porém com seu valor original alterado: de acordo com a Portaria Interministerial MPS/MF nº 15, de 10 de Janeiro de 2013, o valor do salário-família compreende R\$ 33,16, para quem ganhar até R\$ 646,55, por filho de até 14 anos incompletos ou inválido de qualquer idade. Já para o trabalhador que receber de R\$ 646,55 até R\$ 971,78, esse valor corresponderá a R\$ 23,36.

Somando-se a isso, Paiva e Wajnman (2005) enfatizam ainda a posição contrária da Igreja Católica em relação a qualquer ação de caráter controlista, sobretudo se advinda do Estado. E, por fim, o pensamento político de esquerda defendia que o Brasil não necessitava de controle da população e sim de desenvolvimento econômico e de melhor distribuição de renda.

Diante desse contexto, as primeiras evidências da queda da fecundidade no Brasil, chamaram a atenção dos estudiosos do tema, visto que o país não adotava nenhuma política explícita de controle da natalidade (PAIVA E WAJNMAN, 2005).

⁸ Pagamento de um salário mínimo, aos pais, quando do nascimento de um filho.

⁹ Pagamento mensal de 5% do salário mínimo local, para cada filho, até os 14 anos de idade.

A literatura econômica sobre os determinantes da fecundidade era predominantemente de cunho microeconômico e apontava os efeitos da mudança nos custos relativos dos filhos sobre a determinação de tê-los. A qualidade se sobrepunha à quantidade na formação do tamanho ideal de família. A educação era elemento-chave na determinação de se ter ou não um filho adicional, assim como a queda da mortalidade infantil, ao permitir o aumento no número de filhos sobreviventes. Esses modelos, que se tornavam mais complexos do ponto de vista de sua especificação, supunham um mundo simples e homogêneo, onde preço e quantidade definiriam o tamanho da família, tudo o mais constante (PAIVA E WAJNMAN, 2005, p.308).

De acordo com Alves (2006), no Brasil não existe uma lei de população como existe no México, por exemplo, mas existem muitas políticas públicas brasileiras que possuem efeitos não-previstos sobre a dinâmica demográfica. Pode-se citar, nesse caso, a existência de políticas públicas de combate à mortalidade, epidemia de AIDS, combate à fome e à desnutrição, segurança alimentar, combate à mortalidade materno infantil, dentre outras. Além disso, na área de natalidade, como já citado anteriormente, existe o parágrafo 7 do art. 226 da Constituição Brasileira e uma lei específica (n. 9.263 de 1996) que trata da questão do planejamento familiar (ALVES, 2006).

Ainda segundo o autor, a ideologia desenvolvimentista saiu vencedora da Conferência de Bucareste em 1974. Todavia, criou-se um consenso sobre o direito dos cidadãos quanto ao planejamento familiar, sendo que cabe ao Estado somente fornecer os meios adequados para atender as informações e a demanda por métodos contraceptivos. Por conseguinte, a política brasileira nesta área sofreu um ponto de inflexão.

Durante o governo Geisel (1974-1979), a classe alta da população tinha acesso aos meios de regulação da fecundidade, mas as demais classes (média e baixa), com menor nível educacional, ainda necessitavam de informação e meios para regular suas preferências reprodutivas. Nesse período, foi criado o Programa de Saúde Materno-infantil e aumentaram as entidades de prestação de serviços de planejamento familiar (ALVES, 2006).

Beltrão e Medici (1995) relatam que, na década de 1980, o Brasil - e a maioria dos países da América Latina - apresentou taxas negativas de crescimento econômico, inflação e elevado déficit público. Contudo, se não houve desenvolvimento econômico, também não foi possível associar tal falta de desenvolvimento com a queda da fecundidade. Já na década de 1990 pode-se perceber que o Brasil conseguiu regular a legislação referente à prática do planejamento familiar¹⁰ (ALVES, 2006).

Por fim, a subseção a seguir abordará como se deu o processo de transição demográfica e suas conseqüências no Brasil, analisando a evolução das taxas de natalidade e mortalidade, além das mudanças na estrutura etária da população.

2.1.1. A Transição Demográfica no Brasil

Em relação às estatísticas, a dinâmica demográfica brasileira manteve-se, até meados do século XX, relativamente estável, com elevadas taxas brutas de natalidade¹¹ (43 nascimentos por mil habitantes) e taxas de fecundidade total¹² de 6,2 filhos, em média, por mulher, refletindo a concepção de família numerosa. A partir de 1940, iniciou-se um consistente declínio dos níveis gerais de mortalidade, embora não simultâneos ao declínio da natalidade, que só se intensificou nos anos 1980 (Dados de 1950, Estatísticas do Século XX, IBGE).

¹⁰ Somente em 1996 o Congresso Nacional aprovou a Lei n. 9.263 de 12 de janeiro de 1996, que regulamenta o parágrafo 7 do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar no Brasil.

¹¹ Número de nascidos vivos, por mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Método de cálculo: (Nº de nascidos vivos residentes / População total residente) * 1000 (IBGE).

¹² Número médio de filhos nascidos vivos, tidos por uma mulher ao final do seu período reprodutivo, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Taxas inferiores a 2,1 são sugestivas de fecundidade insuficiente para assegurar a reposição populacional. O decréscimo da taxa pode estar associado a vários fatores, tais como: urbanização crescente, redução da mortalidade infantil, melhoria do nível educacional, ampliação do uso de métodos contraceptivos, maior participação da mulher na força de trabalho e instabilidade de emprego (IBGE).

De acordo com dados do IBGE, entre 1940 e 2010, a população brasileira teve um acréscimo líquido de 149 milhões de habitantes, uma média de 21,3 milhões por década. Somente na primeira metade do século XXI, estima-se um acréscimo de 90 milhões, em média, 2,5 vezes a população da Argentina em 2005.

A partir da análise da tabela 1, construída com dados dos Censos Demográficos realizados pelo IBGE, verifica-se que, no período compreendido entre 1950 a 2010, houve uma acentuada redução na taxa bruta de natalidade do Brasil, em torno de 63,68%, mesmo o país não adotando nenhuma política expressamente controlista: em 2010, a taxa chegou a 15,80, contra 21,06 auferidos uma década antes.

Tabela 1 - Taxa Bruta de Natalidade – Brasil

Ano	Taxa bruta de natalidade
1950	43.50
1960	44.00
1970	37.70
1980	31.87
1990	23.72
2000	21.06
2010	15.80

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1950/2010. Elaboração da Autora.

Já a tabela 2 revela dados da taxa de fecundidade no Brasil no período compreendido entre 1950 a 2010. Até 1960, a taxa de fecundidade total (TFT) era superior a 6 filhos por mulher, caindo para 4,4 filhos em 1980. O declínio manteve-se nas décadas seguintes, chegando à estimativa de 1,9 filhos em 2010 - um declínio significativo em 30 anos em relação a países desenvolvidos, que demoraram mais de um século para atingir patamares similares.

Tabela 2 - Taxa de Fecundidade no Brasil, por Ano

Ano	Taxa de Fecundidade Total
1950	6.21
1960	6.28
1970	5.76
1980	4.35
1991	2.85
2000	2.38
2010	1,90

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1950/2010. Elaboração da Autora.

Ressalta-se que, de acordo com a PNAD 2011, há uma relação perceptível entre os níveis educacionais e de fecundidade da população: grupos menos instruídos ainda apresentam taxas de fecundidade mais elevadas. Em 2010, por exemplo, a taxa de fecundidade era de 3,07 para mulheres com até 7 anos de estudo, e de 1,69, para aquelas com 8 anos ou mais de estudo. Nota-se, portanto, que as mulheres com mais de oito anos de escolaridade (pelo menos o ensino fundamental completo) têm taxas de fecundidade total abaixo do nível de reposição (2,1 filhos)¹³.

O número de nascimentos no país, de acordo com as informações fornecidas pela Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais do IBGE, caiu de 3,2 milhões, em 2000, para aproximadamente 2,6 milhões em 2010. Regionalmente, a queda foi mais acentuada nas regiões Sul e Sudeste, enquanto Nordeste e Centro-Oeste apresentaram volume de nascimentos praticamente estabilizado.

Outro dado importante é que no período de 2000 a 2010 houve declínio da participação dos nascimentos oriundos de mães dos grupos etários de 15 a 24 anos. O grupo de mães entre 10 a 14 anos permaneceu com número de nascimentos estáveis e, entre as mães acima de 24 anos, observou-se um aumento significativo na participação total desta faixa etária nos percentuais de nascimentos.

¹³ É o nível de fecundidade necessário para que cada geração se reponha em sua totalidade (IBGE), ou seja, é o nível no qual uma coorte de mulheres tem o número de filhos suficientes para “repor” a si mesmas e ao parceiro na população.

Tabela 3 – Nascidos Vivos, por grupos etários

Grupo Etário	2000		2010	
	Total	(%)	Total	(%)
10–14 anos	28.973	0,9	21.137	0,8
15–19 anos	721.564	22,5	419.920	15,8
20-24 anos	998.523	31,5	729.955	27,4
Acima de 24 anos	1.436.842	45,1	1.492.801	56,0
Total	3.185.902	100,0	2.663.813	100,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Elaboração da Autora.

Em relação à mortalidade, verifica-se o declínio tanto da taxa bruta de mortalidade¹⁴ quanto da taxa de mortalidade infantil¹⁵, conforme tabela a seguir. A taxa bruta de mortalidade, que representa a frequência com que ocorrem os óbitos em uma população, passou de 19,70% em 1950 para 6,03% em 2010. Já as taxas de mortalidade infantil que refletem, de maneira geral, os níveis de saúde, de condições de vida e de desenvolvimento socioeconômico, também apresentaram redução: entre 2000 e 2010, o indicador passa de 29,70 óbitos de menores de um ano para cada 1.000 nascidos vivos, para 15,60, ou seja, um decréscimo de 47,47% (IBGE, Censo 2010).

¹⁴ Número total de óbitos por mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Método de cálculo: (Nº total de óbitos de residentes / População total de residentes) * 1000 (IBGE).

¹⁵ Frequência com que ocorrem os óbitos infantis (menores de um ano) em uma população, em relação ao número de nascidos vivos em determinado ano civil. Expressa-se para cada mil crianças nascidas vivas (IBGE).

Tabela 4 - Taxa Bruta de Mortalidade e Taxa de Mortalidade Infantil no Brasil

Ano	TBM	Taxa de Mortalidade Infantil
1950	19,70	135,00
1960	15,00	124,00
1970	9,40	120,00
1980	8,87	82,80
1991	7,27	47,50
2000	6,67	29,70
2010	6,03	15,60

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1950/2010. Elaboração da Autora.

Vale lembrar também que a mortalidade da população brasileira, conforme tabela a seguir, apresenta as características clássicas do processo de transição epidemiológica, onde as mortes por doenças infecciosas e parasitárias foram substituídas por mortes causadas por doenças crônico-degenerativas (CASTIGLIONI, 2012).

Tabela 5 – Proporção (%) de Óbitos segundo CID-9 e CID 10¹⁶, Brasil, 1950 a 2010

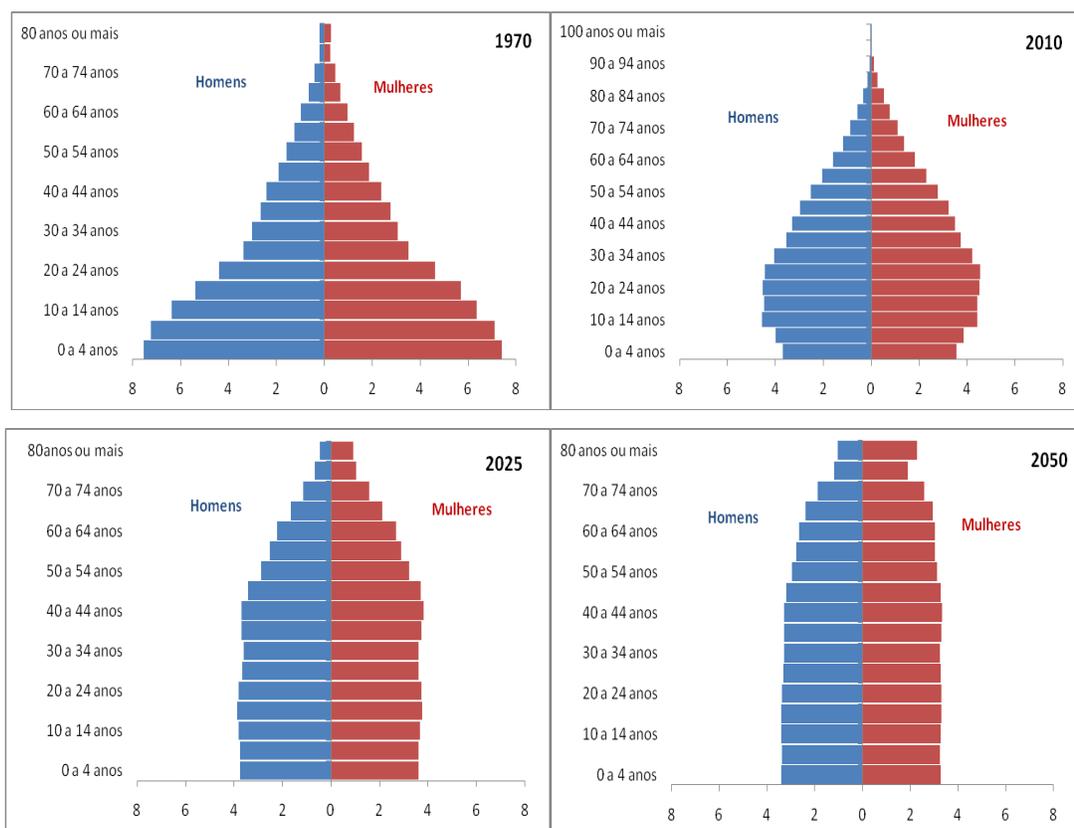
Grupos de Causas	1950	1960	1970	1980	1996	2010
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	72,63	41,09	15,09	12,30	5,78	4,29
Neoplasias (tumores)	2,09	7,14	9,38	10,06	11,38	15,74
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	0,48	1,40	2,32	4,04	4,03	6,18
Doenças do sistema nervoso	0,28	0,60	1,21	0,60	1,14	2,23
Doenças do aparelho circulatório	9,51	23,85	37,88	43,03	27,46	28,71
Doenças do aparelho respiratório	1,44	3,33	4,91	6,46	9,73	10,48
Doenças do aparelho digestivo	1,69	3,53	4,52	4,75	4,29	5,11
Algumas afecções originadas no período perinatal	0,00	0,00	0,00	0,00	4,10	2,09
Causas externas de morbidade e mortalidade	1,85	2,53	2,29	2,33	13,11	12,60
Outros Grupos de Causas	10,03	16,53	22,40	16,43	18,98	12,58
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Lombardi (1984) e Castiglioni (2012). Elaboração da Autora.

Em resumo, de acordo com Brito (2007), o notável crescimento da população brasileira na segunda metade do século XX, e que ainda se observará na primeira metade do século XXI, mostra claramente duas fases da transição demográfica. A primeira, com um acelerado crescimento demográfico em função do declínio da mortalidade e da manutenção da fecundidade em um patamar alto, até a segunda metade dos anos sessenta. A segunda fase, imediatamente posterior, ocorre quando a fecundidade começa a declinar e o ritmo de crescimento populacional começa a desacelerar, conforme verificado nas tabelas 1, 2, 3 e 4 e no gráfico a seguir.

¹⁶ Classificação Internacional de Doenças (até a nona versão, conhecida como CID-9). Após a décima revisão, tal classificação recebeu a nomenclatura de Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (conhecida na prática como CID-10). Na tabela os grupos de causas até 1980 consideram a classificação da nona revisão e, a partir de 1996, a CID-10. Disponível em <http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/apresent.htm>.

Gráfico 2 – Pirâmides Etárias Proporcionais – Brasil



Fonte de Dados: IBGE. Elaboração da Autora.

No gráfico 2, pode-se observar que no ano de 1970 o Brasil possuía uma pirâmide etária de forma triangular, o que significa que nessa época a população brasileira era predominantemente jovem. Já no ano de 2010 a população brasileira ainda era jovem, entretanto com níveis mais baixos de natalidade, resultando na redução dos valores da razão de dependência. O gráfico mostra ainda a previsão da distribuição da população brasileira por idade e sexo no ano de 2025. Verifica-se que nessa época a população brasileira é predominantemente adulta, o que caracteriza o baixo nível da razão de dependência e o caráter quase retangular da pirâmide etária. Para a projeção populacional de 2050, por fim, observa-se um peso significativo da classe idosa, o que caracteriza o leve aumento do nível da razão de dependência e o caráter retangular da pirâmide etária.

A transição demográfica no Brasil, ao contrário dos países mais desenvolvidos, tem sido generalizada e veloz e a sociedade brasileira, de fato, já está sentindo o seu impacto. Nota-se o

rápido crescimento do peso relativo dos idosos, a diminuição e diversificação do núcleo familiar, o aumento considerável da longevidade da população e o fato da PEA ainda continuar com previsão de crescimento para as próximas décadas. A dinâmica demográfica tem evoluído rapidamente, exigindo um ajuste adequado que não se realizará sem a presença do Estado por meio de políticas públicas fundamentais que atendam às especificidades de cada segmento populacional (BELTRÃO E MEDICI, 1995).

Vale lembrar ainda que a transição demográfica se processa de forma desigual entre os diferentes grupos sociais e o Censo de 2010 confirma esse fenômeno: quase metade da população, 47,8%, se encontrava em famílias com renda *per capita* menor do que um salário mínimo. O extremo oposto, aqueles com uma renda familiar *per capita* de mais de cinco salários mínimos, correspondiam apenas a 4,9% da população brasileira (BRITO, 2007).

Em síntese a transição demográfica ocorre de maneira desigual segundo regiões e grupos socioeconômicos, obedecendo às desigualdades geradas pelo próprio desenvolvimento brasileiro, convivendo-se, portanto, com problemas decorrentes de estágios atrasados e avançados da transição demográfica, dentro da mesma sociedade.

Conforme defende Paiva e Wajzman (2005), atualmente há uma crescente preocupação com as conseqüências da transição demográfica sobre o desenvolvimento. A possibilidade de se tirar proveito do chamado bônus demográfico, que será analisado na subseção a seguir, sugere a necessidade de se propor políticas que considerem o processo de mudança populacional e suas relações com as diferentes variáveis econômicas.

2.1.2 O Papel do Bônus Demográfico

Do ponto de vista das mudanças na estrutura etária, três fatos são indispensáveis na elaboração das políticas públicas pós transição demográfica: a redução do peso relativo da população jovem, o envelhecimento populacional e o aumento na proporção da população em idade ativa até 2030 (BELTRÃO E MEDICI, 1995).

Acredita-se que, segundo Paiva e Wajnman (2005), os países em desenvolvimento, em particular o Brasil, encontram-se na segunda fase das mudanças na estrutura etária em razão da transição demográfica, como será verificado a seguir. Nesse sentido, existe a possibilidade de se tirar proveito da redução da taxa de dependência¹⁷ para promover o crescimento/desenvolvimento econômico e prover os ajustes necessários para enfrentar a fase seguinte, qual seja, de envelhecimento populacional. É o já citado “bônus demográfico”.

De acordo com dados do IBGE, sobretudo do Censo Demográfico de 2010, e conforme explanação de dados da subseção anterior, atualmente o Brasil registra um aumento da sua população adulta. Nesse caso, a taxa de dependência, com tendência de redução até aproximadamente 2030, representa uma boa notícia para o Brasil, pois configura um facilitador para a realização de reformas do estado, inclusive da Previdência.

Conforme Paiva e Wajnman (2005):

A possibilidade de se tirar proveito do chamado bônus demográfico sugere a necessidade de se implementar políticas que tomem em consideração o processo de mudança populacional e suas relações com as diferentes variáveis econômicas. O ideal seria levar em conta o conhecimento sobre a distribuição demográfica futura e suas implicações para a economia para se tomar, hoje, as decisões de políticas públicas que terão repercussões também no futuro (PAIVA E WAJNMAN ,2005, p. 317).

Conforme defendem esses autores, o aumento da participação relativa da população economicamente ativa relaciona-se positivamente com o crescimento econômico. Contudo, vale lembrar que para se potencializar essa relação, no caso do Brasil e do Espírito Santo, torna-se necessário a eliminação da informalidade no mercado de trabalho, o estímulo a geração de emprego feminino, a extinção do trabalho infantil, a redução das taxas de desemprego e acesso mais amplo à educação e à saúde, fatos estes que serão observados no próximo capítulo no que tange aos dados estaduais.

¹⁷ Refere-se ao número de pessoas dependentes para cada 100 pessoas em idade produtiva.

Assegurar acesso à educação e à saúde é indispensável para o aumento da produtividade dos segmentos da população que estão ingressando ou vão ingressar no mercado de trabalho nos próximos anos. Implementar políticas que assegurem a atuação das mulheres como agentes de mudanças e do desenvolvimento é outro passo importante para promover o desenvolvimento. Promover a formalização do mercado de trabalho é essencial, muito embora sua concretização seja complexa e dependa, em parte, de reformas difíceis de serem acordadas e aprovadas no Congresso Nacional e de serem implementadas (Paiva e Wajzman, 2005, p.317).

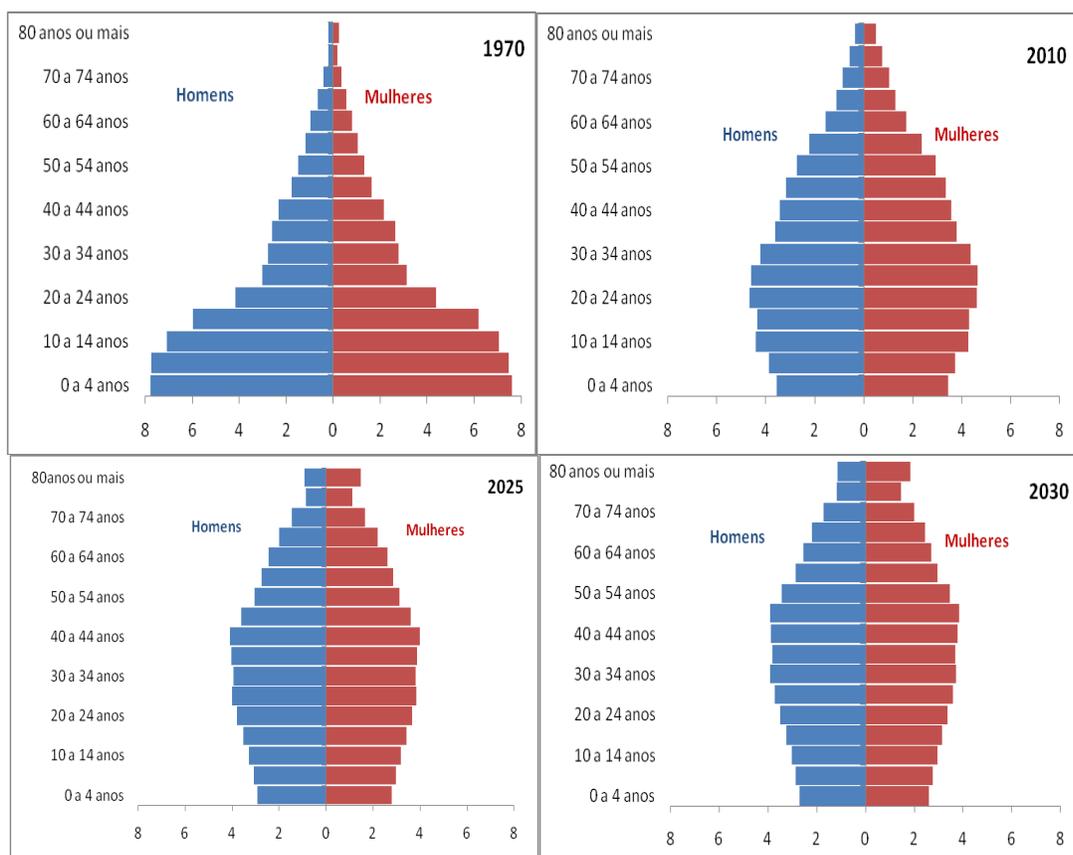
Diante do exposto, será analisado na seção a seguir como se deu a transição demográfica especificamente no estado do Espírito Santo, e se esta acompanhou o desenrolar do processo no âmbito nacional, conforme explanação anterior.

2.2. Transição Demográfica no Espírito Santo

Como é clássico na transição, pode-se verificar nas pirâmides etárias a seguir que durante as diversas etapas do processo observou-se a gradativa modificação dos pesos dos vários segmentos que compõem a população. O segmento de crianças e jovens, por exemplo, perdeu progressivamente sua representação em favor das faixas etárias adultas e idosas (CASTIGLIONI, 2009).

No gráfico 3 observa-se a evolução das pirâmides etárias do Estado. No primeiro quadrante, o formato triangular da pirâmide etária capixaba representa a predominância da população jovem no Espírito Santo, fato caracterizador da primeira fase de transição demográfica (dados de 1970).

Gráfico 3 – Pirâmides Etárias Proporcionais – ES



Fonte de Dados: IBGE. Elaboração da Autora.

Como esperado na segunda fase da transição demográfica, pode-se concluir que em 2010, a população capixaba ainda era jovem, entretanto com níveis mais baixos de natalidade. Se considerarmos a projeção da população para o ano de 2030, observa-se nessa o aumento considerável da população em idade adulta, o que caracteriza o baixo nível da razão de dependência, a consolidação do bônus demográfico e o caráter quase retangular da pirâmide etária. Vale lembrar que à medida que a população envelhece observa-se a feminização, decorrente da maior longevidade das mulheres.

É importante salientar que os valores da razão de dependência, em declínio acentuado no período apresentado na tabela a seguir, resultam da redução do segmento jovem e da transferência desses jovens para o grupo ativo, alimentando o bônus demográfico. (CASTIGLIONI, 2009).

Tabela 6: Evolução dos Indicadores de Idade - ES - 1970 a 2030

Indicadores	Anos							
	1970	1980	1991	2000	2010	2020	2030	
Grupos de idade (%)	0 - 14 anos	44,90	38,80	34,87	28,70	24,40	19,98	16,86
	15-64 anos	52,29	57,41	60,79	65,77	69,11	70,58	69,14
	65 anos ou mais	2,81	3,79	4,34	5,53	6,49	9,43	14,00
Razão de Dependência	91,24	74,19	64,50	52,05	44,69	41,68	44,63	

Fonte: Castiglioni (2009) e IBGE. Elaboração da Autora.

Nota-se que em 1970 a taxa de dependência correspondia a 91,24. Com a queda da fecundidade, a taxa de dependência foi se reduzindo e deve permanecer em seu valor mais baixo na projeção populacional na década de 2020 e após, observará novamente uma tendência crescente, dessa vez devido ao peso dos idosos.

Os números não deixam dúvidas que, em termos sócio-populacionais, a atual situação capixaba é muito mais favorável do que era nos meados do século XX. A taxa média de dependência demográfica que era de 91,24 pessoas dependentes para cada 100 pessoas em idade produtiva em 1970 caiu progressivamente nas décadas seguintes para o patamar de 44,69 dependentes em 2010, aliviando a carga econômica das pessoas em idade de trabalhar. Ratifica-se que a menor proporção de dependentes decorre da mudança da estrutura etária provocada pela transição demográfica.

De acordo com Castiglioni (2009), outra maneira de ver a mesma questão é averiguar o crescimento da proporção de pessoas em idade de 15 a 64 anos, que, em média, era de pouco mais da metade da população até 1991 e passou para mais de dois terços da população a partir do ano 2000. Vale lembrar que a maior concentração de pessoas adultas na população significa mais disponibilidade de “recursos” humanos para o desenvolvimento.

Diante do exposto, percebe-se que de fato o Espírito Santo vive o bônus demográfico causado pela transição. Resta saber se essas condições potenciais vão ser utilizadas em termos reais.

3. CONTEXTO ECONÔMICO-SOCIAL GERAL DO ESPÍRITO SANTO A PARTIR DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Neste capítulo será abordado o quadro de desenvolvimento econômico do Espírito Santo a partir da segunda metade do século XX, primeiramente por meio de um breve histórico do Estado e, posteriormente, por meio de análise de indicadores sócio-econômicos. Além do mais, torna-se interessante verificar a evolução do mercado de trabalho capixaba, aliado à educação da mão de obra, para podermos concluir, por fim, se o estado é capaz de absorver o bônus demográfico verificado no capítulo anterior.

É importante salientar que a análise da dinâmica econômica do Espírito Santo, contextualizada na primeira subseção deste capítulo, limita-se a dois grandes ciclos produtivos identificados por suas características estruturais singulares: o ciclo do café e o ciclo da industrialização.

3.1. Breve Histórico

De acordo com projeções do IBGE, divulgadas em 01 de Setembro de 2014, o Espírito Santo possui área total de 46.078 km², população residente de 3.891.014 habitantes e densidade demográfica de 76 habitantes/km².¹⁸

¹⁸ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=es>. IBGE. Disponível em: [projecoes_das_populacoes_mensais_dia_01_cada_mes_2000_2030_xls.zip](#)

Figura 1: Posição Geográfica, Dimensões e Limites do Espírito Santo



Fonte: IJSN (2013)¹⁹

Segundo Cano (2007), até o final da primeira metade do século XX, o Espírito Santo possuía uma economia estagnada, com índices de crescimento tímidos em relação às médias do Brasil, além de inexpressivo grau de industrialização, sendo este ligado, sobretudo, à transformação de produtos primários. Vale lembrar ainda a situação de isolamento do Estado em relação às demais regiões do país, agravada pela ausência de infraestrutura disponível que permitisse condições de crescimento e maior integração nacional.

No período da segunda metade da década de 1950, torna-se relevante para fins de contextualização a crise cafeeira vivenciada no Estado. Conforme Rocha e Morandi (1992), a

¹⁹ Disponível em http://ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=109.

queda contínua dos preços do café teve seu momento mais crítico nos anos de 1962 e 1963, quando os preços atingiram o menor nível no período.

Na tentativa de minimizar os impactos da crise cafeeira em todo o território nacional, o Governo Federal estabeleceu em duas fases, de 1962 a 1966 e de 1967 a 1973, o Programa Nacional de Erradicação dos Cafezais, com o objetivo de diminuir a produção de café (para aumentar os preços via diminuição da oferta). De acordo com Loureiro (2005):

[...] extremamente dependente da monocultura do café o Espírito Santo foi o estado que mais sofreu e o que mais se beneficiou com o Programa Nacional de Erradicação dos Cafezais improditivos implementado pelo Governo Federal nos anos 1960, cujos reflexos - êxodo rural, redução da renda e do emprego - na economia capixaba foram bastante profundos (LOUREIRO, 2005, P. 4).

Conforme dados da tabela a seguir, estima-se que nas duas fases desse programa, sobretudo na segunda, foram liberadas de seus trabalhos mais de 73 mil pessoas, sendo que o saldo líquido de desempregados, isto é, os que não foram reaproveitados para atividades alternativas, excedeu o número 60 mil pessoas.

Tabela 7 – Estimativa do Desemprego de Mão-de-obra ocasionado pelo Programa de Erradicação dos Cafezais – ES (1962-67)

Fatores de Desemprego e Reocupação	1ª Fase	2ª Fase	Total
1. Mão-de-obra liberada pela erradicação	14.827	58.643	73.470
2. Reocupação por atividades alternativas	2.639	10.437	13.076
2.1. Pastagens	1.949	7.708	9.657
2.2. Milho	475	1.878	2.353
2.3. Arroz	8	31	39
2.4. Algodão	28	112	140
2.5. Feijão	109	432	541
2.6. Mamona	40	159	199
2.7. Café	30	117	147
Saldo dos Desempregados	12.188	48.206	60.394

Fonte: Rocha e Morandi (1992, p. 58).

Conforme Rocha e Morandi (1992), além do programa citado anteriormente, o crescimento do mercado consumidor urbano interno e dos estados vizinhos contribuiu para o avanço da pecuária, atividade alternativa principal de reocupação da mão de obra advinda da erradicação dos cafezais. Esta atividade, apesar de não permitir um bom nível de lucratividade, se tornou predominante por exigir reduzidos recursos para manutenção do rebanho e pagamento dos salários, uma vez que emprega pouca mão-de-obra. Além do mais, sua adoção está diretamente relacionada à inexistência de outras culturas que pudessem substituir o café em matéria de rendimento.

Vale lembrar, no entanto, que a pecuária não se compara à atividade cafeeira, tendo em vista que emprega poucos trabalhadores, sobretudo nos moldes da criação extensiva:

A crise do café afetou profundamente o desempenho da agricultura estadual, visto que a cafeicultura tinha grande relevância e as demais atividades não se constituíam em alternativas rentáveis para sua substituição. Apenas a pecuária bovina apresentou boa *performance* e teve taxas elevadas de crescimento, principalmente entre 1970 e 1975. Porém a pecuária não se constituiu em perfeita substituta da cafeicultura. Foi verificado um desempenho sofrível da agricultura estadual no período de 1960/75, tanto em termos de emprego como de renda (ROCHA e MORANDI, 1992, p.71).

Todavia, a erradicação dos cafezais no Espírito Santo representou um estímulo a mais na direção de uma maior diversificação da economia do Estado (BUFFON, 1992). De acordo com Rocha e Morandi (1992), o Estado passa a ter um novo perfil no contexto econômico nacional a partir do processo de modernização da sua economia. Nesse contexto, a urbanização surge, a princípio, como condição do processo de consolidação capitalista capixaba, para se efetuar, em fase mais recente, em uma conseqüência deste mesmo processo.

É importante salientar ainda a ação do governo federal para o Espírito Santo passar de uma economia essencialmente rural no início dos anos de 1960 para uma urbano-industrial já nas décadas de 1980 e 1990. Buffon (1992) acredita que se não acontecesse a intervenção na crise

cafeeira por meio da erradicação dos cafezais, das políticas de diversificação econômica e de incentivos fiscais, dos investimentos em infraestrutura e dos grandes projetos, certamente o território capixaba teria atualmente um nível de urbanização bem menor.

Como exemplo dos investimentos federais aliados a grandes capitais nacionais e estrangeiros, verificou-se que entre 1969 e 1979 a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) construiu cinco usinas de pelotização de minério, as quais empregaram aproximadamente 1.800 trabalhadores. Também foi implementada, no município de Anchieta, a primeira usina de pelotização da Samarco Mineração S.A., gerando 450 empregos diretos. A Aracruz Celulose S.A. iniciou suas atividades em 1979, beneficiando-se da grande área reflorestada já existente. Em 1983 entra em ação a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), que a partir de 1985 já possuía, em seu quadro, 6,3 mil funcionários. Esses projetos e outros aqui não citados elevaram a participação capixaba na produção industrial brasileira de 0,5% em 1970 para 1,3% em 1990. Cabe lembrar que essas quatro empresas do estado contavam e contam com portos próprios: além do Porto de Tubarão criado ainda na década de 1960, foram construídos os de Praia Mole (CST), de Portocel (Aracruz) e de Ubú (Samarco) (PEREIRA, 1998, p. 54-57 e 65).

Em resumo, pode-se concluir que até o início da década de 1950, o Espírito Santo tinha uma economia basicamente agrícola, dependendo fundamentalmente da produção de café. Na década de 1970 até início dos anos 1980, grandes projetos foram executados no Estado como resultado da atração de investimentos do governo federal e das empresas públicas, bem como da política de atração de recursos, sendo estes nacionais ou estrangeiros.

De acordo com Iglesias (2010), após a crise cafeeira, os governos tinham a convicção de que a industrialização seria imprescindível para o desenvolvimento da economia capixaba, e, para tanto, deveria ser buscada uma maior articulação com a economia nacional. O autor ainda lembra que a queda da taxa de investimento e crescimento no Brasil durante os anos 1980 e 1990 também afetou o desempenho do Espírito Santo e tal quadro só apresentou melhora na segunda metade dos anos 1990, quando o setor de petróleo começou a atrair altos volumes de investimento e a gerar novas oportunidades de negócios.

No que tange à exploração de petróleo e gás, de acordo com Pires (2010), a localização geográfica privilegiada do Espírito Santo, somada às suas reservas de hidrocarbonetos, concede ao Estado uma vocação natural para o desenvolvimento do setor de petróleo (segundo maior Estado produtor em 2009, superado apenas por Rio de Janeiro) e gás natural, movimentando negócios e gerando investimentos. O autor lembra que o Estado vivenciou seu marco histórico no setor de petróleo e de gás natural em setembro de 2008, com o início da produção nacional na região do pré-sal. Para fins estatísticos, segundo este autor, no ano de 2009 as reservas de petróleo no Espírito Santo corresponderam a 11% do total do Brasil, contrastando com o 1% apresentado no ano de 2000.

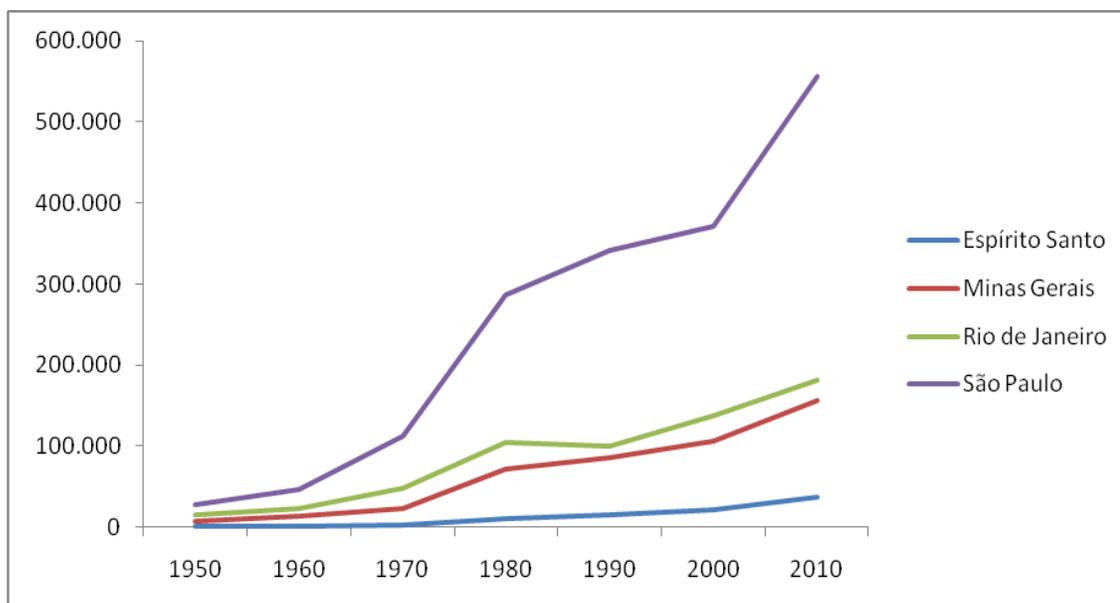
Em síntese, atualmente o Espírito Santo é um dos estados que mais se desenvolvem no Brasil, como poderá ser verificado na subseção a seguir. Sua economia baseia-se nas atividades portuárias, na produção de celulose, na siderurgia e mineração, na indústria de rochas ornamentais e na exploração de petróleo e gás natural, além da agricultura (PIRES, 2010).

Para proporcionar uma análise mais minuciosa da evolução da situação econômica do Estado e acrescentar informações relevantes ao breve histórico apresentado, a seguir será analisada a evolução dos principais indicadores do Espírito Santo, tais como Produto Interno Bruto (PIB), PIB per capita, composição setorial do PIB, composição do setor industrial, entre outros.

3.1.1. Indicadores Econômicos 1950 a 2010

É importante descrever uma síntese histórica da evolução do PIB estadual e de sua composição por setores, para contextualizar a atual situação econômica capixaba. O gráfico a seguir mostra a evolução do PIB capixaba a preços constantes no período de 1950 a 2010 e dos demais estados da região sudeste. Pode-se observar que apesar de um notório crescimento capixaba a partir de meados de 1970, o mesmo, em termos absolutos, é irrisório diante dos outros estados considerados, atingindo em 2010 o valor aproximado de R\$ 36.642,69 milhões.

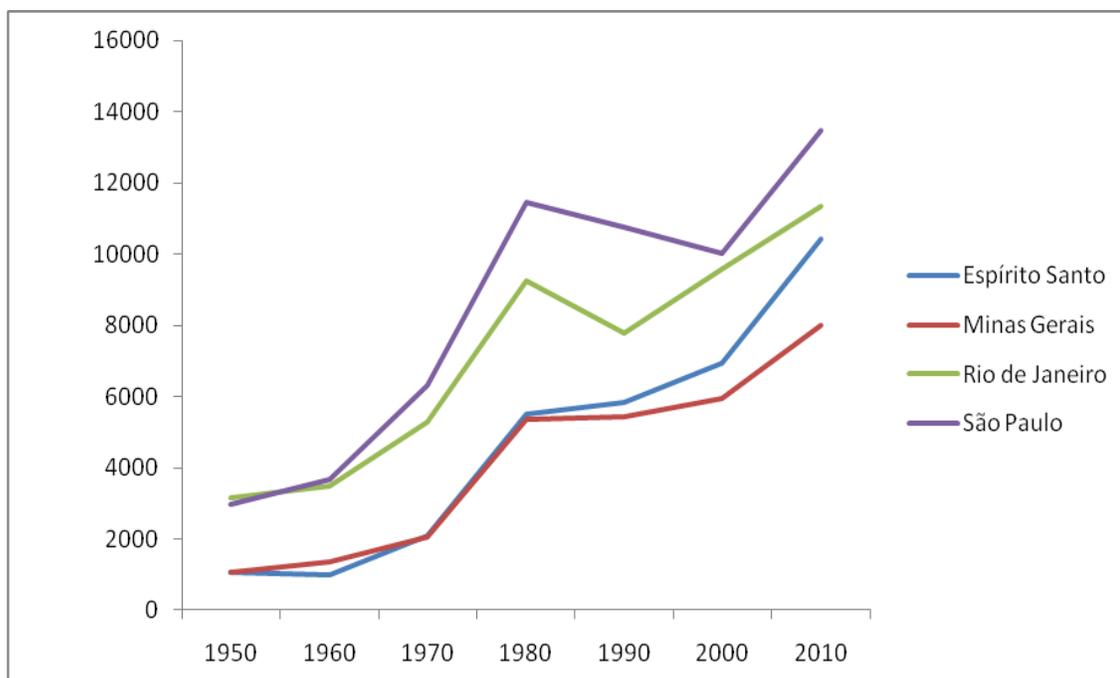
Gráfico 4 – Evolução do PIB dos Estados da Região Sudeste, a preços constantes R\$ de 2000 (milhões) – 1950 a 2010



Fonte: IBGE. Elaboração da Autora.

Em relação ao PIB *per capita*, verifica-se, no gráfico 5, a evolução dos Estados da Região Sudeste. Observa-se que o valor apresentado pelo Espírito Santo supera, a partir de 1980, o PIB *per capita* de Minas Gerais, além de apresentar tendência crescente nas décadas seguintes.

Gráfico 5 – Evolução do PIB *per capita* dos Estados da Região Sudeste, R\$ de 2000 – 1950 a 2010



Fonte: IBGE. Elaboração da Autora.

A partir de dados publicados em Pereira (1998) e atualizados por dados do IJSN (2011a), sintetizados por meio da Tabela 8, percebe-se que no período de 1960 a 2010, ocorrem significativas mudanças na estrutura produtiva capixaba, de acordo com as mudanças observadas na composição setorial do Produto Interno Bruto.

Em 1960, por exemplo, enquanto o setor da agricultura representava apenas 28,0% do PIB nacional, este percentual chegou a 48,8% para o Espírito Santo. No mesmo ano, em relação ao setor industrial, a representação do PIB nacional era de 25,8% em detrimento ao percentual tímido do Estado de apenas 5,9%. Já em relação ao setor de serviços, verifica-se que sua representação no PIB estadual chegou a 45,3%, próximo ao percentual de 47,0% apresentado pelo Brasil.

Ao longo das décadas, observa-se uma aproximação do perfil da economia estadual com o da economia nacional, principalmente devido ao rápido crescimento relativo do setor industrial, que, aumentou consideravelmente sua participação, chegando, em 2010, a representar 35,9% do

PIB capixaba, percentual superior ao do PIB nacional, de 28,1%. Nota-se ainda que o período de análise apresentou uma redução significativa da participação da agricultura no PIB estadual: de 48,8% no ano de 1960 para, após 50 anos, representar 6,3%. O setor de serviços, por sua vez, apresentou um aumento de 12,43 pontos percentuais durante o período analisado, que caracteriza principalmente a transferência ocorrida das atividades agrícolas para este setor, bem próximo da representação nacional que, em 2010, atingiu 57,7%.

Tabela 8 – Distribuição Setorial (%) do PIB do Espírito Santo e Brasil, 1960-2010

	1960	1970	1975	1980	1985	1990	2002	2010
Agricultura								
ES	48,8	20,8	19,9	14,7	18,2	17,7	8,2	6,3
BR	28,0	12,5	11,7	10,2	10,5	9,3	6,6	5,3
Indústria								
ES	5,9	12,2	22,8	36,2	33,5	29,7	31,8	35,9
BR	25,8	35,7	30,6	21,2	40,1	34,2	27,1	28,1
Serviços								
ES	45,3	66,1	57,3	49,1	48,3	52,7	60,1	57,7
BR	47,0	56,8	53,1	48,5	49,3	56,5	66,3	66,6

Fonte: Elaborado a partir de Pereira (1998) e IJSN (2011a).

De acordo com Pereira (1998), o comportamento da economia local e sua evolução demonstrada na tabela anterior estão relacionados à ação de vários fatores:

Este comportamento da economia local não tem um fator único de explicação. Ao contrário, sintetiza um conjunto de condições favoráveis, que se somam à reorganização da década de sessenta e certamente se modificam, em termos de importância, ao longo do período. As linhas mestras que compõem tal crescimento são os planos nacionais de integração da estrutura industrial e do mercado nacional e a articulação dos interesses locais em busca da industrialização (PEREIRA, 1998, p. 122).

De acordo com dados atuais do IBGE, a queda da participação do setor agrícola na primeira década do século XXI está contextualizada no baixo crescimento do setor para o

período, de apenas 1,4%. Já o crescimento industrial superou o crescimento total do PIB, apresentando taxas de 11,1% (TABELA 9).

Tabela 9 – Taxa Média Anual de Crescimento Real do PIB por Setor, ES, 2002-2010

Período/Setor	2002/2010
Agricultura	1,4
Indústria	11,1
Indústria Extrativa e de Transformação	13,1
Extrativa Mineral	22,1
Transformação	3,3
Construção	7,1
Prod. e Distr. de Eletric. e Água, Esgoto e Limp. Urbana	(1,0)
Serviços	5,1
Comércio e Serviços de Manutenção e Reparação	5,1
Transporte, Armazenagem e Correio	5,5
Serviços de Informação	4,2
Interm. Financeira, Seguros e Previdência Complementar	13,2
Atividades Imobiliárias e Aluguel	3,8
Administração, Saúde e Educação Públicas	2,6
Outros Serviços	6,5
Total	5,1

Fonte: Elaborado a partir de IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Em relação ao setor industrial, no período compreendido entre 2002 a 2010, registrou-se a crescente participação da classe de indústria extrativa mineral e de extrativa e transformação, enquanto as demais classes cresceram não tão acentuadamente, à exceção da “Produção e Distribuição de Eletricidade e Água, Esgoto e Limpeza Urbana”, que apresentou retração em torno de 1%. No setor de serviços, o destaque do crescimento ficou com a classe de “Intermediação Financeira, Seguros e Previdência Complementar”, que registrou aumento de 13,2% no período (TABELA 9 e IJSN, 2011a).

A principal atividade do Espírito Santo no setor da indústria extrativa mineral, até o final da década de 1960, era a extração de mármore e granitos. Já a partir dos primeiros anos da

década seguinte, a principal atividade mudou: como já citado no breve histórico, a CVRD começou a operar a primeira usina de pelotização de minério de ferro. Nos anos seguintes, também sob a liderança da CVRD e em associação com grupos do Japão, Itália e Espanha, quatro outras usinas iniciaram suas atividades (PEREIRA, 1998). O autor relata que:

A indústria extrativa até 1975 não representava uma parcela expressiva no total do emprego industrial. Porém, a partir deste ano, com a operação das usinas de pelotização de minério, houve um aumento significativo desta classe de indústria no emprego industrial. O gênero extração de pedras para construção, basicamente o mármore, mantém parcela importante da oferta de emprego atingindo 38,8% em 1980 (PEREIRA, 1998, p. 125).

É importante salientar que a partir dos anos 1990 estabeleceu-se no estado um processo de “diversificação concentradora” (CAÇADOR, 2009). Por diversificação entende-se a ampliação do número de atividades importantes para a economia capixaba a partir da década de 1990, como os serviços de comércio exterior. Já por concentração compreende-se que, apesar desses avanços citados anteriormente, a produção industrial capixaba continuou centrada em *commodities*.

Estatísticas mais atuais, conforme tabela 10, mostram a tendência já relatada anteriormente de crescimento do PIB capixaba ao longo dos anos. Verifica-se que, em 2002, o PIB capixaba representava 1,8% do PIB nacional, elevando-se para 2,2% no ano de 2010. Outrossim, durante o período analisado, a taxa média de crescimento anual capixaba superou a taxa nacional: 5,1% contra 4,0% de crescimento do PIB brasileiro (IJSN, 2011a).

Tabela 10 – Relações entre PIB, a preços de mercado corrente, ES e BR, 2002-2010

ANOS	PIB ES (R\$ milhões)	PIB Brasil (R\$ milhões)	Relação ES/BR %	Taxa Anual Cresc. Real - ES %	Taxa Anual Cresc. Real - BR %
2002	26.756	1.477.822	1,8	-	-
2003	31.064	1.699.948	1,8	1,5	1,1
2004	40.217	1.941.498	2,1	5,8	5,7
2005	47.223	2.147.239	2,2	4,3	3,2
2006	52.778	2.369.484	2,2	7,7	4,0
2007	60.340	2.661.345	2,3	7,8	6,1
2008	69.870	3.032.203	2,3	7,8	5,2
2009	66.763	3.239.404	2,1	-6,7	-0,3
2010	82.122	3.770.085	2,2	13,8	7,5
Crescimento Médio - ES	2000-2010 (%)			5,1	
Crescimento Médio - BR	2000-2010 (%)			4,0	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos - CEE/IJSN (2012a).

A tabela 11, por sua vez, apresenta os 10 maiores PIB per capita dos estados brasileiros no período de 2002 a 2010. Na primeira coluna da tabela estão dispostas as posições, enquanto que nas colunas à direita estão os estados enquadrados na posição conforme o ano de referência. Neste sentido, a linha Posição 1 indica o Distrito Federal como o maior PIB per capita em todo período analisado, na Posição 2 está o estado de São Paulo, enquanto o Espírito Santo circula entre a quarta e a oitava posição.

Tabela 11 – Ranking dos Estados no PIB per capita do Brasil, 2002-2010

Posição	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
1	DF								
2	SP								
3	RJ								
4	RS	SC	MT	SC	MT	ES	SC	SC	SC
5	SC	RS	SC	ES	ES	SC	ES	RS	RS
6	PR	PR	RS	MT	RS	RS	RS	ES	ES
7	ES	MT	PR	RS	PR	PR	MT	MT	PR
8	MT	ES	ES	PR	MT	MT	PR	PR	MT
9	AM	MS	AM	AM	AM	AM	MG	MS	MG
10	GO	AM	MS	MG	MG	MG	MS	AM	MS

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Já a tabela 12, por fim, sintetiza as posições alcançadas pelo Espírito Santo no ranking dos estados brasileiros, considerando três indicadores distintos: PIB a preços de mercado corrente, PIB per capita e taxa de Crescimento Real. O Estado teve o 2º maior crescimento real do ano de 2010, no entanto, manteve as mesmas posições ocupadas em 2009, no que se refere ao PIB e PIB per capita.

Tabela 12 – Posições do ES entre os Estados Brasileiros – Indicadores Selecionados, 2002-2010

Indicadores	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
PIB	12º	12º	11º						
PIB per capita	7º	8º	8º	5º	5º	4º	5º	6º	6º
Crescimento Real	-	21º	15º	14º	2º	3º	5º	27º	2º

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Após a análise do PIB feita anteriormente, vale lembrar que no contexto de crescimento e desenvolvimento econômico, é de fundamental importância a análise do contexto social capixaba. Para tanto, será analisada na seção a seguir a evolução de indicadores sociais, tais como índice de Gini, IDH, esperança de vida ao nascer e nível de escolaridade da população.

3.2. Contexto social capixaba: Índice de Gini, Educação e IDH

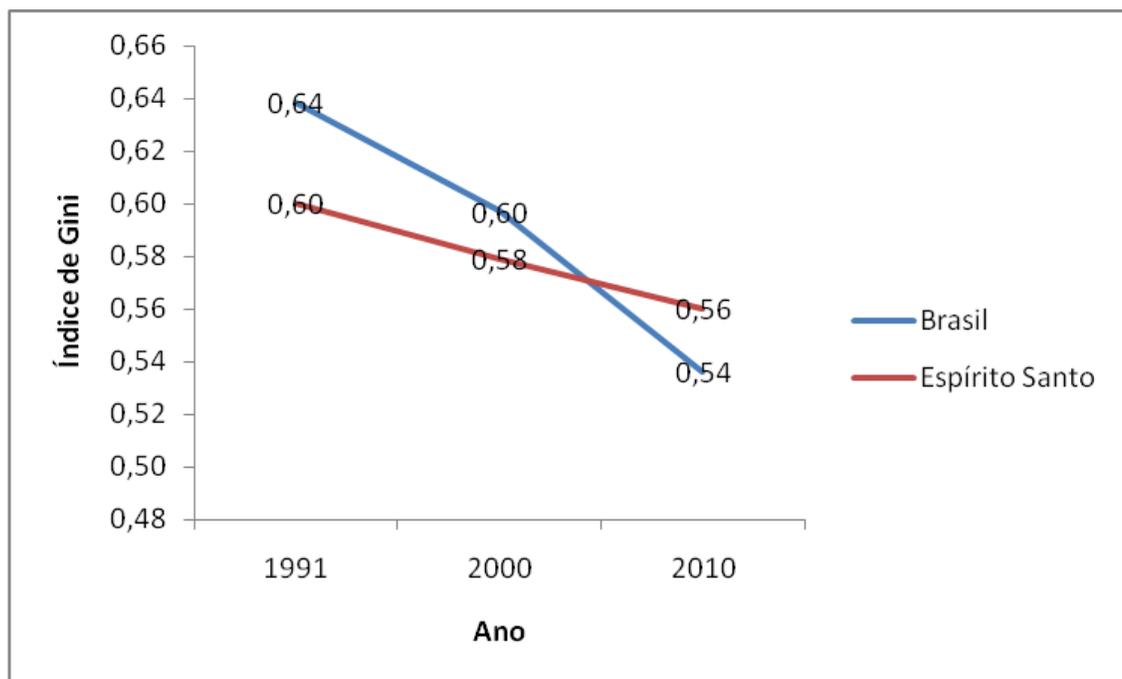
A seção anterior versou, dentre outros assuntos, sobre a evolução do PIB *per capita*. Entretanto, é notório que a distribuição de renda não é feita de forma igualitária entre os membros de determinada população, não é simplesmente determinada por uma média aritmética. Logo, torna-se necessário a análise de indicadores complementares para entender de fato o desenvolvimento econômico e social de determinada população.

De acordo com o IBGE²⁰, o Coeficiente ou Índice de Gini mede o grau de desigualdade existente em uma distribuição. Seu valor varia de 0 a 1. No caso da renda domiciliar *per capita* o indicador assume o valor 0 quando não há desigualdade alguma - todas as pessoas do país recebendo exatamente a mesma renda - e o valor 1 quando há o mais extremo grau de desigualdade possível: um único indivíduo concentrando toda a renda e todos os demais do país sem renda alguma.

A fim de se analisar a evolução de tal índice no contexto capixaba e em nível de Brasil, o gráfico 6 representa as informações dos Censos de 1991, 2000 e 2010. Por meio deste observa-se que tanto o país quanto o Estado apresentam declínio do índice, o que significa melhora na distribuição de renda. É importante salientar ainda que o Espírito Santo possuía um índice melhor do que o Brasil até dados do Censo Demográfico de 2000, quadro este diferente do apresentado em 2010.

²⁰ <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>

Gráfico 6 – Evolução do Índice de Gini – BR e ES - 1991, 2000 e 2010



Fonte: IBGE e DATASUS. Elaboração da Autora.

De acordo com IJSN (2011b):

A redução da desigualdade de renda tem várias dimensões explicativas. De acordo com o trabalho do IPEA (2006) que reuniu os maiores pesquisadores na área de distribuição de renda, os fatores mais importantes na redução da desigualdade de renda seriam a redução das diferenças de renda do trabalho (segmentação geográfica e entre trabalho formal e informal e a qualificação do trabalhador) e as transferências governamentais como aposentadorias, pensões públicas e o programa Bolsa Família (as transferências governamentais contribuíram com 30% da redução do coeficiente de Gini para a renda per capita) (IJSN, 2011b, p. 4).

Por fim, verifica-se que dentre os Estados Brasileiros, o Espírito Santo, para o ano de 2010, apresentou o quinto menor nível de concentração de renda, de 0,56 juntamente com os estados do Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rondônia e São Paulo. Os menores níveis de concentração de renda brasileiros encontram-se nos estados de Santa Catarina (0,49), Paraná (0,53), Rio Grande do Sul (0,54) e Goiás (0,55) (TABELA 13).

Tabela 13 – Posições do ES entre os Estados Brasileiros – Índice de Gini, Censo Demográfico 2010

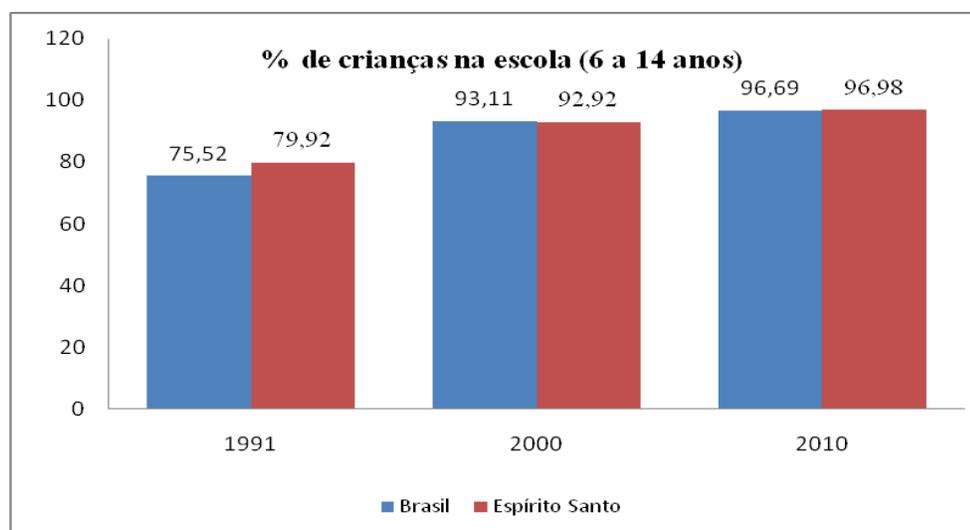
UF	Índice de Gini
Santa Catarina	0,49
Paraná	0,53
Rio Grande do Sul	0,54
Goiás	0,55
Mato Grosso	0,56
Espírito Santo	0,56
Mato Grosso do Sul	0,56
Minas Gerais	0,56
Rondônia	0,56
São Paulo	0,56
Rio de Janeiro	0,59
Amapá	0,60
Rio Grande do Norte	0,60
Tocantins	0,60
Ceará	0,61
Paraíba	0,61
Piauí	0,61
Bahia	0,62
Maranhão	0,62
Pará	0,62
Pernambuco	0,62
Sergipe	0,62
Acre	0,63
Alagoas	0,63
Distrito Federal	0,63
Roraima	0,64
Amazonas	0,65

Fonte: IBGE. Elaboração da Autora.

Em complemento, outros dados que merecem destaque são aqueles que revelam a evolução dos níveis de escolaridade tanto no Brasil quanto no Espírito Santo. Para tanto, serão analisados os seguintes indicadores: percentual de crianças e adolescentes na escola e taxa de analfabetismo.

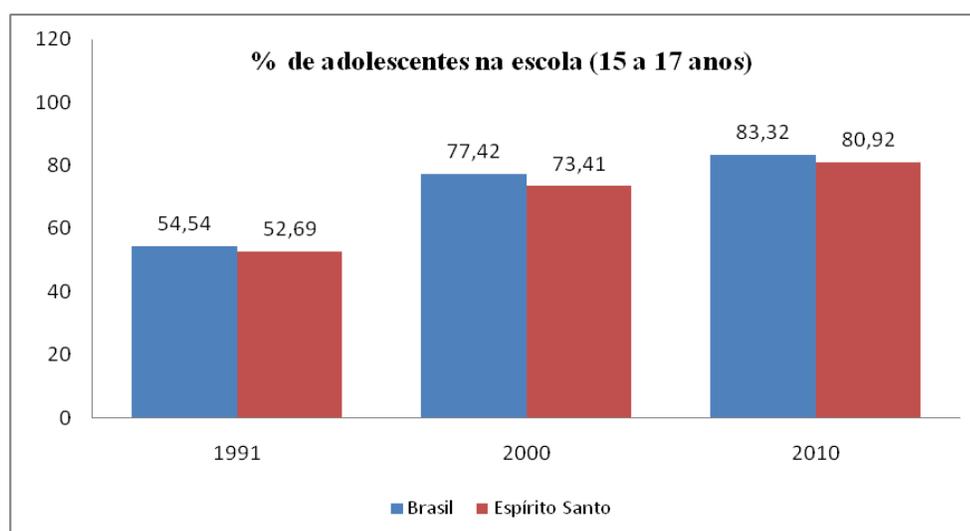
Vale lembrar que o nível de escolaridade da população economicamente ativa (PEA) será detalhado na subseção a seguir. Diante do exposto, os gráficos a seguir expõem o percentual de crianças e adolescentes na escola:

Gráfico 7 – % de Crianças na Escola, Brasil e ES – Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Elaboração da Autora.

Gráfico 8 – % de Adolescentes na Escola, Brasil e ES – Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010

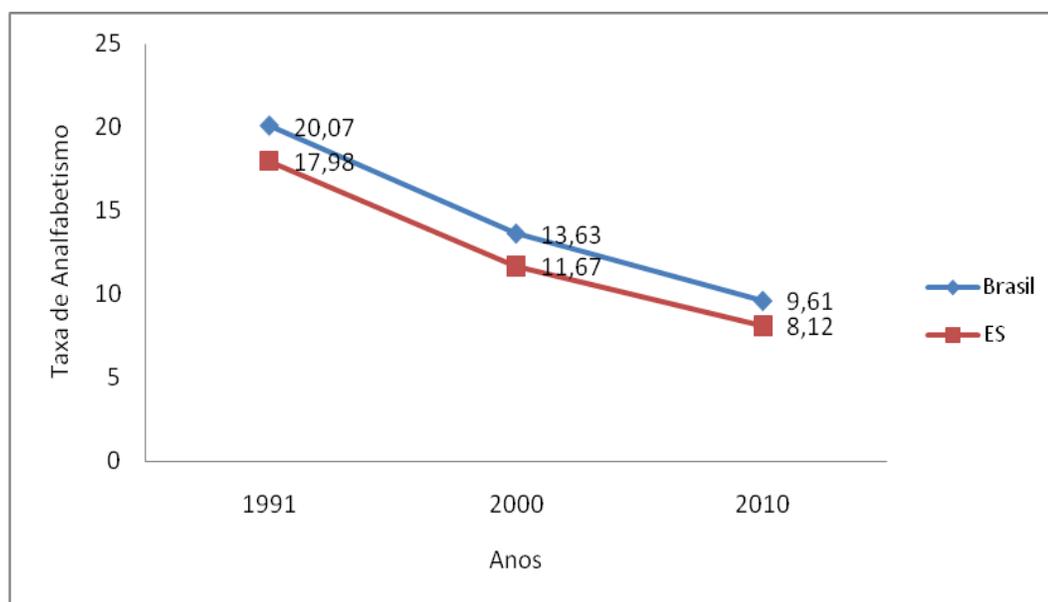


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Elaboração da Autora.

Em relação ao percentual de crianças, infere-se do gráfico 7 que os dados nacionais e do Espírito Santo apresentaram melhoras e são bem próximos. No Censo Demográfico de 2010, por exemplo, mais de 95% das crianças compreendidas entre 6 e 14 anos²¹ de idade freqüentavam a escola. Já em relação aos adolescentes (gráfico 8), apesar de o Estado apresentar, para todo o período, média inferior à nacional, a evolução dos dados é significativa, passando de 52,69% de adolescentes entre 15 e 17²² anos na escola em 1991 para 80,92% em 2010.

A fim de finalizarmos esta seção, segue-se com a análise da evolução da taxa de analfabetismo no Brasil e no Espírito Santo para pessoas de 15 anos ou mais, considerando os três últimos Censos Demográficos. A percentagem de analfabetos reduziu para menos da metade nas três últimas décadas analisadas: o Espírito Santo, que apresentava taxa de 17,98% de analfabetos em 1991 passou para 8,12% em 2010, com níveis inferiores aos nacionais durante o período analisado.

Gráfico 9 – Histórico da Taxa de Analfabetismo – 15 anos ou mais, Brasil e ES – Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Elaboração da Autora.

²¹ Vale lembrar que nesse intervalo de idade é normal que se conclua o ensino fundamental.

²² Vale lembrar que nesse intervalo de idade é normal que se conclua o ensino médio.

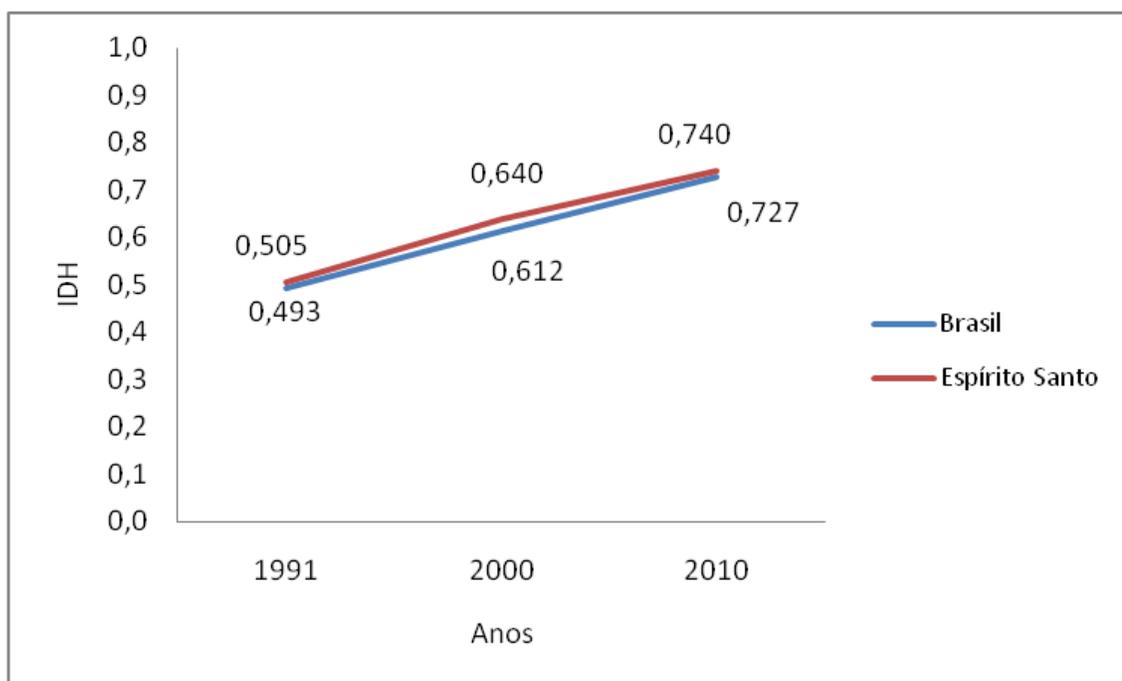
Com a diminuição da concentração de renda, aumento do índice de desenvolvimento humano, tanto geral quanto o indicadores temáticos, aumento da expectativa de anos de estudo e aumento de crianças e adolescentes na escola, aliados à redução da taxa de analfabetismo, pode-se concluir que o contexto social do Espírito Santo é representado, na atualidade, por uma população mais educada e com melhores níveis de desenvolvimento humano.

Sob o prisma do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), vale lembrar que este foi criado, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o objetivo de oferecer um contraponto às limitações do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*. Os três pilares que constituem o IDH²³ (saúde, educação e renda) são mensurados conforme a seguir:

- Longevidade (saúde): medida pela expectativa de vida;
- Educação:
 - i) média de anos de educação de adultos (número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos); e
 - ii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar (número total de anos de escolaridade que um criança na idade de iniciar a vida escolar espera receber se os padrões prevalecentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança);
- Renda: medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como o ano de referência.

O IDH varia de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1, mais desenvolvida é a região; quanto mais próximo de 0, menos desenvolvida ela é. O gráfico 10 mostra a evolução do IDH nos últimos 3 (três) Censos Demográficos para o Brasil e Espírito Santo. Pode-se perceber por meio da análise dos dados uma melhora do índice tanto em nível nacional quanto em nível estadual, com o IDH capixaba superando o IDH brasileiro.

²³ Disponível em http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH.

Gráfico 10 – Evolução do IDH - BR e ES – 1991, 2000 e 2010²⁴

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Elaboração da Autora.

Para o ano de 2010, tem-se a seguir o ranking dos estados brasileiros de acordo com a ordem decrescente do IDH. O Espírito Santo possui o sétimo maior IDH, sendo superado apenas por Distrito Federal, São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul.

²⁴ De acordo com o recálculo dos dados brasileiros dos últimos dez anos com base na nova metodologia (PNUD 2010).

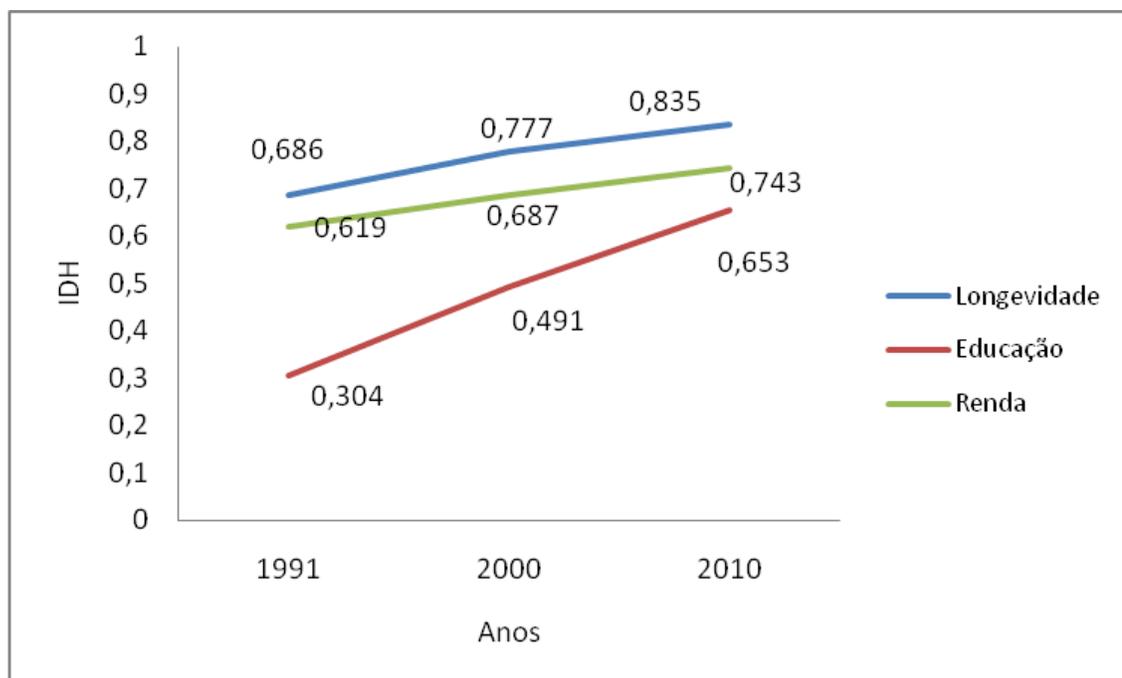
Tabela 14 – Ranking IDH 2010 entre os Estados Brasileiros

Posição	Unidade da Federação	IDH
1 °	Distrito Federal	0,824
2 °	São Paulo	0,783
3 °	Santa Catarina	0,774
4 °	Rio de Janeiro	0,761
5 °	Paraná	0,749
6 °	Rio Grande do Sul	0,746
7 °	Espírito Santo	0,740
8 °	Goiás	0,735
9 °	Minas Gerais	0,731
10 °	Mato Grosso do Sul	0,729
11 °	Mato Grosso	0,725
12 °	Amapá	0,708
13 °	Roraima	0,707
14 °	Tocantins	0,699
15 °	Rondônia	0,690
16 °	Rio Grande do Norte	0,684
17 °	Ceará	0,682
18 °	Amazonas	0,674
19 °	Pernambuco	0,673
20 °	Sergipe	0,665
21 °	Acre	0,663
22 °	Bahia	0,660
23 °	Paraíba	0,658
24 °	Piauí	0,646
24 °	Pará	0,646
26 °	Maranhão	0,639
27 °	Alagoas	0,631

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

Já em relação aos IDH temáticos, o Espírito Santo apresentou a evolução verificada no gráfico 11. Observa-se melhora em todos os índices, com especial atenção para o IDH educação, que expressa o aumento da escolaridade da população capixaba.

Gráfico 11 – Evolução IDH Saúde, IDH Educação e IDH Renda, ES – Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010²⁵



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Elaboração da Autora.

Em resumo, observou-se que o Estado tem experimentado um aumento expressivo tanto no IDH geral quanto nos indicadores temáticos, ratificando assim o progresso já verificado no Brasil como um todo.

Em síntese, foram analisados dados referentes à renda, à instrução e ao IDH, sendo este último de suma importância tendo em vista ser um indicador que pondera três dimensões: longevidade, educação e renda. Para finalizar o presente capítulo é interessante analisar, ainda, a evolução do mercado de trabalho e as características da população economicamente ativa e da população ocupada no Espírito Santo.

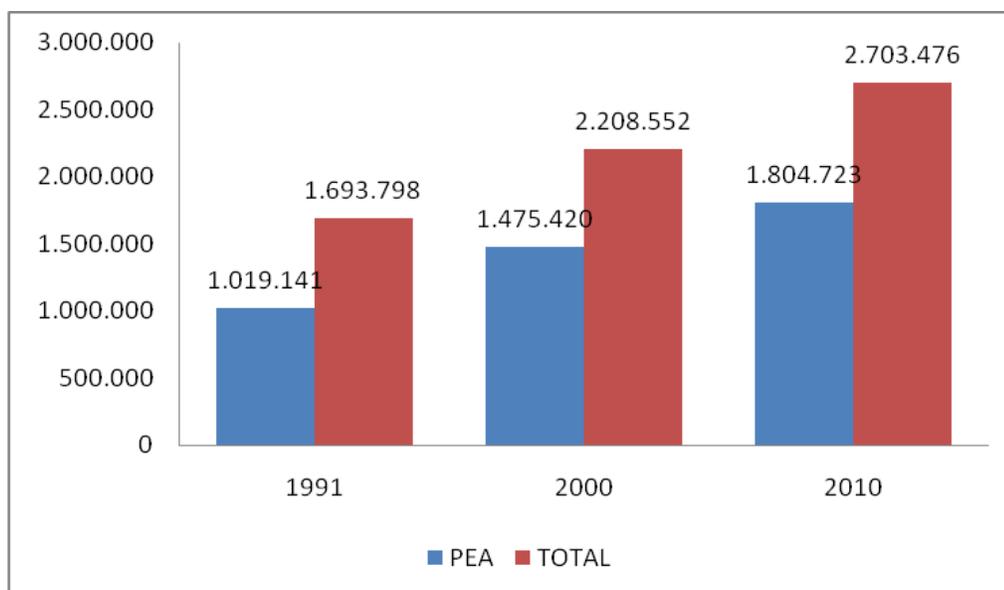
²⁵ De acordo com o recálculo dos dados brasileiros dos últimos dez anos com base na nova metodologia (PNUD 2010).

3.3. Tendências do mercado de trabalho no Espírito Santo

De acordo com o IBGE, no Brasil, a População Economicamente Ativa (PEA) corresponde a todas as pessoas com 15 anos ou mais de idade que efetivamente constituem a força de trabalho do país. Já a População Não Economicamente Ativa (PNEA), por sua vez, representa as pessoas aptas a trabalhar, mas que não estão trabalhando e nem procurando emprego.

O gráfico a seguir revela a evolução ascendente da população em idade ativa (PIA)²⁶ e da PEA no Espírito Santo para os três últimos censos demográficos. Em 2010, a PEA capixaba correspondeu a 1.804.723 indivíduos, o que representa 66,8% da população total.

Gráfico 12 – Evolução PIA e PEA, ES – Censos 1991, 2000 e 2010



Fonte: IBGE. Elaboração da Autora.

Para uma análise mais detalhada sobre a composição da população capixaba, assim como sua evolução, seguem as tabelas 15 e 16 que relacionam a população total capixaba por sexo e faixa etária a partir do censo de 1991, assim como as taxas de crescimento geométrico populacional para evidenciar as faixas de maior evolução (TABELAS 17 e 18).

²⁶ Por PIA entende-se nesse contexto a soma da PEA e da PNEA.

Tabela 15 – PIA do ES por Sexo e Faixa Etária – Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010

Sexo	Faixa Etária	1991	2000	2010
Homens	15 a 19 anos	131.324	166.870	151.377
	20 a 24 anos	123.587	151.664	162.771
	25 a 29 anos	114.192	125.368	160.899
	30 a 34 anos	103.665	120.190	147.670
	35 a 39 anos	88.340	115.242	126.600
	40 a 44 anos	65.645	101.557	120.075
	45 a 49 anos	51.166	82.497	110.799
	50 a 59 anos	76.174	104.449	173.914
	60 a 69 anos	51.418	66.614	93.564
	70 anos ou mais	30.882	48.294	71.332
	TOTAL	836.393	1.082.745	1.319.001
Mulheres	15 a 19 anos	133.090	164.572	150.145
	20 a 24 anos	122.576	151.943	160.595
	25 a 29 anos	118.417	129.401	161.731
	30 a 34 anos	104.539	124.615	151.806
	35 a 39 anos	88.226	119.976	132.298
	40 a 44 anos	66.939	104.755	125.114
	45 a 49 anos	50.736	83.904	117.041
	50 a 59 anos	81.369	111.431	185.780
	60 a 69 anos	54.892	76.826	105.895
	70 anos ou mais	36.621	58.384	94.070
	TOTAL	857.405	1.125.807	1.384.475

Fonte: IBGE. Elaboração da Autora.

Tabela 16 – PEA do Espírito Santo por Sexo e Faixa Etária – Censos 1991, 2000 e 2010

Sexo	Faixa Etária	1991	2000	2010
Homens	15 a 19 anos	86.852	106.814	76.474
	20 a 24 anos	112.830	136.416	135.971
	25 a 29 anos	110.691	118.564	145.389
	30 a 34 anos	100.410	114.386	136.109
	35 a 39 anos	85.188	109.129	116.390
	40 a 44 anos	62.379	94.580	108.351
	45 a 49 anos	46.989	74.119	97.990
	50 a 59 anos	61.066	81.134	137.953
	60 a 69 anos	29.538	34.655	47.975
	70 anos ou mais	6.210	10.573	15.176
	TOTAL	702.153	880.370	1.017.778
Mulheres	15 a 19 anos	41.819	71.715	59.176
	20 a 24 anos	54.519	96.435	108.762
	25 a 29 anos	52.710	85.326	117.706
	30 a 34 anos	48.730	83.094	111.298
	35 a 39 anos	40.834	81.013	96.997
	40 a 44 anos	30.563	67.634	88.761
	45 a 49 anos	19.016	48.666	78.073
	50 a 59 anos	20.431	45.650	95.231
	60 a 69 anos	6.863	12.551	23.708
	70 anos ou mais	1.503	2.966	7.233
	TOTAL	316.988	595.050	786.945

Fonte: IBGE. Elaboração da Autora.

Entre os homens, observa-se um aumento absoluto na população economicamente ativa no período considerado, sobretudo nas faixas que compreendem as idades de 45 a 49 e 50 a 59 anos se considerarmos a participação relativa na PEA masculina como um todo.

A surpresa da tabela 16 ficou por conta do aumento considerável da PEA feminina: de 326.784 mulheres em idade ativa que efetivamente trabalhavam em 1991 para o número de 796.205 mulheres em 2010. As faixas etárias que compreendem as mulheres acima de 60 anos foram a de maior destaque em termo de crescimento relativo.

Uma análise mais minuciosa do crescimento da população e da PEA por grupo etário e por sexo pode ser observada a partir das 17 e 18. Primeiramente, ratifica-se que os níveis das taxas de crescimento da PEA são mais elevados para o sexo feminino nos dois períodos considerados, sendo que no período compreendido entre 1991 e 2000 os valores chegam a 7,25 para as mulheres contra os 2,55 apresentados pelos homens, mostrando que o bônus não está completamente absorvido pelo mercado de trabalho. Outro ponto a considerar é que a taxa de crescimento da PEA é superior à taxa de crescimento da população nos dois períodos para as mulheres, situação inversa é apresentada para os homens. Com relação à idade, observam-se maiores valores das taxas de crescimento da PEA das faixas etárias mais elevadas, em particular para as mulheres.

Tabela 17 - Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual²⁷ da População e da PEA (%) do Espírito Santo - Homens - 1991/2000, 2000/2010

Faixa Etária	TOTAL		PEA	
	1991/2000	2000/2010	1991/2000	2000/2010
15 a 19 anos	2,70	-0,97	2,33	-3,29
20 a 24 anos	2,30	0,71	2,13	-0,03
25 a 29 anos	1,04	2,53	0,77	2,06
30 a 34 anos	1,66	2,08	1,46	1,75
35 a 39 anos	3,00	0,94	2,79	0,65
40 a 44 anos	4,97	1,69	4,73	1,37
45 a 49 anos	5,45	2,99	5,19	2,83
50 a 59 anos	3,57	5,23	3,21	5,45
60 a 69 anos	2,92	3,46	1,79	3,31
70 anos +	5,09	3,98	6,09	3,68
Total	2,91	1,99	2,55	1,46

Elaboração da Autora.

²⁷ Taxa média geométrica de crescimento anual da população: incremento médio anual da população, medido pela expressão $i = \frac{P(t+n) - P(t)}{P(t)}$ sendo P(t+n) e P(t) populações correspondentes a duas datas sucessivas, e n o intervalo de tempo entre essas datas, medido em ano e fração de ano (IBGE).

Tabela 18 - Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual da PIA e da PEA (%) do Espírito Santo - Mulheres - 1991/2000, 2000/2010

Faixa Etária	TOTAL		PEA	
	1991/2000	2000/2010	1991/2000	2000/2010
15 a 19 anos	2,39	-0,91	6,18	-1,90
20 a 24 anos	2,42	0,56	6,54	1,21
25 a 29 anos	0,99	2,26	5,50	3,27
30 a 34 anos	1,97	1,99	6,11	2,97
35 a 39 anos	3,47	0,98	7,91	1,82
	5,10	1,79	9,23	2,76
45 a 49 anos	5,75	3,38	11,01	4,84
50 a 59 anos $\frac{P_{t+n}}{P_t}$	3,56	5,24	9,34	7,63
60 a 69 anos $\frac{P_{t+n}}{P_t}$	3,81	3,26	6,94	6,57
70 anos +	5,32	4,89	7,85	9,32
Total	3,07	2,09	7,25	2,83

Elaboração da Autora.

Observa-se correlação estreita entre o crescimento da PIA e o da PEA²⁸, tendo em vista que os coeficientes de correlação para ambos os sexos e períodos se aproxima de +1 (TABELA 19), isto é, as duas variáveis tem correlação positiva²⁹ (SARTORIS, 2003). Os coeficientes apresentados na tabela em questão sintetizam a análise das relações e indicam um aumento da relação entre a população total e a PEA para os dois sexos no período considerado, sendo tal aumento foi mais importante para as mulheres. Logo, pode-se concluir que o aumento da população economicamente ativa capixaba se deve primordialmente ao aumento da PEA entre o segmento feminino.

Tabela 19 – Coeficiente de Correlação entre PEA e PIA, ES

Período	Homens	Mulheres
1991-2000	0,96	0,85
2000-2010	0,99	0,97

Dados IBGE. Elaboração da Autora.

²⁸ A correlação positiva ou negativa entre duas variáveis apenas mostra que essas variáveis crescem no mesmo sentido, não indicando que uma variável influencia a outra.

²⁹ Correlação positiva: as variáveis x e y crescem no mesmo sentido, isto é, se quando x cresce, y também cresce.

Por fim, de acordo com o Instituto Brasileiro de Economia da FGV³⁰, os demógrafos consideram que o bônus acontece quando a soma da PEA e da PNEA se situa em 55% ou mais da PIA. Segundo esse critério, no caso do Espírito Santo, de acordo com a tabela 20, o bônus demográfico se estenderia até 2030³¹. Vale lembrar, entretanto, que em relação ao crescimento da renda per capita, o efeito de aumento da oferta de trabalho ocorre apenas quando a taxa de crescimento da População em Idade Ativa (PIA) é maior do que a da população total. Diante desse contexto, o bônus demográfico capixaba, presente desde pelo menos o início da década de 1980, está projetado para encerrar-se a partir de 2020, daqui a 6 anos. A partir desse período, o aumento populacional acarretará redução na renda per capita caso o crescimento econômico não seja suficiente para manter ou aumentar tal renda.

Tabela 20 – Indicadores Selecionados, ES, 1970 a 2030

Indicadores	1970	1980	1991	2000	2010	2020	2030
(%) PIA/População	52,33	57,29	60,79	65,77	69,80	70,58	69,14
Taxa de Crescimento Geométrico PIA (%)	-	3,31	2,86	2,57	1,88	1,76	0,59
Taxa de Crescimento Geométrico Populacional (%)	-	2,38	2,31	1,76	1,27	1,65	0,80

Fonte: IBGE. Elaboração da Autora.

Para suplementar a análise exposta até o momento, a subseção a seguir abordará dados mais detalhados do mercado de trabalho capixaba, assim como sua evolução, durante a primeira década do século XXI. É interessante notar a absorção da PEA no Espírito Santo, mesmo que incompleta, e a diferença existente entre os principais indicadores do estado quando a análise considera sexo e faixa etária.

³⁰<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumPageId=4028809A203E1B74012048F081154692&contentId=8A7C82332D33F502012DA8B416B074C6>.

³¹ Dados disponíveis para a projeção da população do Espírito Santo.

3.3.1. Estatísticas do Século XXI

O primeiro critério a ser analisado da PEA, mais precisamente da população ocupada³², no mercado de trabalho capixaba, refere-se à formalidade. Considerando a primeira década do século XXI, verifica-se a partir da tabela 21, o aumento do número absoluto de pessoas ocupadas no setor formal (exceção feita entre os anos de 2006 e 2007) e o decréscimo no setor informal a partir de 2003 (exceção feita entre os anos de 2007 e 2008). Vale lembrar ainda que em 2001, 54,5% dos ocupados eram informais e esse percentual recuou para 42,7% em 2009.

Tabela 21 – População Ocupada, ES, 2001 a 2009³³

População Ocupada	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total	1.456.724	1.514.196	1.560.226	1.616.339	1.628.889	1.704.099	1.637.273	1.754.054	1.775.429
Mercado Formal	663.443	685.280	685.489	787.436	801.219	895.497	885.426	922.748	1.017.607
Mercado Informal	793.281	828.916	874.737	828.903	827.670	808.602	751.847	831.306	757.822

Fonte: PNAD 2011. Elaboração da Autora.

Um aspecto importante observado entre os anos 2000 e 2010, tanto no país como no estado do Espírito Santo, foi a redução do setor informal no mercado de trabalho. Essa redução é reflexo de ações governamentais, tais como incentivo à formalização (acesso a linhas de crédito e outros benefícios), maior fiscalização, mudanças na escolaridade da população ocupada, mudanças na estrutura setorial, entre outras (IJSN, 2012b, p. 5).

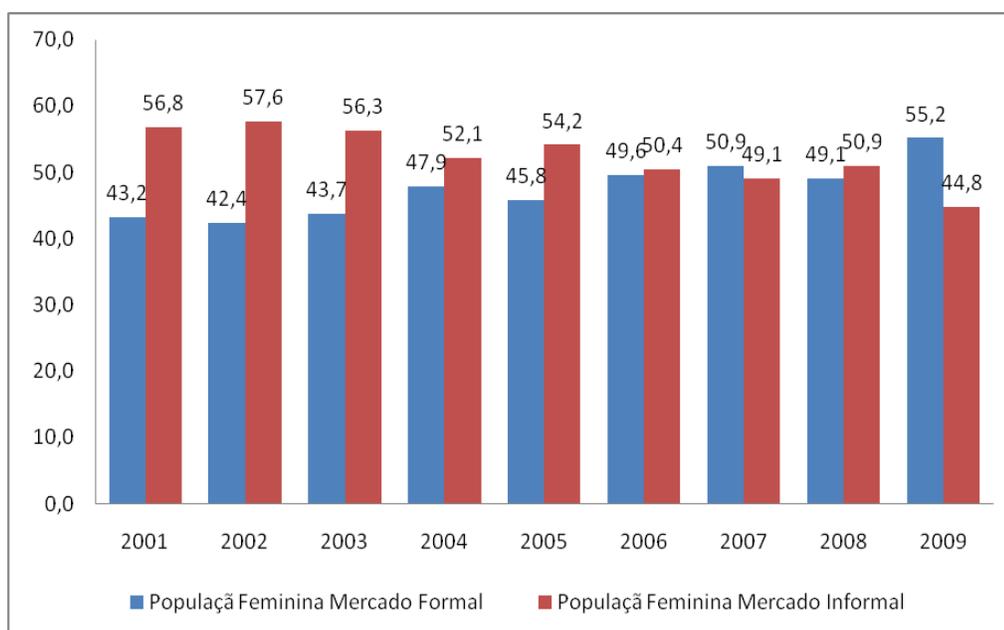
Em relação à distribuição da população ocupada considerando o tipo de mercado de trabalho e gênero, observa-se, a partir dos gráficos 13 e 14, que a maioria das mulheres ocupadas até o ano de 2006 pertencia ao mercado de trabalho informal capixaba. Em 2007 tal situação se inverteu, mas voltou aos patamares originais em 2008. No ano de 2009, 44,8% das mulheres ocupadas

³² De acordo com o IBGE, fazem parte da PEA os Ocupados (trabalhando regularmente) e os Desocupados, assim considerados os que não trabalhavam, mas tomaram alguma providência para encontrar trabalho.

³³ Segundo o IBGE, a PNAD é realizada anualmente por amostragem - exceção feita aos anos de Censo. Logo, não há dados para os anos de 2000 e 2010.

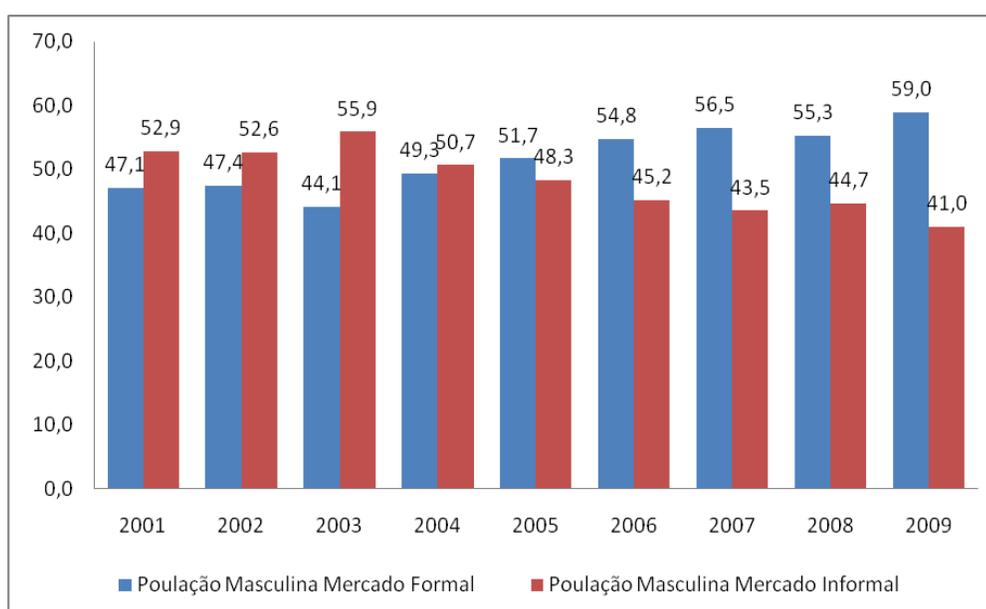
ainda estavam no setor informal: menos da metade, mas uma grandeza ainda considerável. Já em relação aos homens, a partir do ano de 2005, verifica-se a predominância da ocupação do mercado formal, atingindo em 2009 quase 60% de representação.

Gráfico 13 – % de mulheres ocupadas segundo mercado de trabalho, ES – 2001 a 2009



Fonte: PNAD. Elaboração da Autora.

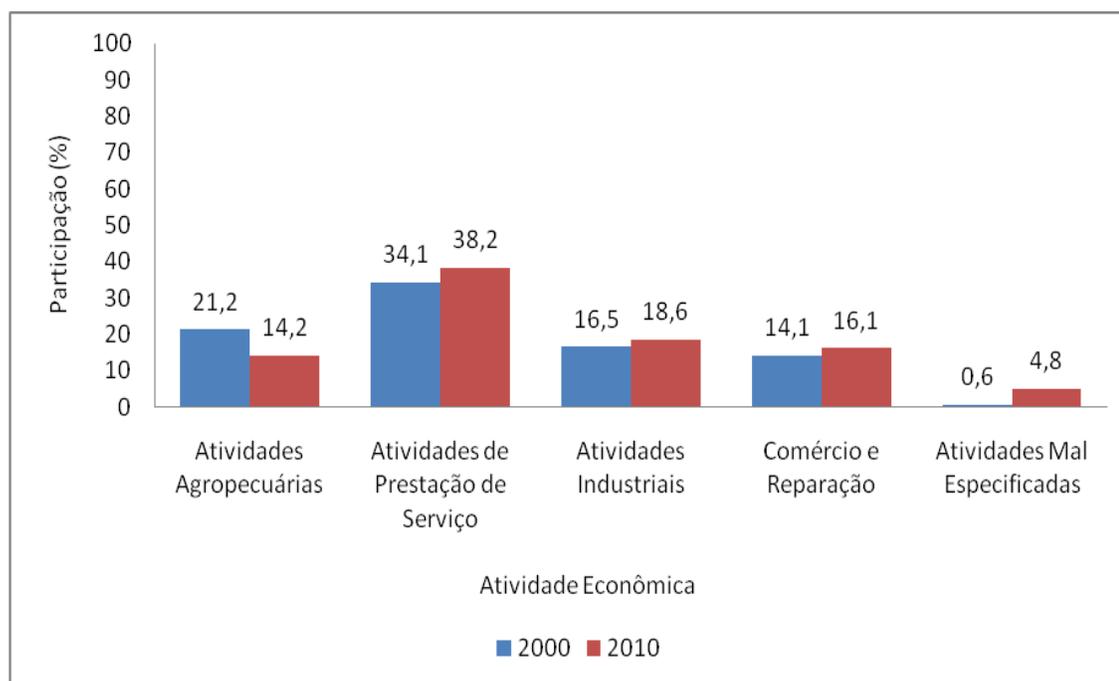
Gráfico 14 – % de homens ocupados segundo mercado de trabalho, ES – 2001 a 2009



Fonte: PNAD. Elaboração da Autora.

Ainda dentro do contexto de população ocupada, é possível verificar dados dos últimos dois Censos Demográficos (2000 e 2010) relacionados por atividade econômica (Gráfico 15). Durante o período considerado, percebe-se que as atividades de prestação de serviços (38,2%), industriais (18,6%), comércio e reparação (16,1%), assim como as atividades mal especificadas (4,8%), aumentaram a participação na população ocupada no mercado de trabalho capixaba. As atividades agropecuárias, por sua vez, apresentaram recuo em sua participação, atingindo 14,2% em 2010 em detrimento aos 21,2% apresentados em 2000.

Gráfico 15 – População Ocupada ES por Atividade Econômica – Censos Demográficos 2000 e 2010



Fonte: IJSN. Elaboração da Autora.

Se levarmos em conta a taxa de ocupação segundo a faixa etária para o período de 2001 a 2009 (tabela 22), que compreende o percentual de pessoas ocupadas no período de referência em relação às pessoas economicamente ativas no mesmo período, verifica-se a maior participação das faixas etárias acima de 25 anos no mercado de trabalho capixaba.

Tabela 22 – Taxa de Ocupação segundo faixa etária, ES, 2001 a 2009

Faixa Etária	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
10 a 14	89,3	88,5	91,2	89,2	79,8	80,6	83,3	83,1	82,2
15 a 17	75,3	71,7	74,4	79,0	69,1	81,3	67,5	77,1	68,9
18 a 19	76,4	79,2	74,0	78,7	73,6	79,9	75,3	84,4	78,0
20 a 24	84,5	85,8	86,3	87,9	84,6	89,2	82,9	89,9	89,0
25 a 29	91,6	90,8	90,5	93,9	91,4	95,9	88,7	94,1	90,6
30 a 39	93,9	92,0	93,2	95,0	93,9	94,8	92,9	96,3	93,3
40 a 49	96,6	94,9	95,1	95,2	95,4	95,9	93,5	95,9	96,0
50 a 59	95,9	95,8	96,6	96,2	96,1	95,7	96,8	98,1	96,7
mais de 60	97,7	94,2	98,1	99,0	97,1	98,7	95,8	99,0	98,5

Fonte: PNAD 2011. Elaboração da Autora.

Quando se analisa a taxa de ocupação por sexo e faixa etária durante o mesmo período (tabelas 23 e 24), ratifica-se a maior representação de ambos os sexos para as faixas etárias a partir de 25 anos. Entretanto, salienta-se que as taxas de ocupação feminina apresentadas são inferiores às taxas de ocupação masculina ao longo da primeira década do século XXI.

Tabela 23 – Taxa de Ocupação Masculina segundo faixa etária, ES, 2001 a 2009

Faixa Etária	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
15 a 17	81,7	76,9	76,2	79,8	75,2	90,6	73,0	77,5	76,9
18 a 19	81,4	80,6	80,6	83,5	73,3	84,5	78,3	89,7	78,4
20 a 24	88,4	88,7	88,8	89,1	88,4	92,4	88,8	94,3	92,7
25 a 29	94,4	94,3	94,3	96,7	95,8	97,1	93,5	96,0	93,9
30 a 39	97,4	95,9	95,1	97,1	97,3	97,0	96,1	97,3	95,7
40 a 49	97,0	94,5	94,9	96,2	97,7	97,6	95,9	97,5	97,6
50 a 59	96,0	95,6	96,5	96,3	96,8	96,1	96,6	98,1	97,7
Mais de 60	96,6	93,3	96,7	98,5	97,6	99,3	95,0	98,8	98,8

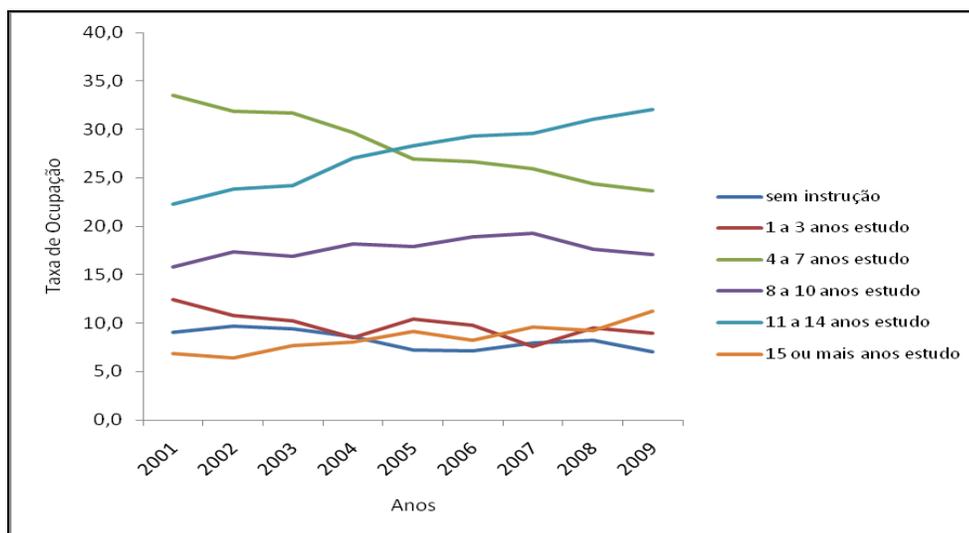
Fonte: PNAD 2011. Elaboração da Autora.

Tabela 24 – Taxa de Ocupação Feminina segundo faixa etária, ES, 2001 a 2009

Faixa Etária	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
15 a 17	66,3	64,8	72,2	77,4	59,5	68,0	58,7	76,2	56,7
18 a 19	69,4	77,4	65,9	72,8	74,1	74,1	72,0	76,2	77,3
20 a 24	79,3	82,2	83,0	86,5	79,8	84,7	75,9	84,0	84,7
25 a 29	87,7	86,4	86,0	90,2	86,8	94,2	83,2	91,8	86,6
30 a 39	89,9	87,4	90,8	92,6	90,1	92,3	89,4	95,1	90,7
40 a 49	96,1	95,4	95,3	93,9	92,7	94,0	90,4	94,0	94,0
50 a 59	95,8	96,1	96,7	96,2	95,1	95,1	96,9	98,0	95,6
Mais de 60	100,0	95,9	100,0	100,0	96,4	97,7	97,3	99,2	97,9

Fonte: PNAD 2011. Elaboração da Autora.

Se o foco de análise for o nível educacional da população ocupada capixaba, percebe-se, a partir de dados do gráfico a seguir, o aumento significativo do nível de escolaridade das pessoas ocupadas com 15 anos ou mais no Estado. Em 2009, 32% da população ocupada possuía entre 11 a 14 anos de estudo, contra o indicador de 22,3% apresentado no ano de 2001.

Gráfico 16 – Taxa de Ocupação segundo anos de estudo– 15 anos ou mais, ES – 2001 a 2009³⁴

Fonte: IBGE. Elaboração da Autora.

³⁴ Segundo o IBGE, a PNAD é realizada anualmente por amostragem - exceção feita aos anos de Censo. Logo, não há dados para os anos de 2000 e 2010.

Na análise da taxa de ocupação segundo anos de estudo e sexo, verifica-se que a maioria dos homens ocupados até 2007 possuía de 4 a 7 anos de estudo, sendo observado nessa faixa um decréscimo ao longo do período em detrimento ao aumento das faixas posteriores; após o ano de 2007, predomina a faixa de 11 a 14 anos. Ainda segundo a tabela 25, vale salientar que a população ocupada masculina que não possuía instrução apresentou recuo ao longo do período considerado: de 9,4% em 2001 para 7,8% em 2009.

Tabela 25 – Taxa de Ocupação Masculina segundo anos de estudo, ES, 2001 a 2009

Anos de Estudo	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
sem instrução	9,4	9,9	9,6	8,9	7,6	7,7	8,7	8,0	7,8
1 a 3 anos estudo	12,9	11,1	10,4	9,1	11,1	10,8	8,2	10,1	9,8
4 a 7 anos estudo	36,2	35,4	34,0	32,1	29,7	29,1	28,9	26,2	25,5
8 a 10 anos estudo	16,5	17,7	18,9	19,2	19,6	19,3	20,5	19,5	17,8
11 a 14 anos estudo	19,6	20,3	20,7	24,2	24,4	26,4	25,8	29,1	30,3
15 ou mais anos estudo	5,4	5,6	6,4	6,5	7,5	6,6	7,9	7,1	8,9

Fonte: PNAD 2011. Elaboração da Autora.

As mulheres ocupadas no mercado capixaba a partir do ano de 2002 possuem maior representação na faixa representada por 11 a 14 anos de estudo, superando a taxa apresentada pelo segmento masculino. É possível observar também a diminuição das mulheres sem instrução no mercado de trabalho durante o período considerado, cujo nível atingido em 2009 foi de 6,1%. Torna-se interessante salientar ainda a representação das mulheres com 15 ou mais anos de estudo ao longo do período, com considerável evolução de seus indicadores: de 9% em 2001 para 14,2% em 2009 (TABELA 26).

Tabela 26 – Taxa de Ocupação Feminina segundo anos de estudo, ES, 2001 a 2009

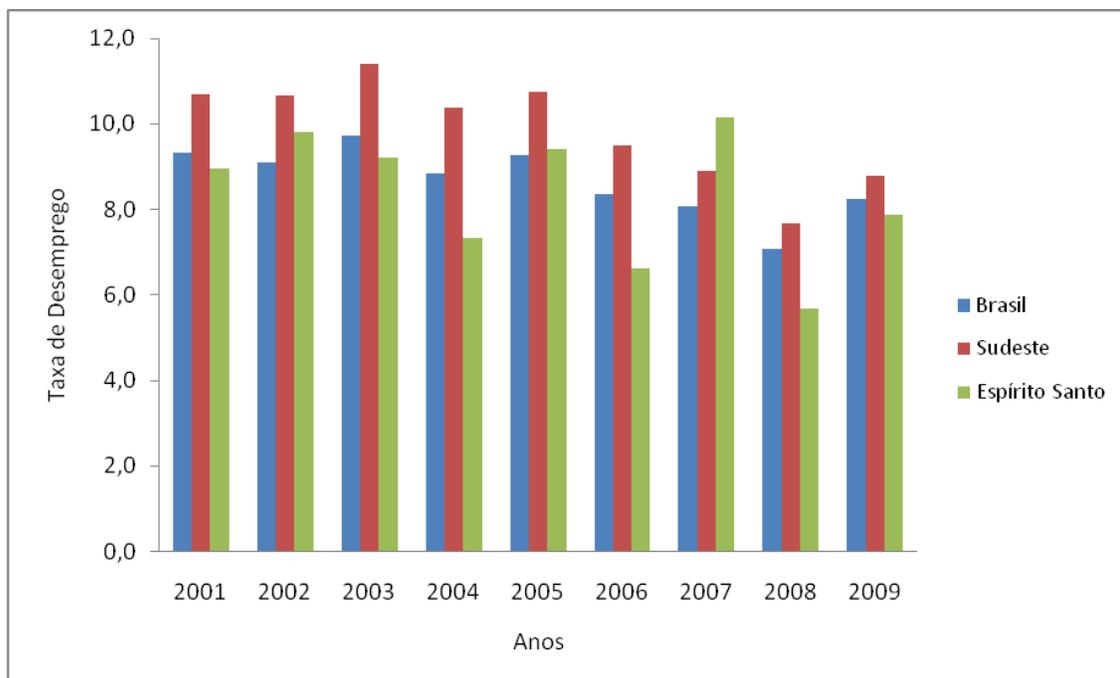
Anos de Estudo	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
sem instrução	8,6	9,3	9,0	8,1	6,7	6,3	6,9	8,5	6,1
1 a 3 anos estudo	11,7	10,4	10,0	7,6	9,6	8,3	6,8	8,6	8,0
4 a 7 anos estudo	29,6	27,2	28,6	26,4	23,2	23,5	22,1	22,0	21,4
8 a 10 anos estudo	14,8	16,9	14,3	16,8	15,7	18,3	17,7	15,2	16,1
11 a 14 anos estudo	26,2	28,7	28,9	30,8	33,6	33,1	34,7	33,6	34,2
15 ou mais anos estudo	9,0	7,5	9,3	10,2	11,3	10,5	11,8	12,1	14,2

Fonte: PNAD 2011. Elaboração da Autora.

Em resumo, observa-se que se por um lado a população ocupada é majoritariamente masculina, por outro se verifica que, em relação à instrução, a população ocupada feminina apresenta números superiores aos apresentados pelos homens, sobretudo na categoria de 15 anos ou mais de estudo.

Passando o foco da análise para a taxa de desemprego³⁵ no Espírito Santo, verifica-se no gráfico a seguir que a mesma apresentou fortes oscilações ao longo da década, com nível mais baixo apresentado no ano de 2008 (5,7%). Se compararmos a taxa de desemprego com o Brasil e a região sudeste, no ano de 2009 a taxa capixaba teve representação inferior às demais. Verifica-se ainda que o ano de 2007 desponta como aquele que apresentou a maior taxa de desemprego da série para o estado (10,2%), em contraste aos resultados do Brasil (8,1%) e Região Sudeste (8,9%).

Gráfico 17 – Taxa de Desemprego– Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2001 a 2009

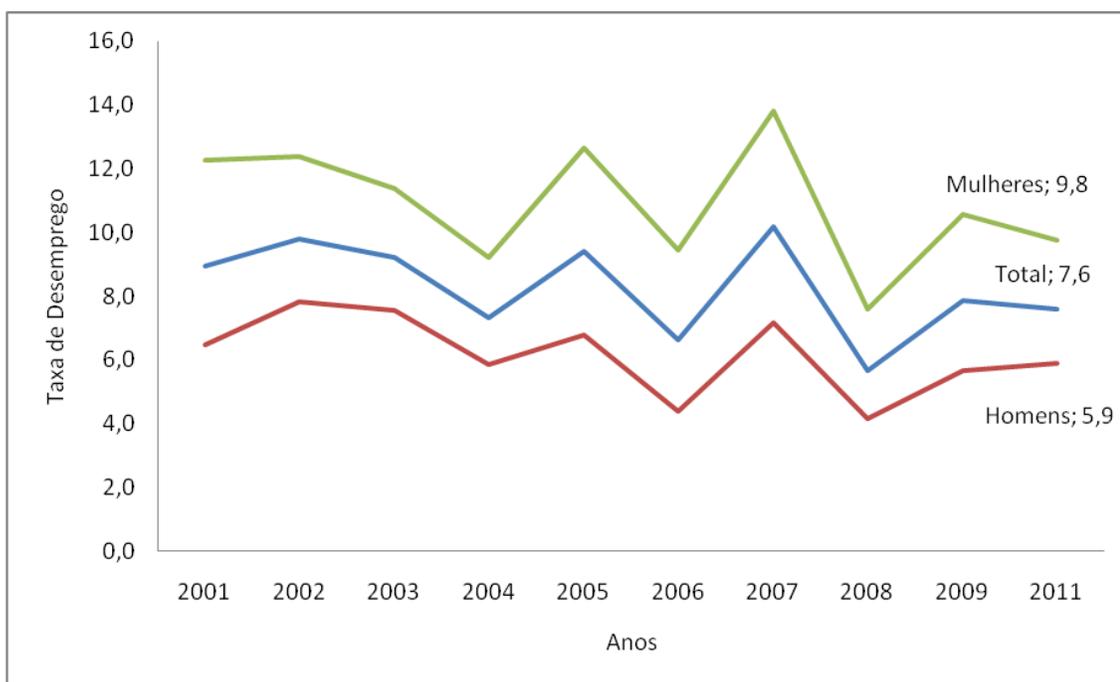


Fonte: PNAD 2011. Elaboração da Autora.

³⁵ Taxa de desemprego (15 anos ou mais): porcentagem de pessoas desocupadas de 15 anos ou mais de idade em relação ao total de pessoas economicamente ativas de 15 anos ou mais de idade.

Ainda de acordo com a PNAD do mercado de trabalho, se considerar o indicador por gênero, verifica-se que entre as mulheres, durante todo o período analisado, a taxa de desemprego é superior tanto em relação aos homens quanto em relação à taxa total: em 2009, a taxa de desemprego entre as mulheres era de 10,6%, contra 5,7% para os homens e 7,9% no total da população capixaba (Gráfico 18).

Gráfico 18 – Taxa de Desemprego segundo gênero – ES – 2001 a 2009



Fonte: PNAD. Elaboração da Autora.

Se o desemprego é maior entre as mulheres, torna-se importante analisar em qual faixa etária isso ocorre. Desse modo, as tabelas a seguir apresentam dados sobre a taxa de desemprego segundo sexo e faixa etária para os anos de 2001 a 2009:

Tabela 27 – Taxa de Desemprego entre os homens segundo faixa etária, ES, 2001 a 2009

Faixa Etária	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
15 a 17	18,3	23,1	23,8	20,2	24,8	9,4	27,0	22,5	23,1
18 a 19	18,6	19,4	19,4	16,5	26,7	15,5	21,7	10,3	21,6
20 a 24	11,6	11,3	11,2	10,9	11,6	7,6	11,2	5,7	7,3
25 a 29	5,6	5,7	5,7	3,3	4,2	2,9	6,5	4,0	6,1
30 a 39	2,6	4,1	4,9	2,9	2,7	3,0	3,9	2,7	4,3
40 a 49	3,0	5,5	5,1	3,8	2,3	2,4	4,1	2,5	2,4
50 a 59	4,0	4,4	3,5	3,7	3,2	3,9	3,4	1,9	2,3
mais de 60	3,4	6,7	3,3	1,5	2,4	0,7	5,0	1,2	1,2

Fonte: PNAD 2011. Elaboração da Autora.

Entre os homens, a maior incidência de desemprego ocorre nas faixas etárias compreendidas entre 15 a 19 anos. Para as mulheres, além das faixas etárias citadas, verifica-se uma taxa de desemprego considerável ao longo do período também entre as faixas de 20 a 29 anos, o que demonstra forte incidência de desemprego entre as mulheres capixabas mais jovens. As tabelas também confirmam os dados apresentados no gráfico 18: o desemprego realmente é maior entre as mulheres.

Tabela 28 – Taxa de Desemprego entre as mulheres segundo faixa etária, ES, 2001 a 2009

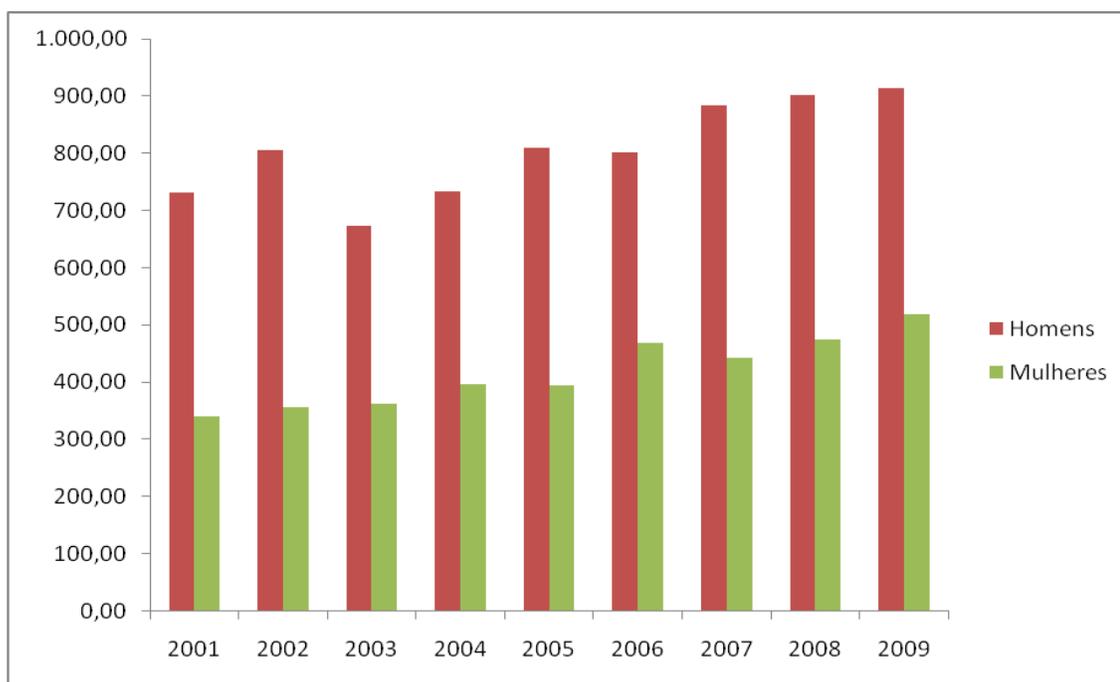
Faixa Etária	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
15 a 17	33,7	35,2	27,8	22,6	40,5	32,0	41,3	23,8	43,3
18 a 19	30,6	22,6	34,1	27,2	25,9	25,9	28,0	23,8	22,7
20 a 24	20,7	17,8	17,0	13,5	20,2	15,3	24,1	16,0	15,3
25 a 29	12,3	13,6	14,0	9,8	13,2	5,8	16,8	8,2	13,4
30 a 39	10,1	12,6	9,2	7,4	9,9	7,7	10,6	4,9	9,3
40 a 49	3,9	4,6	4,7	6,1	7,3	6,0	9,6	6,0	6,0
50 a 59	4,2	3,9	3,3	3,8	4,9	4,9	3,1	2,0	4,4
mais de 60	0,0	4,1	0,0	0,0	3,6	2,3	2,7	0,8	2,1

Fonte: PNAD 2011. Elaboração da Autora.

Ainda em relação às disparidades entre os sexos, quando se estuda o mercado de trabalho capixaba na primeira metade do século XXI, é imprescindível observar dados sobre a discrepância salarial (GRÁFICO 19). Para todo o período considerado, os homens possuem renda

per capita consideravelmente superior em relação às mulheres. De acordo com dados do PNAD 2011, enquanto a renda *per capita* em 2009 correspondia a R\$ 701,27 no Brasil e R\$ 840,84 na região sudeste, o Espírito Santo apresentava valores em torno de R\$ 712,92. Para os homens, ainda considerando o ano de 2009, esse valor chegou à R\$ 817,22, superior aos valores apresentados para o país e o estado como um todo, enquanto que para as mulheres a importância era de apenas R\$ 580,38.

Gráfico 19 – Renda *per capita* segundo gênero no ES – 2001 a 2009



Fonte: PNAD 2011. Elaboração da Autora.

Em suma, na abordagem deste capítulo verificou-se o aumento da população em idade ativa (PIA) e a economicamente ativa (PEA) ao longo dos anos, confirmando a existência do bônus demográfico, além da importância do segmento das mulheres no mercado de trabalho. Vale salientar que este aumento está aliado às melhoras nas condições sociais da população capixaba como um todo: aumento do IDH, redução do Índice de Gini, aumento da expectativa de vida e dos anos de estudo, por exemplo.

Todavia, apesar das melhoras citadas e da diminuição do trabalho informal no Espírito Santo, este ainda apresenta um volume preocupante: 42,7% em 2009 (PNAD 2011). Adicionalmente, ao

se considerar a taxa de desemprego, verifica-se a necessidade de diminuição da mesma entre as mulheres (10,6% em 2009), assim como a diminuição da discrepância de renda *per capita* entre os sexos.

Diante do exposto e considerando toda a evolução do Espírito Santo, tanto economicamente, quanto no âmbito social e populacional, conclui-se no presente trabalho que o Estado encontra-se com a disponibilidade do bônus demográfico, com uma população cada vez mais educada e com níveis de desigualdade em constante melhora. Todavia, para que os efeitos desse bônus possam ser sentidos durante os próximos anos, torna-se necessário uma especial atenção às políticas que proponham uma redução da informalidade do mercado de trabalho (para que a previdência social sinta os efeitos benéficos no bônus) aliado a políticas de equiparação de renda e redução da taxa de desemprego entre as mulheres, pois estas têm muito a contribuir para o desenvolvimento econômico e social capixaba.

CONCLUSÃO

No primeiro capítulo do presente trabalho foi apresentada a discussão do debate econômico demográfico ao longo da história, salientando sua importância por meio da preocupação mundial com o tema, revelado nas Conferências Mundiais da População organizadas pela ONU. No âmbito desse debate, torna-se imprescindível compreender que para proceder com a análise dos impactos do crescimento populacional sobre o desenvolvimento econômico, é necessário o entendimento deste último conceito, assim como sua diferença com o conceito de crescimento econômico. Nesse sentido, torna-se ainda essencial analisar se os efeitos do crescimento e do desenvolvimento econômico se traduzem em melhorias para a população.

No contexto das teorias relacionadas ao debate em tela, encontram-se basicamente duas linhas de pensamento: os chamados pessimistas, seguidores da teoria malthusiana, que caracterizam o crescimento populacional como desordenado e prejudicial ao crescimento econômico, e os otimistas, que vislumbram no crescimento populacional uma oportunidade de estímulo ao consumo e de aumento da mão de obra para impulsionar o crescimento econômico.

Na sequência, o segundo capítulo se propôs a analisar a teoria da transição demográfica e verificar a inserção do Espírito Santo em seu contexto, comparando sempre que possível com o Brasil. São visíveis as mudanças que decorrem do processo de transição demográfica no nível nacional e estadual: a queda da taxa de mortalidade, o crescimento populacional significativo tendo em vista à manutenção de elevadas taxas de fecundidade e, em seguida, sua queda, proporcionando a mudança na estrutura etária característica desse processo, mudança esta devidamente representada por meio das pirâmides demográficas.

Vale lembrar que a alteração na estrutura etária da população é verificada na redução do peso relativo das crianças e no aumento, em primeiro lugar, do peso dos adultos e, em um período posterior, do peso dos idosos. É importante salientar que o aumento da razão PIA/população implica no aumento da participação de indivíduos em idade produtiva e na possibilidade de impulsionar o aumento da formação de poupança, o que se convencionou chamar de bônus demográfico.

Observou-se no terceiro capítulo que atualmente o Espírito Santo apresenta-se no cenário nacional como um estado dinâmico, com taxas de crescimento do PIB e PIB *per capita* superiores à média nacional, em consequência de sua atratividade. Nas últimas décadas novos fatores produtivos, indústrias, expansão do complexo portuário e ultimamente o aumento expressivo da exploração do petróleo em águas profundas, entre outros, passaram a impulsionar sua economia.

Em relação ao contexto social do Estado, os indicadores mostram a melhora do panorama capixaba:

- diminuição do coeficiente de GINI, o que retrata uma melhor distribuição de renda, ficando em 2010 com o sexto menor nível de concentração em relação aos demais estados brasileiros;
- aumento do IDH, representando uma melhora significativa no desenvolvimento humano capixaba, sobretudo em relação ao IDH longevidade/saúde evidenciado pelo aumento da expectativa de vida da população, assumindo em 2010 a sétima posição do ranking IDH dos estados brasileiros; e
- evolução da expectativa de anos de estudo, apesar da pequena queda deste indicador entre 2000 e 2010, além do aumento percentual de crianças e adolescentes na escola e da queda da taxa de analfabetismo (níveis inferiores ao apresentados pelo Brasil).

Na análise do mercado de trabalho no Espírito Santo verificou-se o aumento da PIA e da PEA. Todavia, entre os homens, o crescimento da PEA é inferior ao crescimento da PIA, o que demonstra a não absorção pelo mercado de trabalho de todo o crescimento populacional para esse sexo.

Por fim, em que pese o aumento da instrução da população capixaba, os indicadores para o Estado podem, e muito, melhorar: é necessário qualificar a mão de obra disponível, melhorando não só os indicadores educacionais, como também os indicadores de saúde, a fim de elevar a produtividade da mão de obra empregada. Vale lembrar ainda os níveis ainda elevados de informalidade nesse mercado, além de uma taxa significativa de desemprego entre as mulheres.

Por oportuno, observa-se gradativo declínio da razão de dependência no Estado, sobretudo entre o segmento feminino, acompanhando a tendência nacional relatada pelo IBGE, o que está relacionado ao processo de transição demográfica. Isso se deve ao fato de a redução dos níveis de fecundidade levar à diminuição das taxas de natalidade, implicando o decréscimo do contingente jovem da população.

Conclui-se, portanto, que o quadro populacional capixaba nas três primeiras décadas do século XXI favorece o crescimento e desenvolvimento econômico, pois estamos com uma população mais preparada em termos de idade, de saúde e de educação, dentre outros indicadores.

Vale lembrar que em qualquer região a transição demográfica só acontece uma vez e somente uma vez se pode utilizar o bônus demográfico. No entanto, para colher os frutos dessa janela de oportunidade e tentar solucionar os problemas sociais, deve-se absorver a mão-de-obra disponível, o que no caso do Espírito Santo compreende primordialmente incentivar o aumento do trabalho formal e diminuir a taxa de desemprego e discrepância de renda entre a população feminina, pois dessa forma, maiores serão as chances de realização do bônus demográfico. Em síntese, a atualidade mostra que a população capixaba não é um entrave, mas sim um fator impulsionador do desenvolvimento econômico.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D. **As Políticas Populacionais e o Planejamento Familiar na América Latina E No Brasil**. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, N. 21, IBGE, Rio de Janeiro, 2006.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 05 de junho 2014.

BECKER, G. S. **An Economic Analysis of Fertility**. In: Demography and Economic Change in Developed Countries. National Bureau of Economic Research. P. 209-231. Princeton, 1960. Disponível em: http://public.econ.duke.edu/~vjh3/e195S/readings/Bec ker_Fertility.pdf.

BELTRÃO, K.I; MEDICI, A.C. **Transição Demográfica no Brasil: Uma Agenda para Pesquisas**. In: Planejamento e Políticas Públicas Número 12, IPEA. São Paulo, 1995.

BERQUÓ, E. **Refletindo Sobre as Questões Populacionais Neste Final de Século**. In: Novos Estudos CEBRAP, Unicamp, Número 55. São Paulo, 1999.

BRITO, F. **A Transição Demográfica no Brasil: As possibilidades e os Desafios para a Economia e Sociedade**. In: Texto para Discussão Número 138, CEDEPLAR, FACE, UFMG. Belo Horizonte, 2007.

BRUM, A. J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 22ª Edição. UNIJUI. Petrópolis, 2002.

BUFFON, J. A. **O café e a urbanização no Espírito Santo**. Dissertação apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP, 1992, p. 346.

CAÇADOR, S. B. **Olhar crítico sobre o desempenho recente da economia capixaba: uma análise a partir da literatura de desenvolvimento regional e de indicadores de inovação**. Revista Econômica do Nordeste. V. 40, nº 3, julho –setembro 2009.

CALDWELL, J. **Toward a restatement of demographic transition theory.** *Population and Development Review*. New York, v. 2, n. 3-4, p. 321-366, sep/dec, 1976.

CANESQUI, A. M. **Notas sobre a constituição da política de planejamento familiar no Brasil: 1965-1977.** In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 3, Vitória, ES, 1982.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970.** 3 ed. São Paulo: UNESP, 2007.

CASTIGLIONI, A. H. **Mudanças na estrutura demográfica do Espírito Santo ocorridas durante a segunda metade do século XX.** In: Revista Geografares, n. 7, UFES. Vitória, ES, 2009.

CASTIGLIONI, A. H. **Inter-relações entre os processos de transição demográfica, de envelhecimento populacional e de transição epidemiológica no Brasil.** V Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población. Montevideu, 2012.

CASTIGLIONI, A. H. **Mortalidade Diferencial no Espírito Santo.** UFES. Vitória, ES, 1994.

CASTIGLIONI, A. H. **A revolução grisalha,** in Revista Fluminense de Geografia 4, Ano II, Niterói, Julho/Dezembro de 2006.

COALE, A., HOOVER, E. **Population growth and economic development in low-income countries: a case study of India's prospects.** Princeton: Princeton University, 1958.

CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS. Disponível em:
<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/constituicoes-antiores-1>.

DICIONÁRIO DE ECONOMIA. Disponível em:
http://www.notapositiva.com/dicionario_economia. Acesso em: 05 de maio 2010.

ES 2030. Plano de Desenvolvimento. Vitória, 2013. Disponível em:
<http://www.es2030.com.br/index.php>. Acesso em: 27/04/2014.

FRANCO, R. C.; MAGALHÃES, S. F. **Geografia**. Ed. Frase; 1º edição-2001.

HEER, D. M. **Sociedade e População**. São Paulo, Pioneira, 1972.

IBRE. **O bônus demográfico brasileiro está em sua fase final**. In: Revista Conjuntura Econômica. Vol 65 nº 01 Janeiro 2011 - Carta do IBRE. Disponível em:
<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumPageId=4028809A203E1B74012048F081154692&contentId=8A7C82332D33F502012DA8B416B074C6>. Acesso em: 03/02/2014.

IGLESIAS, R. **Análise dos grandes projetos de investimento no Espírito Santo**. In: Espírito Santo: Instituições, Desenvolvimento e Inclusão Social. IJSN. Vitória, 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **CENSO 2010**. Disponível em:
<http://censo2010.ibge.gov.br/>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Estatísticas do século XX**. Disponível em: <http://seculoxx.ibge.gov.br/> Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1981, vol. 42, 1979.

Instituto Jones dos Santos Neves. **A evolução intersetorial do mercado de trabalho capixaba e sua contribuição para a redução da informalidade**. CENSOS 2000 e 2010. Vitória, ES, 2012b.

Instituto Jones dos Santos Neves. **Crescimento do emprego formal no Espírito Santo na década de 2000: aumento do tamanho ou do número de firmas?** Vitória, ES, 2011c.

Instituto Jones dos Santos Neves. **Desigualdade de renda e classes sociais. Indicadores socioeconômicos do Espírito Santo: PNAD 2010.** Vitória, ES, 2011b.

Instituto Jones dos Santos Neves. **ES em Mapas.** Disponível em: http://ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=109. Acesso em: 28/03/2013.

Instituto Jones dos Santos Neves. **Produto Interno Bruto (PIB) – Espírito Santo 2009.** Vitória, ES, 2011a.

Instituto Jones dos Santos Neves. **Produto Interno Bruto (PIB) – Espírito Santo 2010.** Vitória, ES, 2012a.

KIMPARA, E. T. C. **Crescimento populacional: obstáculo ao desenvolvimento sustentável?** XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Minas Gerais, 2010.

LOMBARDI, C. **Aspectos epidemiológicos da mortalidade entre doentes de hanseníase no Estado de São Paulo (1931-1980).** In: Rev. Saúde Pública, vol.18, n.2. São Paulo, 1984. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0034-89101984000200003&script=sci_arttext. Acesso em: 14/02/2014.

LOUREIRO, K. **A Modernização Econômica do Espírito Santo e a Ação dos Agentes Políticos Locais.** ANPUH – XXIII Simpósio Nacional De História. Londrina, 2005.

MALTHUS, T. R. **Ensaio sobre a População.** Coleção “Os Economistas”. Traduções de Regis de Castro Andrade, Dinah de Abreu Azevedo e Antonio Alves Cury. Nova Cultural. São Paulo, 1996.

MARTINE, G. **O Papel dos Organismos Internacionais na Evolução dos Estudos Populacionais no Brasil: notas preliminares.** In: Revista Brasileira de Estudos da População, v.

22, n. 2. São Paulo, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982005000200005. Acesso em: 17/08/2010.

MEADOWS, D. H; MEADOWS, D. L; RANDERS, J; BEHRENS III, W. **Limites do Crescimento: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade**. Coleção Debates. Editora Perspectiva. São Paulo, 1973.

MIRANDA, A. T. de. **Teorias demográficas: Malthusianos, neomalthusianos e reformistas**. Pedagogia & Comunicação. Setembro de 2007. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/geografia/teorias-demograficas.jhtm>. Acessado em: 22/12/2013.

NASCIMENTO, D. **Teoria Microeconômica de Becker e Fecundidade no Brasil**. Revista Geografares, n°13, p.224-254, Dezembro, 2012.

NASCIMENTO, I. C. **Dinâmica Demográfica e Crescimento Econômico**. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FGV, 2005.

PAIVA, P. T.A. e WAJNMAN, S. **Das Causas às Conseqüências Econômicas da Transição Demográfica no Brasil**. In: Revista Brasileira de Estudos da População, Número II, Volume 22, São Paulo, Junho/Dezembro de 2005.

PATARRA, N. L; FERREIRA, C. E. C. **Repensando a Transição Demográfica: formulações, críticas e perspectivas de análise**. Núcleo de Estudos da População, Universidade Federal de Campinas. São Paulo, 1986.

PEREIRA, G. H. **Política industrial e localização de investimentos: o caso do Espírito Santo**. Vitória: EDUFES, 1998.

PINDYCK, R. S; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 5 Edição. São Paulo, Prentice Hall, 2002.

PIRES, A. **A indústria do petróleo e o caso do Espírito Santo.** In: Espírito Santo: Instituições, Desenvolvimento e Inclusão Social. IJSN. Vitória, 2010.

PNUD. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.** Disponível em: <http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>. Acesso em: 19/01/2014.

POPULATION REFERENCE BUREAU. **Guia Rápida de Población.** 2ª Edição. 1991.

PORTAL DA LEGISLAÇÃO. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>.

PORTARIA INTERMINISTERIAL MPS/MF nº 15, de 10 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/65/MF-MPS/2013/15.htm>.

PRATA, P. R. **The Epidemiologic Transition in Brazil.** Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 8 (2): 168-175, abr/jun, 1992.

RIOS-NETO, E. L. G. **A relação entre população e desenvolvimento 15 anos após a Conferência do Cairo.** In: ABEP; UNFPA. Brasil, 15 anos após a Conferência do Cairo. Campinas, 2009.

ROCHA, H. C; MORANDI, A. M. **Cafecultura e Grande Indústria: a transição no Espírito Santo 1955 – 1985.** Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1992.

ROCHA, M. A; LUCAS, L. B. **Analisando a presença de valores cognitivos em teorias geocientíficas: o caso da teoria reformista.** Disponível em: http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2010/Educacao_em_Ciencias_e_Matematica/Trabalho/02_30_59_ANALISANDO_A_PRESENCA_DE_VALORES_COGNITIVOS_EM_TEO RIASGEOCIENTIFICAS_O_CASO_DA_TEORIA_REFORMISTA.PDF

SANTOS, J. L. F; LEVY, M. S. F; SZMRECSÁNYI, T. “**Perspectiva Atual do Problema**”, in Dinâmica da População: teoria, métodos e técnicas de análise. Biblioteca Básica de Ciências Sociais. São Paulo, 1980a.

SANTOS, J. L. F; LEVY, M. S. F; SZMRECSÁNYI, T. “**Retrospecto Histórico de um Debate**”, in Dinâmica da População: teoria, métodos e técnicas de análise. Biblioteca Básica de Ciências Sociais. São Paulo, 1980b.

SARTORIS, A. **Estatística e Introdução à Econometria**. São Paulo. Saraiva, 2003.

SAUVY, A. **Elementos de Demografia**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

SINGER, P. **Dinâmica Populacional e Desenvolvimento. Economia e Planejamento**. São Paulo, Editora Hucitec, 1980.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Coleção “Os Economistas”. Tradução de Luiz João Baraúna. Nova Cultural. São Paulo, 1996.

SOUZA, N. D. J. D. **Desenvolvimento Econômico**. 5 ed. São Paulo. Editora Atlas S.A., 2008.

TAPINOS, G. **Eléments de Démographie**. Paris, 1985.